Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO 55.º / N.º 19000 4$00

SEXTA-FEIRA 12 MARÇO 1976

Greve foi o remédio

Enfermeiros expondo esta manhã a sua posição ao redactor do «DL». A greve é uma de muitas que eclodiram no País com carácter reivindicativo

O surto grevista que afecta diversos sectores de actividade no nossos país, tem vindo a aumentar de intensidade, especialmente após o descongelamento da contratação colectiva de trabalho, verificado no passado dia.1.

As previsões levam, aliás, à conclusão de que o surto grevista poderá intensificar-se a curto prazo, não obstante começar a generalizar-se um certo consenso sobre a perigosidade das greves neste momento, sobretudo pelos efeitos desestabilizadores na economia em período pré-eleitoral.

No entanto, parece-nos que é de chamar a atenção para o facto de a maior parte das greves em curso, ou das que se avizinham, serem meramente reivindicativas, tentando os trabalhadores obter melhorias salariais e de condições de trabalho que tornem menos penosa a contínua subida do custo de vida.

Está neste caso, por exemplo, a greve hoje iniciada pelos enfermeiros, que visa obter do Governo não só melhorias sala-

Continua na pág. 20

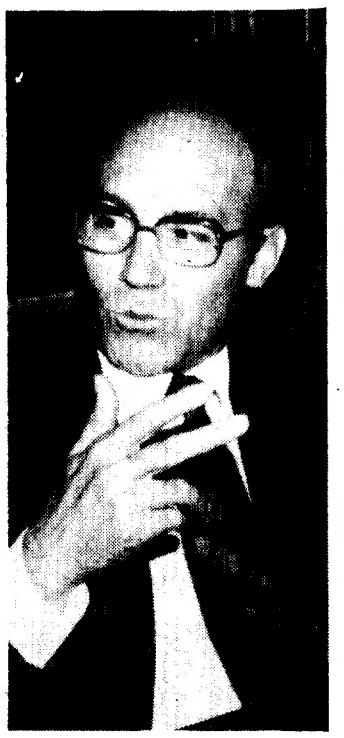
PAULO JORGE SOBRE ANGOLA E PORTUGAL

Reacção no Poder comprometeria boas relações

«Se por qualquer fatalidade histórica as forças reaccionárias tomarem o Poder em Portugal, estamos convencidos de que as relações com a República Popular de Angola ficarão seriamente comprometidas» — afirmou Paulo Jorge, adjunto da presidência da R. P. A. e do Departamento de Relações Externas do M. P. L. A., em entrevista exclusiva concedida ao nosso jornal.

Paulo Jorge, que passou quase toda esta semana em Lisboa contactou aqui com o ministro Melo Antunes, encetando conversações sobre a forma como irão estabelecer-se as relações entre Portugal e a República Popular de Angola, na sequência da decisão tomada pelo Governo de Luanda de activas relações diplomáticas com Portugal.

Vencido um período de certa frieza, durante o qual outros países, nomeadamente o Brasil, fizeram esforços para preencher no domínio da cooperação, os espaços que inacreditavelmente



Paulo Jorge quando fslava ao «D. L.».

Portugal ia deixando vazios, abrem-se agora perspectivas para o «degelo» que permitirá abrir o «dossier» do longo contencioso subsistente entre os dois países e cuja verdadeira amplitude só será conhecida quando se começar a desbravar essa matéria e a conferir as contas do fascismo e do colonialismo.

(Ler na pág. 11)

ARISTIDES PEREIRA AVISA

Ex-colónias estão contra desvios da descolonização

BISSAU, 12 (por Daniel Reis, da agência ANOP) — O secretário-geral do P.A.I.G.C., Aristides Pereira, disse pensar que os actuais dirigentes portugueses vão corrigir a decisão de congelarem as reservas do Banco da Guiné-Bissau e conseguir, na sequência dessa rectificação, um terreno de entendimento e compreensão entre Portugal e a Guiné-Bissau. Isto depois de garantir, também, o seu convencimento de que os «camaradas da Guiné-Bissau serão compreensivos, até certo ponto, por esta atitude afastada do Governo português de congelar as reservas do Banco».

Aristides Pereira, secretário-geral do P.A.I.G.C., partido no Poder na Guiné e em Cabo Verde, e o mais alto responsável político dos dois países, prestou declarações à Anop na sequência da visita do presidente Luis Cabral, da Guiné-Bissau, ao arquipélago cabo-verdiano.

«Era absolutamente natural esperar-se que o Governo guineense decidisse criar a sua própria moeda na altura em que o achasse conveniente» afirmou Aristides Pereira. «Este acto de soberania não pode pois ser encarado como inamistoso para com Portugal, o que não está na nossa linha política. Foi apenas o exercício de um dos direitos fundamentais da soberania, que é a criação da própria moeda».

A questão do congelamento das reservas do Banco Nacional da Guiné-Bissau por Portugal e a reacção que lhe esteve subjacente, nomeadamente expressa na nota emitida pelo gabinete do Primeiro-Ministro português, mereceram também outras considerações a Aristides Pereira, enquadrando a questão no quadro mais vasto das relações entre Portugal e as suas antigas colónias africanas. «Os dirigentes portugueses devem pensar» disse Aristides Pereira, «que não está em causa apenas a Guiné-Bissau. Nós conseguimos, durante a luta armada, formar um bloco através da C.O.N.C.P. (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas) para lutarmos contra o colonialismo português. Nes-

Continua na pág. 19

20 PÁGINAS

Ultimato do exército ao presidente libanês

(Pág. 13)

Problema dos combustíveis em Conselho de Ministros

A discussão, hoje, em Conselho de Ministros, como tema central, do projecto de Estatutos de fusão das quatro empresas petrolíferas nacionalizadas que constituem a Petrogal, poderá resolver até segunda-feira o problema da falta de gasolina e de gás butano que já se faz sentir no mercado, em consequência de uma greve dos trabalhadores daquela empresa pública.

De facto, a possível aprovação, no plenário do Governo, do Estatuto que unifica a gestão das quatro empresas nacionalizadas no ano passado (Sacor, Sonap, Cidla e Petrosul) virá eliminar as causas tanto da greve do conjunto dos trabalhadores da Petrogal, como de outra a nível sectorial que levou a uma greve de zelo por parte dos motoristas, ajudantes e condutores, e à paralisação da linha II darefinaria da Sacor no Porto, com redução da linha 1 a 50 por cento.

No entanto, a Comissão Central de Trabalhadores da Petrogal, contactada esta manhã sobre a situação actual, afirma-nos que mesmo que o projecto de Estatutos venha a ser aprovado hoje, só com o plenário de trabalhadores que se efectua amanhã, e se encontra marcado desde o início desta greve de horas extraordinárias, poderá ser decidido o procedimento imediato.

Além da questão da Petrogal, que assim poderá ser resolvida, o Conselho de Ministros debaterá provavelmente em ponto prévio, o actual movimento grevista.

11 de Março visto por estudantes

Estudantes da Escola de Belas-Artes do Porto recordaram ontem o 11 de Março com a representação de uma peça na Praça Humberto Delgado. Estas são duas das personagens — Sanches Osório e António de Spínola — que «actuaram» para cerca de duas mil pessoas ali concentradas. Outras comemorações foram feitas em Lisboa e Leiria, tendo o brigadeiro Vasco Lourenço visitado expressamente o Ralis, onde pronunciou um discurso a propósito dos acontecimentos de há um ano. (Pág. 5).

Nacional

Política de A a Z

UM DISCURSO: DUAS LEITURAS

O discurso do brigadeiro Vasco Lourenço, no RALIS, poderá ter duas diferentes leituras: a da «disciplina ordeira» e a da «disciplina consentida»; uma leitura «militarista» e uma leitura «política»; uma leitura no espírito do «25 de Abril» e uma leitura no espírito do «25 de Novembro».

Com efeito, o coronel Luís Campos Ferreira, comandante do Regimento de Artilharia de Lisboa (RALIS), na sua alocução reconhece que: «Faz hoje um ano que este regimento foi atacado por militares que se deixaram manipular por forças antidemocráticas contrárias aos princípios definidos no Programa do Movimento das Forças Armadas, de que resultou um morto e alguns feridos.»

E o soldado Luis não foi esquecido. E os acontecimentos foram recordados. Reafirmou-se que houve uma manipulação de «forças antidemocráticas» que conduziu ao «11 de Março».

É preciso evitar — na opinião do brigadeiro Vasco Lourenço — que os militares empunhem as armas contra outros militares; e é necessário, também, que as «forças antidemocráticas» não manipulem os militares. Vasco Lourenço afirmou a identidade da Revolução e da Liberdade. Quem o contestará? Foi pela Liberdade que o Povo aderiu com entusiasmo ao «25 de Abril». Só que há «liberdade do Povo» e «liberdade dos inimigos do Povo». Porque os inimigos do Povo existem; essa foi a razão determinante da necessidade desse acto revolucionário de indisciplina que foi o «25 de Abril».

O brigadeiro Vasco Lourenço só pode hoje falar a linguagem da disciplina porque foi, no momento histórico do «25 de Abril», um indisciplinado. E é preciso ter em conta, igualmente, que nem toda a indisciplina é de sinal negativo, mesmo nas Forças Armadas. É preciso ter em conta que a isenção partidária das Forças Armadas não pode significar que «a política fica fora dos quartéis». O «apoliticismo», frequentemente, faz o jogo da reacção. Vasco Lourenço reconhece-o, certamente. Só nessa perspectiva se compreenderá que tenha declarado: «Só defendereis a Revolução do 25 de Abril, só defendereis a liberdade do Povo português, tendo permanentemente presente a vossa qualidade de defensores ou melhor, garantes do interesse nacional tido como um bloco. E se é honroso, legítimo e constitui um dever derrubar um Governo que não represente a vontade popular da Nação, não podemos permitir novos 28 de Maio de 1926.»

Neste ponto nos queremos deter: «não podemos permitir novos 28 de Maio de 1926». Esta frase resume a leitura progressista e popular do discurso do brigadeiro Vasco Lourenço. Constitui um compromisso revolucionário.

FRANCISCO SALGADO ZENHA TEM RAZÃO

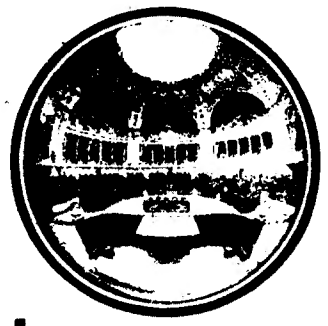
No almoço do Corpo Diplomático em Queluz, de que foi convidado de honra, o ministro Salgado Zenha, afirmou: «O VI Governo provisório já tem cinco meses de vida, mas é forçoso reconhecer que ele funciona por vezes mais como um conjunto de ministros do que como um Governo. Precisamente porque o VI Governo, até pela sua própria composição, é mais um pequeno Parlamento, onde constantemente se reacendem as mesmas querelas, do que um Governo coeso definido a um objectivo comum.» E mais adiante reconheceu: «Por vezes há até a impressão que se pensa mais nas eleições do que em governar...»

Não se poderá dizer que Salgado Zenha tenha a melhor opinião do rendimento político-administrativo do Governo de que faz parte; mas deve reconhecer-se que o seu juízo crítico não é infundado. O Governo pensa mais nas eleições do que nos problemas básicos de um «processo de transformação da sociedade portuguesa» que é já irreversível (em certo sentido). O Governo — ou mais precisamente: muitos dos seus membros — utilizam os serviços públicos como máquinas pré-eleitorais, confundem as suas intervenções como membros do Governo e as suas actuações na generalidade de dirigentes políticos, servem-se dos postos governativos e da sua incidência sectorial como catapultas eleitorais, entram nas listas do Governo como «independentes» e aparecem, independentes ou dependentes, nas listas de candidatos a deputados. Um vendaval de eleitoralismo enfuna as velas de ambição política, mas sopra contrário à responsabilidade administrativa e à dinâmica condução dos negócios públicos. E os «problemas nacionais» não esperam pelas «eleições legislativas».

UM GOVERNO QUE GOVERNE

Subiu 34,4 por cento o custo da alimentação nos últimos doze meses. A inflação aumentou. O preço das habitações, em relação a 1949, sofreu um agravamento que é calculado em 283,3 por cento. Verificam-se dificuldades de abastecimento. A situação dos transportes é calamitosa. O rendimento da produção industrial é menor. E o Governo está paralisado pelas competições eleitorais que levam os políticos a nada fazerem que comprometa a imagem de marca do «partido».

Os «programas» de ontem já foram lançados para segundo plano, ou completamente esquecidos. O que importa é a conquista de votos. E como para além das «eleições legislativas» se perfilam no horizonte político as «eleições presidenciais», como à «campanha pré-eleitoral» se seguirá a «campanha eleitoral» para a Assembleia da República e dois meses depois a «campanha eleitoral» para a Presidência da República, mesmo na melhor das perspectivas, na paz civil possível, sem golpe ou contragolpe, o País estará suspenso do verbo dos homens políticos — e suspenso da inacção governativa, da falta de administração corrente e de planeamento — até aos meses de Verão. E depois teremos os meses de férias, de calor, de cansaço. Lá para Outubro... Não será tarde para principiar a governar? Não se reconhecerá que, apesar do eleitoralismo partidário, dos que se querem mutuamente liquidar para que Átila passe, e dos que querem governar orgulhosamente sós, este povo, esta Pátria, precisam de um Governo que governe?



ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Socialismo ou não — eis a questão

. «Ora, se por terras nortenhas, entre populações tão carecidas de tudo, que mal têm consciência do cerceamento da própria liberdade, os petardos e as bombas rebentam, eu permito-me adiantar que, até pela violência das acções contra-revolucionárias, o povo aprenderá a reflectir sobre a razão de ser das condições em que tem sobrevivido. A contra-revolução pode vir a ser um processo de aceleração do movimento iniciado em 25 de Abril.» Ponha-se um «amen» a estas palavras proferidas na sessão de ontem da Assembleia Constituinte, no período de antes da ordem do dia, pelo deputado do M. D. P., Ilídio Sardoeiro, cuja intervenção foi, além do mais, de homenagem a Bento de Jesus Caraça (para quando uma homenagem nacional?) e passe-se à ordem do dia, que o tempo urge, embora às vezes, para quem assista às sessões de São Bento, pareça estar parado.

Na ordem do dia, andou tudo à roda da palavra «socialismo». Estava em causa o n.º 2 do artigo 73.º da futura Constituição, que rezava assim: «O Governo define e executa a sua política, com respeito pela Constituição, por forma a corresponder aos objectivos da construção do socialismo.»

Imediata resposta da bancada do C. D. S.: «Não somos um partido socialista, motivo por que não podemos subscrever o texto.» E vai de propor uma emenda. Para o C. D. S., o n.º 2 do artigo 73.º deveria ser assim: «O Governo define e executa a sua política, com respeito pela Constituição, por forma a corresponder aos objectivos e ao espírito da Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974.»

Da bancada P. P. D., levantaram-se palavras meigas, inicialmente concordantes com a retirada da «terrível» palavra «socialismo» do articulado. Choveram, porém, do lado dos independentes, dissidências dos populares democratas e dos sectores à sua esquerda, vivas críticas à habilidade «pêpêdista» que visava uma esquiva às responsabilidades...

De modo igualmente meigo, o P. P. D. acabaria mais tarde por apresentar a sua própria proposta de substituição do texto. Valerá a pena transcrevê-la também na íntegra. É assim: «O Governo define e executa a sua política por forma a corresponder aos objectivos de construção pacífica e pluralista da democracia e do socialismo, com respeito pela Constituição.» Anteriormente, o «dissidente» Casimiro Cobra pusera o dedo na ferida. Ou sim ou sopas, ou seja: «O P. P. D. tem que aqui, e agora, afirmar se quer ou não socialismo.»

O deputado Artur Cortês, do P. S. parece ter descoberto ontem o «verdadeiro rosto da direita», com o debate à volta da questão de estar ou não estar a palavra «socialismo» na Constituição em transe de parto. Afirmou, designadamente aquele deputado: «Com a aproximação da campanha eleitoral, a direita mostra claramente o seu verdadeiro rosto. A forma como actuam, com grande agressividade, tentando combater tudo e todos, demonstra a sua tendência direitista e por vezes reaccionária. A fraseologia socializante desapareceu por completo. E eis que o liberalismo toma hoje o lugar da social democracia de ontem, transformando-se assim em agentes e defensores do capitalismo.» Assim Artur Cortês falou e disse.

«Resta-nos a nós dizer que, tarde adiantada, a requerimento do deputado Carlos Candal (também P. S.), o plenário decidiu por unanimidade que o preceito constitucional em discussão e as propostas entretanto enviadas à mesa fossem de novo submetidas a estudo para reformulação.» Hoje há mais. A sessão começou às duas, para que a tarde de São Bento seja, pelo menos, maior.

A. T.

ESTRELA, FOICE E MARTELO

Símbolo do P.C.P. exclusivo para a campanha eleitoral

Carece de qualquer fundamento uma informação dada ontem por um matutino de Lisboa segundo o qual o Conselho de Ministros retirara da sua agenda a questão dos símbolos dos partidos em suspenso desde que anunciada a concorrência de três organizações utilizando de modo idêntico a foice, o martelo e uma estrela de cinco pontas: além do P.C.P., o M. R. P. P. e o P. C. P. (m-l). O matutino a que nos referimos publicava ontem uma local desmentindo informações dadas por um jornal da tarde do dia anterior. Presume-se que o vespertino em questão seja o nosso jornal. Sucede todavia que o desmentido não tem razão de ser, uma vez que um projecto de lei tendo por objecto a questão em suspenso não foi retirado da agenda do Conselho de Ministros, tão pouco aí chegou a ser incluído. Mantém-se pois em vigor o Decreto-Lei 126/74 regulamentando a legalização e o funcionamento dos partidos políticos e parece menos do que improvável que as listas de voto incluam mais do que uma foice, um martelo e uma estrela de cinco pontas juntamente com uma sigla: a do P. C. P. Assim, o M. R. P. P. e P. C. P. (m-l) poderão inelutavelmente ser afastados da concorrência eleitoral, a menos que uma disposição inesperada lhes permita ainda alterar os símbolos que usam, e eles pretendam alterá-los. Como se sabe, o prazo findou na semana passada.

O Decreto-Lei 126/75 pode entretanto ser ou alterado ou acrescentado de disposições novas introduzidas por parte do M. A. I., o que, acrescente-se, não se considera provável. Mesmo que o fosse, não modificaria o estabelecido quanto a símbolos.

Observadores, entretanto, retendo o facto de o M. R. P. P. e o P. C. P. (m-l) não terem abdicado do seu símbolo pode querer dizer, para além de uma aparente intransigência ou obstinação, um processo de estas organizações se furtarem à competição eleitoral, para iludirem a perspectiva dos escassos que provavelmente viriam a obter. As citadas organizações não virão sequer a entrar na campanha.

Lembra-se que a U. D. P., à semelhança e em complemento do que já havia feito no ano passado, mudou o seu símbolo antes do prazo expirar na semana passada.

E lembra-se ainda que existe outro partido que não tem ainda totalmente assegurada a sua participação na campanha eleitoral que se avizinha: o P. D. C., por causa de uma disposição oportunamente aprovada na Constituinte, segundo a qual nenhum partido político pode designar-se com nomes relativos a confissões religiosas. Todavia, a disposição aprovada ainda não entrou em vigor.

NOTIFICAÇÃO AOS PARTIDOS

Entretanto, os diversos partidos inscritos para concorrerem na campanha eleitoral devem receber hoje em Lisboa as notificações da 1.ª Vara Cível relativas a correcções a fazer nas candidaturas apresentadas.

As organizações notificadas têm três dias para procederem às correcções a fazer, segundo a Vara Cível.

O que se passa em Lisboa repete-se na totalidade dos círculos eleitorais.

DELEGAÇÃO DO P.S. VOLTOU DA LÍBIA

Na sequência dos contactos internacionais que o Partido Socialista intensifica neste momento, Medeiros Ferreira, que exerce também as funções de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, acaba de efectuar uma visita à Líbia, frente a uma delegação do seu partido.

Esta viagem, realizada «a título partidário», serviu para contactos com a União Socialista da Líbia e com alguns dirigentes daquele país. Medeiros Ferreira, em declarações proferidas à sua chegada e amplamente relatadas pela Anop, revelou que nos contactos efectuados houve «pontos coincidentes e outros que o não foram», não especificando, no entanto, os segundos.

Segundo se infere daquelas declarações, a questão da independência nacional e da defesa de um pequeno país como Portugal contra a ingerência estrangeira, foram os temas principais debatidos num encontro havido com o presidente Khadafi e o qual surge depois de outros realizados com líderes de potências ocidentais, entre os quais sobressai Henry Kissinger, secretário de Estado dos E.U.A.

De acordo com as declarações de Medeiros Ferreira à Anop, o presidente líbio tem «uma visão muito lúcida e muito correcta sobre tudo o que se passa em Portugal».

SOCIALISTAS DE CHAVES EXPRIMEM DEDICAÇÃO A COSTA GOMES

Os pasquins reaccionários continuam a sua tarefa de ataque a personalidades de prestígio da Revolução portuguesa, mas nem sempre a sua acção alcança os objectivos desejados.

Desta vez foram os socialistas de Chaves que indignados contra um artigo de um jornal local enviaram ao general Costa Gomes o seguinte telegrama:

. «Depois das afirmações malévolas contidas no artigo do «JornaldeNoticias»deChavesdo dia 27/2/76 sem o respeito que a todos deve merecer o nome de V. Ex.ª vem a secção do Partido Socialista de Chaves representando todos os seus militantes e flavienses verdadeiramente democratas entregar a V. Ex.ª toda a sua dedicação em luta comum.»

Eduardo Scarlatti saiu de "O Século"

. O comodoro na reserva Eduardo Scarlatti demitiu-se a seu pedido de director do nosso prezado colega «O Século», sendo substituído interinamente a partir de hoje pelo jornalista dr. Manuel Magro, que exercia as funções de director-adjunto depois de ter sido, durante algum tempo, director de outro nosso prezado colega, o «Diário Popular».

Eduardo Scarlatti encabeçava a direcção de «O Século» desde Dezembro último.

Ao novo director endereçamos votos de bom trabalho no cargo.

post scriptum

AS «VÍTIMAS» DA FUNÇÃO PÚBLICA

O Decreto-Lei n.º 103/76, de 4-2-76, publicado pelo Ministério do Trabalho, veio alterar a redacção da alínea b) do n.º 1 do Artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 49 410, de 24 de Novembro de 1969, a qual passou a ter a seguinte: «Podem apresentar-se a concurso para terceiros-oficiais os escriturários-dactilógrafos do quadro que possuam a escolaridade obrigatória e três anos de bom e efectivo serviço nessa categoria.»

Porque me parece que sempre foi mal interpretado o n.º 6 do preâmbulo do 49 410, no que se refere à destrinça de categoria e classes, embora este número seja bem claro e só não o interpretou bem quem não quis interpretá-lo, vou transcrevê-lo e deixá-lo à consideração de todos os colegas e opinião pública em geral: «A atribuição de duas classes aos actuais telefonistas e dactilógrafos (estes substituídos pela categoria de escriturários-dactilógrafos) facultará a uns e outros, em função da antiguidade e do mérito, uma possibilidade de melhoria económica e de evolução profissional que lhes estava vedada. E por certo incentivará nos segundos o desejo de enriquecimento da sua formação escolar já que esta se repercutirá ao nível profissional que poderão atingir, desde que consigam ingressar na categoria de terceiro-oficial nas condições agora estipuladas.»

Como se verifica desta transcrição, a categoria é «escriturários-dactilógrafos» e não as classes, categorias, como sempre disseram e dizem os «entendidos» que existem pelas repartições públicas.

Desde que os escriturários-dactilógrafos atingissem a 1.ª classe deviam apresentar-se a concurso, logo que, no conjunto das duas classes (2.ª e 1.ª) tivessem seis anos de bom e efectivo serviço e a habilitação do Ciclo Preparatório do ensino secundário ou equiparada e não a imposição de igual tempo na 1.ª classe, como se verificou, com prejuízo dos interessados e agora, mais uma vez agravado com o Decreto-Lei n.º 103/76, publicado pelo Ministério do Trabalho.

Apenas um apelo aos governantes e encarregados de toda a administração — acabem-se com as injustiças que se fizeram e continuam a fazer-se e as vítimas deixarão de ser mais vítimas...

Júlio Lourenço Lopes — Amadora

À espera do Tenreiro?

Afinal o que se passa na Liga dos Amigos dos Hospitais? Foi nacionalizada para quê? Para se encontrar fechada às moscas e aos ratos? Nisto, como no caso dos empregados que continuam a receber a miséria de 2200$00, há qualquer coisa que não está bem.

Será que estão à espera do antigo patrão, que era o Tenreiro, para lhe entregar aquilo?

Faustino da Silva — LISBOA

Uma Revolução original

Deu a Radiotelevisão esta semana, no Telejornal, uma reportagem sobre a visita de um diplomata que veio ao nosso país para negociar o empréstimo a Portugal de 200 milhões de dólares. A imagem apresentou o palácio de Queluz, durante a recepção ao referido diplomata. O ambiente era de grande imponência e grandeza. Todos vestidos a rigor, «asas de grilo», lindas mulheres, cheias de jóias, decotadas. Como no tempo da «outra senhora». Na mesma semana, um jornal da manhã publicava uma fotografia de um bairro de barracas de Algés, de barracas miseráveis, com a «rua» cheia de lama e água. Ao ver isto, não pude deixar de pensar: como se pode dizer que se está na via para o Socialismo quando se esbanja tanto dinheiro em testanças enquanto os trabalhadores são convidados a fazer austeridade a viver em condições miseráveis, como os habitantes de tantas barracas que existem em Portugal? Para pagar este banquete e outros que o antecederam e que se seguirão cá está o povo trabalhador. O que paga tudo, o que sempre pagou tudo. Por tudo isto se diz que a revolução portuguesa é uma revolução original. E é bem original. Originalíssima!

Arlindo Ferreira — LISBOA

Pluralismo

Assisti na passada quinta-feira ao debate na TV sobre agricultura e apreciei, estarrecido, o «pluralismo» que grassa na «nova» TV: de um lado, dois ministros e, do outro dois representantes da Confederação dos Agricultores Portugueses (a tal Confederação que tem a sua sede em Rio Maior e que é muito apreciada pelo general Galvão de Melo)

O ministro Lopes Cardoso, valha-nos ao menos isso, lamentou o facto de não estarem presentes representantes dos trabalhadores agrícolas, ao que o director do telejornal, com um certo ar irónico respondeu «não ser possível juntar toda a gente na TV».

Aqui fiquei com uma grande dúvida: aquele «toda a gente» referir-se-á a quantidade de pessoas (já temos visto teleforuns sem interesse e com imensa gente) ou ao estrato social que aqueles trabalhadores representam e que a RTP julgará não dever ter acesso à «nova» e «pluralista» televisão?

Alberto Januário — COIMBRA

PARA QUANDO A LEI DE TRABALHO RURAL?

BLASCO HUGO FERNANDES

Após o 25 de Abril de 1974, como resultado de uma experiência de anos de luta por melhores condições de trabalho e pela conquista do direito de associação, os assalariados agrícolas de alguns distritos do Sul do País conseguiram em curto espaço de tempo não só ver aprovadas as primeiras convenções de trabalho rural como também lançar as bases da sua imediata organização sindical. Em poucos meses, graças a um trabalho organizativo de real valia, as organizações sindicais daqueles distritos colocaram-se em condições de integrar um número de operários agrícolas que, segundo os últimos dados existentes, se avalia em cerca de cento e noventa mil, introduzindo no sector determinadas normas e condições nas relações de trabalho limitativas das usuais arbitrariedades por parte do grande patronato rural. Todavia, aquela regulamentação é ainda insuficiente, pois, abrange somente pouco mais de metade (51,5 por cento) dos trabalhadores da agricultura e silvicultura por conta de outrém e pagos ao dia (à semana ou à quinzena), encontrando-se, portanto, outro tanto, distribuído pelos restantes onze distritos indicados no quadro seguinte, sem a mínima cobertura legal para as suas relações de trabalho com as entidades patronais.

Se tivermos em linha de conta que existem, para além dos trabalhadores atrás citados, outros, embora em menor número que são pagos ao mês, à tarefa (mesmo nos distritos onde já vigoram regulamentações de trabalho) e sob diversas formas de pagamento, facilmente concluímos que no conjunto das áreas distritais mencionadas mais de duzentos mil assalariados da agricultura e silvicultura se acham ainda ao arbítrio do respectivo patronato, sem qualquer instrumento legal em que se apoiam para a defesa dos seus interesses.

REGULAMENTAÇÃO A NÍVEL NACIONAL

Perante as circunstâncias específicas dos distritos referidos anteriormente, que constituíram de certo modo as principais dificuldades verificadas para o arranque no estabelecimento da organização sindical através da qual os trabalhadores rurais pudessem reivindicar regras laborais para o seu sector, foi elaborado nos primeiros meses do ano de 1975 um projecto de decreto-lei definindo um conjunto de normas regulando o trabalho agrícola no País, o que se revestia de particular importância nas regiões onde os sindicatos agrícolas não estivessem ainda implantados.

Tal projecto definia as actividades abrangidas pela respectiva regulamentação, as modalidades em que elas poderiam ser prestadas, o horário de trabalho e o princípio da sua adaptação a condicionalismos regionais, as formas e o valor da remuneração normal e extraordinária (diurna e nocturna) e as condições de despedimento, tendo igualmente introduzido outras pequenas regalias compatíveis com as possibilidades e exigências particulares e excepcionais da actividade produtiva. Visava o projecto do decreto-lei disciplinar minimamente o sector agrícola naquelas regiões, enunciando consequentemente direitos e deveres das partes envolvidas, tornando as condições de trabalho mais humanas, reduzindo a exploração a que os trabalhadores rurais estavam (e ainda estão) submetidos: a prestação contínua de trabalho, ausência de horário, falta de uniformização nos salários, etc.

★ **Trabalhadores não abrangidos pela regulamentação de trabalho**

Distritos	N.º de trabalhadores	★★ % Distrito	% Continente
Aveiro	9.445	80,3	2,3
Braga	15.035	76,5	3,6
Bragança	12.005	82,8	2,9
C. Branco	21.005	84,3	5,1
Coimbra	19.410	88,2	4,7
Guarda	12.920	86,0	3,1
Leiria	17.455	89,0	4,2
Porto	10.840	76,3	2,6
V. Castelo	8.610	72,8	2,1
V. Real	19.355	84,5	4,7
Viseu	26.855	87,1	6,5

★ Remunerados ao dia, semana ou quinzena; ★★ dados de 1970.

LEI QUE NÃO SE PUBLICA

Conforme foi referido em «O Século» de 5/Julho/1975 aquele projecto de diploma mereceu exame por parte do Conselho de Ministros de então tendo-se reconhecido ser na realidade urgente corresponder às aspirações de possível melhoria de vida e de estabilidade de emprego de milhares de trabalhadores rurais daqueles distritos que, vítimas de peculiares condições socioeconómicas, que dificultavam a sua organização como classe, se mantinham desprovidos de uma adequada legislação conferindo-lhes determinadas garantias sociais e económicas, enquanto não se criassem as possibilidades concretas de formação das suas organizações sindicais, de cujo confronto livre com as entidades patronais surgisse a respectiva regulamentação de trabalho para essas zonas.

Porém, o mencionado projecto do decreto-lei do Governo Provisório de então mantêm-se até hoje, «esquecido» não se sabe em que actual gaveta governamental, resultando do facto quer um elevado número de assalariados agrícolas das regiões citadas viva numa completa instabilidade de emprego e sem a garantia de mínimas condições de trabalho. A promulgação e a aplicação daquele diploma teria por consequência preencher uma lacuna de efeitos nefastos para uma larga massa de operários agrícolas e silvícolas, indo ao encontro das suas justas aspirações. Efectivamente, alinha-se dentro daqueles objectivos a recente posição de diversos trabalhadores rurais do Norte do País quando reivindicam, entre outras pequenas garantias sociais, a necessária legislação impeditiva de despedimentos sem causa justa. São inúmeras, além daquelas, as exigências individuais e colectivas do teor referido, visando a melhoria do quadro em que actualmente decorrem as relações de trabalho rural naquelas zonas.

Isto é particularmente importante principalmente para os assalariados agrícolas permanentes de grandes quintas e empresas agro-pecuárias, muitos dos quais, após anos de duro trabalho, se encontram ainda sem a menor protecção social e económica. Tal circunstância impõe a imediata publicação da referida legislação cujo texto tem em conta a complexa realidade social e económica das zonas rurais e por isso mesmo se limitou apenas a um restrito mas indispensável número de regras imperativas e disciplinadoras das relações de trabalho no sector agrícola. Para quando a sua promulgação? Para quando determinados direitos a todos os trabalhadores rurais?

CARTA DE BOGOTÁ

O MEDO NO ELDORADO

Denise Aimé

Em 1539, o conquistador Jimenez de Quesada, que receava os calores tropicais, escolheu o lugar de Bacata, a 2600 metros de altitude, onde os índios Chibchas lançavam regularmente à laguna magníficas esculturas de ouro em homenagem à deusa das águas, e fundou aí a cidade de Santa Fé de Bogotá. Esta verde e calma paisagem suiça abriga hoje uma cidade imensa, inquieta e miserável. A capital do país do Eldorado, que foi durante séculos o maior produtor de ouro do mundo, e que ainda hoje encerra enormes reservas desse metal, de platina, esmeraldas, urânio, carvão e petróleo, tem mais de 4 milhões de habitantes, metade dos quais não possuem água corrente nem esgotos.

O principal jornal colombiano, o «Tiempo», dá diariamente informações angustiantes que vêm confirmar o que está à vista: **Bogotá, duzentos e noventa e oito bairros fora de lei.** A cidade tem 270 quilómetros quadrados e cresce ao ritmo de 8 por cento ao ano, desenvolvendo-se de modo tão anárquico, com casas construídas em vinte e quatro horas, que as autoridades só descobrem as «urbanizações-piratas» quando elas estão terminadas. Todos os dias chegam a Bogotá mil camponeses sem terra, maior parte deles analfabetos, que «constroem» uma cabana e começam a criar uma vaca, um carneiro, um porco ou galinhas. Isto contribui para dar a Bogotá esse aspecto de «cidade no campo», deixando de boca aberta o viajante que vê bovinos a pastar nas platibandas das grandes avenidas, e ovinos a alimentar-se junto aos jardins das casas burguesas. Para alimentar os animais domésticos, os «invasores», como lhes chamam, recorrem aos caixotes do lixo. Logo às cinco da manhã, filas de burros percorrem a cidade ao assalto dos caixotes. Conduzidos por mulheres ou por crianças, os burros transportam em «bidons» toda a espécie de lixo, parte do qual fica naturalmente entornado nos passeios.

Mais tarde aparecem os «garotos» que passaram a noite num vão de escada, num parque ou numa barraca de papelão. São crianças errantes entre os cinco e os quinze anos, que, vivem em bandos, da mendicidade ou da rapina, e que se assemelham muito aos **Olvidados** que Luis Buñuel filmou, em 1940, no México. São aos milhares e a directora do Instituto do Bem-Estar Social acaba de declarar que só em dois meses tinham sido abandonados em Bogotá, em caixotes, em esgotos, às portas dos hotéis e das igrejas, trezentas e cinquenta crianças. A mesma pessoa acrescentava que, durante as férias escolares, o número de crianças errantes aumenta, porque numerosas famílias pobres põem os filhos na rua para que eles tratem de si. Alguns centros de assistência acolhem-nos, vestem-nos, dão-lhe de comer e também marijuana — à qual quase todos eles estão habituados — a fim de os incitar a ficar, mas a maior parte volta para a rua. Por vezes, quais companheiros e protectores dos «miúdos», surgem também cães errantes, alguns dos quais estão treinados a roubar os cestos das donas de casa e os produtos em exposição.

Fazendo-se eco das queixas dos serviços de assistência, o «Tiempo» tem títulos como por exemplo: **Bogotá invadida por garotos, mendigos, loucos e velhos**. Este título à Buñuel

Continua na pág. 4

Geral

Carta de Bogotá

Continuação da pág. 3

não tem nada de excessivo. Nas vésperas do último Carnaval, cinquenta garotos desembarcaram de um comboio que vinha da costa atlântica, comboio esse em que tinham sido metidos pela polícia que não queria vê-los nas ruas durante a época turística. Ao mesmo tempo soube-se que uma instituição de caridade com dificuldades monetárias tinha instalado os «seus» velhos num autocarro, prometendo-lhes uma excursão à capital. Em Bogotá tinham-nos abandonado, muito simplesmente, numa praça pública...

Os inúmeros mendigos, débeis e anormais de toda a espécie fazem de cada escadaria de igreja uma feira dos milagres. Milhares de vendedores ambulantes ocupam os passeios e vendem objectos sem valor. A multidão dos desocupados, vestidos de «ruana», deambula sob a chuva quotidiana em busca de um «negócio» que os faça sobreviver. Estas massas não controladas lembram as multidões angustiadas do filme de «science-fiction» **Sol-verde**. Mas ao contrário do filme, onde os esfaimados haviam perdido toda a agressividade, aqui, o instinto de sobrevivência ainda é forte, e as pessoas estão decididas a tudo para o satisfazer.

Daí, a anarquia, que as autoridades oficiais reconhecem com lucidez. O presidente da câmara de Bogotá declara: **É uma cidade criada para a corrupção e para o caos**. O ministro do Interior reconhece: **A situação é muito grave e exige soluções de fundo**. Um alto responsável da Polícia acrescenta que a guerra dos «gangs» começou com a violência que teve durante a «grande época» de Chicago. Outro polícia convida a «gente honesta» a andar de arma na mão para poder fazer rapidamente face a qualquer tentativa dos delinquentes. «Enfim, para coroar estas declarações tão tranquilizadoras, o chefe da Polícia, general Garcia Bohonquez, acaba de reconhecer que **a Mafia se infiltrou na Polícia e que vários polícias foram acusados de rapto, roubo de esmeraldas e chantagem.**

As pessoas habituam-se a viver na insegurança e em todas as conversas surgem histórias de raptos e roubos, portas arrombadas em pleno dia, grades serradas, vidros pulverizados. As esquadras registam queixas durante as vinte e quatro horas do dia. A Polícia privada tende a substituir uma Polícia de Estado quase invisível. A maior parte das casas dos bairros ricos são guardadas por um polícia privado. Com uniforme e «colt», esse indivíduo guarda a casa, os seus tapetes persas, os seus «gadgets» electrónicos, os seus automóveis cada um dos quais vale cinquenta anos de salário de um trabalhador, e assegura a protecção anti-rapto das crianças que vão para a escola. A última moda em arquitectura são os vidros antibala, as campainhas de alarme sofisticadas, a electrificação das portas e das janelas.

A rua não é mais segura do que a casa. Em pleno dia, em pleno centro, roubam-se malas, roubam-se jóias. O transporte suburbano faz-se, por vezes, num ambiente de Far-West, quanto o autocarro é tomado de assalto por um dos bandos de piratas terrestres. Acaba de ser publicado um artigo publicitário sobre os coletes antibala que acabam de ser postos à venda e que são **leves, seguros e que também existem para senhoras.**

Esta estranha situação começa a engendrar reacções que ainda parecem bastante platónicas. A esposa de um futuro candidato à presidência fundou uma associação contra a insegurança que se propõe «desenvolver a concórdia, a solidariedade e amor entre os colombianos»... O chefe da Polícia acaba de declarar que o desemprego considerável e o desrespeito pelo código do trabalho, de que muitos patrões são culpados, eram uma causa da delinquência. Por fim, o presidente da República, Lopez Michelsen, afirma que «a Colômbia se tornou a plataforma do tráfico de droga dirigido pelos delinquentes norte-americanos, e que uma tal situação nunca mais fora vista desde a época das guerras do ópio, quando a corrupção dos povos asiáticos tinha por origem a cobiça dos capitalistas ocidentais».

(c) — «Le Monde»

CONSERVAS DE PEIXE

A INDÚSTRIA DE CONSERVAS DE PEIXE ESTÁ DE PARABÉNS EM COLABORAÇÃO COM OS SUPERMERCADOS «CELEIRO» PÕEM À DISPOSIÇÃO DO PÚBLICO EM PLENO ROSSIO, 57, A MAIOR EXPOSIÇÃO E VENDA DAS VARIADÍSSIMAS ESPECIALIDADES DE CONSERVAS FABRICADAS EM PORTUGAL

NÃO DEIXE DE NOS VISITAR

PUB

FEDERAÇÃO DAS CAIXAS DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA

No cinhecimento das deliberações do Conselho Geral da ASssociação Nacional das Farmácias, na reunião de 6 de Março de 1976, divulgadas através dos Oegãos de Comunicação Social a Comissão Administrativa desta Federação dá público conhecimento dos seguintes factos:

1 — Em 1961 foi celebrado acordo entre a Federação das Caixas de Previdência e Abono de Família, o Grémio Nacional dos Industriais de Especialidades Farmacêuticas e o Grémio Nacional das Farmácias com vista a que o aviamento de medicamentos prescritos pelos Serviços de Acção Médico-Social das Caixas de Previdência aos seus beneficiários pudessem ser livremente por estes adquiridos em todas as farmácias abertas ao público em qualquer ponto do País.

2 — Revisto aquele acordo em 1971, veio o mesmo a ser unilateralmente denunciado pelo Grémio Nacional das Farmácias em 26 de Março de 1973.

3 — Em 16 de Maio de 1974 e após negociações aquele Grémio delibera assinar imediatamente acordo transitório pelo prazo de 1 ano, o que veio no entanto a denunciar em 29 do mesmo mês.

4 — Em Junho de 1974 o Grémio decreta as condições de fornecimento de medicamentos à Previdência, designando ao mesmo tempo uma Comissão de Estudo para a revisão do acordo.

5 — **Em Março de 1975**, foi dado conhecimento à Associação Nacional das Farmácias (Ex-Grémio Nacional das Farmácias) das conclusões do referido Grupo de Estudo.

6 — Um ano depois, da notificação daquelas conclusões e após dois anos de interrupção das negociações com esta Federação, **em 5 de Março de 1976**, em reunião conjunta com a Comissão Administrativa desta Instituição, a Associação Nacional das Farmácias, solicita o recomeço das negociações, o que foi aceite.

7 — Conforme acordado naquela reunião a Associação Nacional das Farmácias fez entrega da proposta base de negociação **em 10 de Março de 1976**.

8 — Não pode assim esta Federação, deixar de salientar a sua estranheza pelo facto de se ter condicionado a revisão do C.C.T. por parte daquela Associação à ultimação das negociações com a Previdência quanto à revisão do acordo de fornecimento de medicamentos quanto é certo que a situação económica das farmácias não depende do referido acordo mas das margens de comercialização dos medicamentos e produtos farmacêuticos.

9 — Por outro lado, o protelamento das negociações invocado no n.º 3 das deliberações do Conselho Geral da Associação Nacional das Farmácias não pode ser imputado a esta Federação, como se conclui do exposto dos nºs. anteriores deste comunicado.

10 — Neste contexto a Federação das Caixas de Previdência e Abono de Família declina a responsabilidade dos prejuízos que possam advir para os beneficiários da Previdência, no aviamento do receituário dos Postos Clínicos das Caixas de Previdência, cujos direitos deverão ser assegurados nos termos do n.º 4 das deliberações já referidas do Conselho Geral da Associação Nacional das Farmácias.

Lisboa, 10 de Março de 1976.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

PUB

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Sul

SEDE EM ALJUSTREL

CONVOCATÓRIA

Convoca-se a Assembleia Geral, a reunir no dia 27 de Março de 1976, sábado, pelas 14 horas, na Sede do Sindicato em Aljustrel, com a seguinte ordem de trabalhos:

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 1975
APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL PARA O ANO DE 1976

Aljustrel, 10 de Março de 1976.

O Presidente a Assembleia Geral
Diogo Vilhena Baraona

Nacional

VASCO LOURENÇO ONTEM NO RALIS

"Não permitiremos novos 28 de Maio"

«Se é honroso legítimo e constitui um dever derrubar um Governo que não representa a vontade popular da Nação, não poderemos permitir novos 28 de Maio de 1926» — afirmou o brigadeiro Vasco Lourenço, durante a inesperada visita que ontem fez ao Ralis, um ano depois do 11 de Março.

A visita do comandante da Região Militar de Lisboa que foi a única comemoração oficial dessa data, realizou-se com a maior discrição tendo inclusive surpreendido os meios de Comunicação Social, que não puderam fazer a cobertura do acontecimento, com o devido destaque.

A alocução proferida na circunstância por Vasco Lourenço iniciou-se com uma rememoração histórica das datas (portuguesas) mais importantes até 25 de Abril, tendo este sido definido com «a nova arrancada do nosso povo através dos seus filhos-soldados, que reabre os horizontes da liberdade e da independência».

Falando concretamente da tentativa de golpe de 11 de Março, o comandante da Região Militar de Lisboa e membro do Conselho da Revolução desde essa altura (quando foram reestruturados os órgãos do poder político-militar) afirmou que se tinham visto militares a deixar-se empurrar «para actos injustificáveis e reprováveis, de que poderiam ter resultado consequências gravíssimas para o povo português». E mais adiante Vasco Lourenço afirmou::

. «Vimos militares portugueses de armas apontadas uns aos outros, ao serviço de interesses que não são os do povo que têm por obrigação e dever supremo defender».

Depois de ter prestado homenagem ao soldado Luís, morto durante o ataque ao Ralis, Vasco Lourenço apontou outros mortos recentes do Exército português, referindo-se aparentemente ao confronto entre comandos e o ex-Regimento da Polícia Militar no dia 26 de Novembro, tendo a propósito afirmado que essas mortes foram «resultado de novas instrumentalizações de militares, que se esqueceram do seu dever e se deixaram utilizar por forças políticas sectárias, esquecendo a sua natureza e a sua finalidade, eminentemente nacionais».

Depois de referir os perigos de novas instrumentalizações, que pairam sobre os militares, Vasco Lourenço salientou a necessidade de reforçar a coesão, a disciplina e a vontade de servir o povo que incumbem às Forças Armadas, através da permanente preocupação de tomar atitudes límpidas e isentas e da aceitação de uma disciplina consciente, livremente assumida. Reafirmou ainda a necessidade, de decidida e completamente, cumprirem as ordens do Conselho da Revolução.

Dirigindo-se depois aos novos soldados que no Ralis, fazem a recruta, o comandante da Região Militar de Lisboa afirmou:

. «Só defendereis a Revolução do 25 de Abril, só defendereis a liberdade do Povo Português tendo permanentemente presente a vossa qualidade de defensores, ou melhor, garantes, do interesse nacional, tido como um bloco».

A terminar Vasco Lourenço diria:

. «Ides receber aqui a dura instrução militar que fará de vós soldados de Portugal. Quero ouvir dizer, muito em breve, que posso confiar também em vós. Eu e o Povo português ficamos à espera da vossa resposta».

Antes de o brigadeiro Vasco Lourenço ter usado da palavra havia falado o comandante da unidade, o qual depois de abordar as manipulações a que forças anti-democráticas sujeitaram os militares, afirmou:

«Ao recordarmos o soldado Joaquim Carvalho Luís, vítima dessas manipulações, o comandante do Ralis exige dos seus subordinados o rigoroso e total cumprimento do determinado na Lei Constitucional das Forças Armadas Portuguesas, que sobre este assunto refere que as Forças Armadas são rigorosamente apartidárias, não se permitindo que no seu seio sejam desenvolvidas actividades políticamente sectárias».

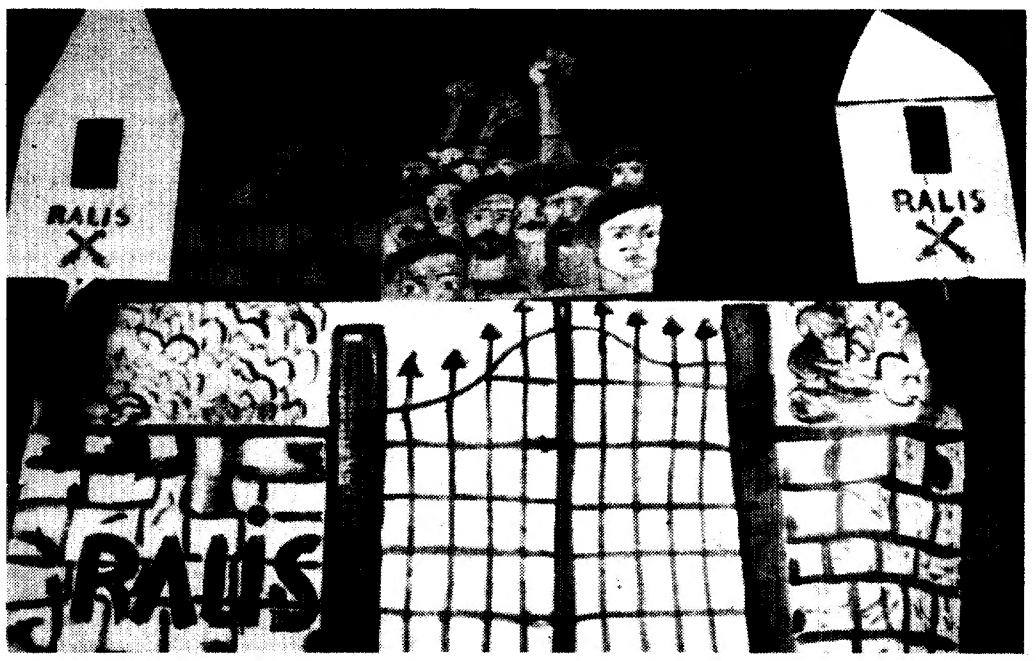
A terminar o comandante do Ralis relembrou aos novos recrutas o dever que têm de servir o povo.

COMUNICADO DO P.R.P.

«Faz hoje um ano que a organização dos soldados e os revolucionários impediram a concretização de mais um golpe da burguesia» — lê-se num comunicado do P.R.P. emitido a propósito da passagem do primeiro aniversário do «11 de Março».

Lembra o P.R.P.: «Vivia-se, tal como agora, um período pré-eleitoral no qual jogavam não só os partidos burgueses, como também alguns dos que se reivindicam dos trabalhadores. No entanto, apesar do desespero e da improvisação que caracterizaram o golpe, este reflectiu a consciência que a burguesia tem de que só através da violência poderá destruir a organização dos trabalhadores, consolidando a exploração e a opressão.»

. «Hoje, mais do que há um ano, os trabalhadores têm necessidade de combater aqueles que os dividem, encontrando formas efectivas de organização de modo a poderem travar o inevitável confronto a partir do 25 de Novembro (um 11 de Março bem sucedido), as conquistas tão duramente alcançadas pelo proletariado se viram, não só ameaçadas, como fortemente atingidas — desocupação de terras e de casas, regresso dos patrões, controlo da informação pelas forças reaccionárias, aumento da repressão e do custo de vida; mais do que há um ano — afirma o P.R.P. — porque o M.D.L.P., instalado nas mais altas instâncias do poder político-militar, já nem precisa de dar golpes.»



Os alunos da Escola de Belas Artes do Porto imaginaram assim o 11 de Março

"MANIF." NO PORTO

Milhares de pessoas celebraram o 11 de Março

PORTO, 12 — Alguns milhares de pessoas incorporaram-se na manifestação promovida pelo C.L.A.R.P. que percorreu diversas artérias da cidade do Porto após concentração ao fim da tarde na Praça Humberto Delgado. Nesse local, depois da evocação dos acontecimentos de há um ano através de um teatro popular em que trabalharam alunos de Belas-Artes, usaram da palavra um representante do sector estudantil, outro dos trabalhadores e um elemento do C.L.A.R.P. As palavras de ordem e os discursos proferidos salientaram o avanço da direita, as ameaças verificadas às conquistas das classes trabalhadoras e exploradas e a libertação dos responsáveis por medidas de repressão e terrorismo que desde há muito se abatem sobre o povo. A libertação de pides e de declarados fascistas, a repressão de manifestações populares a tiro e a impunidade dos bombistas do E.L.P./M.D.L.P. foram particularmente salientadas nas palavras e nos «slogans» proferidos. Durante o trajecto a manifestação passou diante da «Cooperativa Árvore», destruída a bomba em 7 de Janeiro último, e em frente do Tribunal de S. João Novo onde os manifestantes repudiaram as acções de despejo que ali são julgadas contra trabalhadores e gente do povo sem habitação condigna. O cortejo, que engrossou à medida do seu desfile pela cidade, atingiu muitos milhares de pessoas na passagem pela zona degradada da Ribeira em que foi referido o grave problema habitacional ali existente. O cortejo voltou ao ponto de partida na Praça Humberto Delgado onde dispersou.

Entretanto na Faculdade de Engenharia, durante a tarde, o Grupo de Acção Cultural, com a colaboração do Teatro Universitário do Porto, promoveu uma jornada estudantil antifascista, tendo sido exibido ainda o filme «Liberdade para José Diogo».

ZECA AFONSO NO RALIS

Inúmeras pessoas marcaram ontem presença, defronte ao Ralis, numa manifestação-comício comemorativa do «11 de Março» e promovida pelo C. L. A. R. P. — Comité para a Libertação dos Antifascistas Presos. Durante a manifestação viriam a usar da palavra um ex-militar do Ralis e uma operária da zona, a mesma mulher que, em Novembro, participara das cerimónias de um Juramento de Bandeira naquela unidade.

O comício de ontem foi iniciado com uma canção de homenagem ao soldado Luís (morto no Ralis durante o golpe) interpretada por Zeca Afonso. Usariam ainda da palavra os trabalhadores afastados da Rádio Renascença, para lembrar que «hoje, a Imprensa, Rádio e Televisão são a voz do capital».

Um momento da actuação de Zeca

Caxias e Santarém

Militares e civis continuam presos

Seis civis, detidos em consequência dos acontecimentos do 25 de Novembro, não têm sido mencionados na informação que quase diariamente o «D. L.» insere sobre o processo que levou a Caxias e a Santarém militares que desde a primeira hora (25 de Abril de 1974) sempre estiveram com a Revolução.

Nomes:

. Moreira da Luz, Eduardo Rosa Milheiro, Manuel Faustino Pinto, Armando Jesus Cabrita, Mário Santos Gonçalves e Jorge Paulo Baptista Pinto.

O primeiro encontra-se no Presídio Militar de Santarém, e os outros cinco no Forte de Caxias.

Por sua vez (e para que não esqueça) os militares detidos são os seguintes: majores Campos de Andrada e Mário Tomé, capitão Faria Paulino e 1.os sargentos pára-quedistas Alvaro Neves e Manuel Rebocho (Presídio Militar de Santarém); e major Cuco Rosa e 1.os sargentos da Força Aérea Vítor Luís, Pedro Rasgado, Carmo Vicente e Jesus Serigado (Forte de Caxias).

Hoje, de Santarém, foi impossível obter qualquer informação uma vez que o comandante do Presídio se não encontrava presente. Quanto à situação em Caxias, foi-nos ontem dito que «até às 11 e 25 não tinha ainda chegado qualquer mandato de soltura.

TREZE PIDES SOLTOS

Mais treze «pides» sairam em liberdade: 1 da Penitenciária de Coimbra, 4 de Caxias e 8 de Alcoentre.

«Nenhum inspector. Todos agentes da ex-P. I. D. E. / D. G. S. — informaram-nos da Comissão de Extinção daquela organização.

Original "tomada de posse"

. A nomeação, a nível de Gabinete, de uma Comissão de Gestão da Sanimar, por parte do Governo, com um processo de tomada de posse que os trabalhadores consideram menos ortodoxo, esteve na origem de uma conferência de Imprensa que a respectiva Comissão de Trabalhadores devidamente eleita, promoveu ontem, nas instalações daquela empresa de materiais de construção civil.

De facto, numa empresa onde 43 trabalhadores resistiram, segundo acusam os seus camaradas de trabalho, de todas as formas, ao lado do patrão que entretanto fugira para o Brasil, a situação conheceu uma faceta nova quando, no dia 8, «três senhores bem falantes, filhos da burguesia, entraram pelas instalações da empresa» tendo como «primeira preocupação desocupar o Gabinete dos trabalhadores que lá se encontravam e entre os quais um elemento da Comissão de Trabalhadores».

Os novos administradores, nomeados pelo secretário de Estado do Trabalho, dr. Marcelo Curto, não chegaram a tomar posse, porque os trabalhadores os expulsaram das instalações e os substituidos se recusaram a assinar o protocolo de que os substitutos eram portadores. Por esse dia ficou assim resolvida a questão com os novos gestores, de seus nomes José Janson Verdades, Luís Galvão Marrecas Ferreira e ex-major Mariz Fernandes.

Contudo, ontem, um enviado do Ministério do Trabalho levou de novo o protocolo de posse, que não foi assinado, nem de resto lá estavam os «empossados» segundo nos contam os actuais membros da Comissão de Trabalhadores.

Judiciária aprende "karaté"

PORTO, 12 — Num plenário efectuado na Subdirectoria do Porto da Polícia Judiciária, entre os muitos problemas abordados falou-se da preparação técnica do pessoal, referindo-se que estavam vencidos os obstáculos para que os agentes possam ter ensinamentos de «karaté».

Sobre as carências da cooperação tratou-se, entre outros assuntos, da premente necessidade de mudança de instalações.

MÁRIO MURTEIRA EM SETÚBAL

. Mário Murteira dirigirá hoje, em Setúbal, um colóquio sobre segurança e cooperação europeias, promovido pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação.

Além de Mário Murteira, o dr. Silas Cerqueira também participará na orientação dos trabalhos.

No início da sessão, que decorrerá no «Recreio do Povo», a partir das 21 e 30, será projectado um filme sobre a Cimeira de Helsínquia.

FAÇA COMO NÓS CONSULTE
EXTERNATO CONTINENTAL
RUA DO ARSENAL, 100, 1.º — T. 364272 — LISBOA
E TIRE UM CURSO DE DACTILOGRAFIA OU MECANOGRAFIA EM SISTEMA IBM E UNIVAC. AUTORIZADOS PELO MEC. EM REGIME DE CO-EDUCAÇÃO. INÍCIO DOS CURSOS, 19 DE MARÇO. AS INSCRIÇÕES SÃO LIMITADAS

Geral

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

EDITAL

N.º 14/76

Eu, José Lino Góis Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa faço público que a abertura do cofre, para pagamento do imposto de comércio e indústria do ano de 1976 se inicia em 1 de Abril próximo.

Nos termos do artigo 33.º do Regulamento da Liquidação e Cobrança dos Impostos, publicado em Edital n.º 106/64, de 20/5/64, o imposto será cobrado a boca do cofre em Abril ou em Abril e Outubro, se os contribuintes desejarem pagá-lo em duas prestações e o declararem no acto do pagamento da primeira prestação (Abril, Maio ou Junho).

Findo os períodos das prestações, o imposto ainda poderá ser pago nos dois meses seguintes, mas com juros de mora, calculados de harmonia com o Decreto-Lei n.º 49 168, de 5/8/69, alterado pelo Decreto-Lei n.º 452/75, de 21/8; decorridos estes períodos de cobrança voluntária, proceder-se-á à imediata cobrança coerciva.

O pagamento terá lugar nos seguintes locais: Paços do Concelho para os contribuintes dos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º Bairros Fiscais da Cidade; no edifício da Rua Alexandre Herculano, n.º 46, para os dos 5.º e 6.º Bairros Fiscais da Cidade, e no edifício da Câmara, na Avenida 24 de Julho n.º 171, para os do 7.º Bairro Fiscal da Cidade.

No acto da requisição e pagamento deverão os contribuintes apresentar o respectivo aviso devidamente preenchido com os elementos que hão-de servir de base à liquidação do imposto para o serviço de incêndios sobre estabelecimentos e havendo seguro, a respectiva apólice e o recibo do último prémio vencido, nos termos do artigo 10.º do citado Regulamento.

E para geral conhecimento, se publica o presente Edital.

Paços do Concelho de Lisboa, 3 de Março de 1976.
O Presidente,

(José Lino Góis Ferreira)

Associação de amizade esclarece:

"Quem foge de Moçambique?"

PORTO, 12 — «O índice do nosso avanço ou da evolução da nossa situação política está precisamente no estabelecimento de relações normais de ajuda, amizade e cooperação com Moçambique, Angola e Guiné-Cabo Verde», foi afirmado numa sessão de esclarecimento sobre a situação em Moçambique, promovida pela Associação Portugal-Moçambique.

Elementos daquela Associação deram conta da evolução do processo revolucionário naquele novo país, nomeadamente nos sectores da saúde, educação e cultura. Um dos dirigentes perguntou a propósito da especulação feita em torno da situação naquele país «Quem se afasta de Moçambique?» Respondendo, citou palavras de Samora Machel quando o presidente da Frelimo se referia aos que também haviam fugido da União Soviética, da Alemanha Democrática, da República Popular da China, de Cuba («Quando esta deixou de ser um **cabaret**) do Vietname e também de Portugal. E acrescentou: «Fugiram e fogem sempre as classes que perderam privilégios com um processo revolucionário».

A análise das relações entre Portugal e Moçambique, as dificuldades presentes no plano da cooperação para auxílio ao desenvolvimento do novo país e as medidas económicas em curso, mereceram especial atenção, tendo sido travado depois um diálogo com as dezenas de pessoas presentes. Foi particularmente acentuada a ausência dos órgãos de Informação nesta sessão de esclarecimento.

Um dos presentes afirmou: «É vulgar lerem-se e ouvirem-se referências infundadas à situação em Moçambique, mas quando se promove uma sessão de esclarecimento os órgãos de Informação não comparecem».

Afirmou-se ainda, a propósito da especulação em torno da corrupção verificada naquele país: «Certamente que essa corrupção existe e a própria Frelimo a tem denunciado na Imprensa de Moçambique. A verdade é que há forças que tentem minar o processo. Seria mero idealismo pensar que uma revolução como a que ali corre poderia desenvolver-se sem esses problemas».

Guiné-Bissau quer cooperar mas Lisboa não corresponde

«Para cooperarmos com países estrangeiros penso que devemos começar com Portugal, pois de qualquer maneira fomos uma colónia portuguesa e ficámos ligados por muitos laços de amizade», afirmou ao «Nô Pinthca», Inácio Semedo, responsável pela Direcção-Geral de Cooperação Internacional da Guiné-Bissau, numa entrevista em que foca a questão dos estrangeiros que trabalham no seu país.

Na Guiné-Bissau terminou recentemente o recenseamento de todos os cooperantes estrangeiros, entre os quais avultam os de nacionalidade portuguesa que trabalham ao lado de cidadãos árabes, suecos e de outros elementos enviados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

No que respeita aos cooperantes portugueses, regista-se, contudo, algumas irregularidades derivadas do não cumprimento por Portugal de certas promessas feitas.

A situação, segundo estamos informados, passa pelo actual diferendo entre os dois países, resultante do malogro **das últimas conversações havidas, nomeadamente no campo económico-financeiro. Tudo isto, contudo, resulta, no mínimo, estranho, dado que os comunicados oficiais sobre as mesmas conversações precisaram que, se no domínio em questão se caíra num impasse, avançara-se sempre no que se referia à cooperação entre os dois Estados.**

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

HOSPITAL DE SANTA MARIA

MATERIAL DE FARMÁCIA
Concurso Público n.º 33/76

As respectivas condições encontram-se patentes todos os dias úteis das 9 às 12,30 horas e das 14 às 17 horas, excepto aos sábados das 9 às 12 horas, na secretaria do Serviço de Aquisições.

A abertura das propostas terá lugar no dia e hora indicados no Caderno de Encargos.

Lisboa e Hospital de Santa Maria, 9 de Março de 1976.

Pel'A COMISSÃO INSTALADORA

Manuel Brioso Pina de Jesus

M. E. I. C.

COLOCAÇÃO DE PROFESSORES

RECLAMAÇÕES

De acordo com o solicitado por este Ministério têm vários candidatos a professor vindo a apresentar reclamações sobre possíveis irregularidades cometidas pela Comissão Central de Colocações.

A fim de permitir correcta investigação sobre a fundamentação das reclamações apresentadas e estando a investigar-se que a maioria dos casos apresentados não está suficientemente identificada, determina-se que só serão consideradas as reclamações em que constem os seguintes elementos:

1 — Nome do requerente;
2 — Concurso a que pertence e número de ordem da lista;
3 — Identificação da vaga (indicando escola, grupo);
4 — Identificação do candidato que preencheu a vaga.

O MEIC assegura uma resposta no prazo de 48 horas a contar da entrada da reclamação no CIREP, na Av. 5 de Outubro, em Lisboa.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

MANUTENÇÃO MILITAR

Faz-se público que no dia 17 de Março de 1976, pelas 15.00 horas, na Manutenção Militar em Lisboa, se procederá a um concurso público para a aquisição de:

— Carcaças de bovinos adultos e adolescentes (vitelas) novilhos, ovinos adultos e borregos;
— Bovinos adultos e adolescentes (vitelas), novilhos, ovinos adultos e borregos para abate;
— Miudezas de bovinos (frescas e congeladas).

O caderno de encargos encontra-se patente nos Serviços Comerciais da Manutenção Militar.

Lisboa, 5 de Março de 1976.

O CHEFE,

Jaime de Oliveira Leite
(Ten. Cor.)

SINDICATO DOS CAPITÃES, OFICIAIS PILOTOS, COMISSÁRIOS E RADIOTÉCNICOS DA MARINHA MERCANTE

ASSEMBLEIA GERAL
CONVOCATÓRIA

Efectua-se no próximo dia 29 de Março de 1976, segunda-feira, pelas 21.00 horas, uma Assembleia Geral, na sede do Sindicato — Praça de D. Luís, 9-1.º, Dt.º, em Lisboa — com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO — Apreciação e votação do relatório, balanço e contas de 1975.

Lisboa, 8 de Março de 1976

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Júlio Quintela Paixão de Almeida Dias

Capitão da Marinha Mercante

OFICINA DE AUTOMÓVEIS

SERVIÇOS RÁPIDOS

MANUTENÇÃO E REPARAÇÕES
DE AUTOMOVEIS DE MARCAS POPULARES

MENDES DE ALMEIDA, S. A. R. L.
AV. 24 DE JULHO, 52
LISBOA TEL. 66 77 94 / 8

PUB.

SINDICATO DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MARCENARIA E CANTARIA DO DISTRITO DE SANTARÉM

CONVOCATÓRIA

Nos termos do Art.º 31.º alíneas b) e c) dos Estautos, convoco a Assembleia Geral a reunir no dia 20 do corrente, pelas 16 horas, no Pavilhão do INATEL de Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas da Gerência de 1975.
2. Apreciação e votação do Orçamento para 1976.
3. Contratação Colectiva de Trabalho (informações).

NOTA: De harmonia com o Art.º 35.º dos Estatutos a reunião tem início a hora marcada, com a presença de qualquer número de sócios.

O Presidente da Mesa da A. Geral

Santarém, 12 de Março de 1976

Carlos Eugénio Patrício

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DO DISTRITO DE SANTARÉM

ENCONTRO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA DIAS 27/28 DE MARÇO EM COIMBRA

ORDEM DE TRABALHOS

1. **Análise da situação financeira.**
2. **Reestruturação.**
3. **Melhoria das condições de vida.**
4. **Participação dos trabalhadores na gestão e controlo.**

SE QUERES UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E MELHOR PARA TODOS NÓS, DEVES INTERESSAR-TE POR ESTES ASSUNTOS E PROMOVER A DISCUSSÃO NO TEU LOCAL DE TRABALHO, COM OS TEUS CAMARADAS. PARA ENCONTRARMOS FORMAS DE SOLUCÃO PARA ESTES PROBLEMAS QUE NOS SÃO COMUNS.

Estão abertas as inscrições a todas as Comissões de Delegados Sindicais.

As inscrições e os trabalhos sobre os temas, **devem ser enviados até ao dia 20 de Março.**

CONTACTA COM O TEU SINDICATO

Santarém, 9 de Março de 1976.

A DIRECÇÃO

Nacional

Como protesto à prioridade concedida aos professores retornados no processo das colocações, candidatos a docente ocuparam a Comissão Central de Colocações de onde seriam desalojados por uma força da P. S. P.

Colocação de professores

Um processo com três frentes

O dia de ontem foi marcado no campo do ensino por três pontos do mesmo tema: a colocação dos professores.

Vítor Alves, ministro da Educação e Investigação Científica regressado ontem à tarde da Suécia, disse: «No caso da falta de colocação de professores, o Ministério já explicou por várias vezes, a razão e já reconheceu que há uma falta sua. Eu já referi os porquês. Estes são muitos, estão ligados a deficiências de montagem do próprio Ministério, estão ligados a interesses de grupos, seja dos professores ou dos candidatos a professores. É este choque de interesses de uma máquina que, realmente, não se apresentou bem montada, que está a provocar tudo isto. É uma culpa conjunta e o que interessa é ultrapassá-la».

Já da mesma opinião não serão os candidatos a professores que culpam o M.E.I.C. de todas as deficiências que têm envolvido o processo. Também os estudantes se pensam as únicas vítimas de toda esta situação. Assim, ontem à tarde, cerca de 300 candidatos a professor ocuparam as instalações da Comissão Central de Colocações à Praça José Fontana. Seriam desalojados pouco tempo depois por uma força policial de 20 agentes.

No prospecto-apelo distribuído à população em geral justificavam a sua acção pela existência de imensas vagas não preenchidas: existência de milhares de candidatos inscritos desde Maio e Agosto à espera de colocação; tremenda arbitrariedade do M.E.I.C. em dar por concluída a 2.ª fase de colocações sem que sejam preenchidas pelos candidatos habilitados as vagas existentes; criação através de decreto-lei de uma terceira fase em que os candidatos habilitados inscritos desde Maio e Agosto seriam colocados só depois da colocação dos professores retornados que chegaram depois ou irão chegar».

Entretanto, também o dia de ontem foi marcado pela greve, ou tentativa de, dos estudantes do Ensino Secundário em vários pontos do País. Se teve mais êxito nas escolas secundárias (polivalência de cursos, uma população escolar mais heterogénea e com interesses e vias profissionais mais diversificados) do que nos liceus, por outro lado, regista-se a fraca disponilibidade dos liceus de Lisboa para aderirem à greve ao contrário das escolas secundárias e técnicas dos distritos de Setúbal, Santarém e Leiria.

DUAS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO

Hoje, às 10 horas, o major Vítor Alves recebeu uma delegação dos candidatos a professor, na sequência da ocupação da C.C.C. efectuada ontem. Como forma de apoio ou possibilidade de pressão os candidatos a professor apelaram para que hoje, a partir das 9 horas, estudantes, pais, comissões de gestão e população se concentrem frente ao edifício do M.E.I.C.1

Também uma delegação dos estudantes, na sequência da greve, foram recebidos ainda ontem pelo secretário de Estado da Administração Escolar, comandante Mário de Aguiar.

Os alunos do Secundário exigiram do M.E.I.C. a colocação de todos os professores que faltam no prazo de uma semana, garantia de que os estudantes não verão o ano anulado em consequência de uma situação da qual se não consideram cúmplices mas vítimas. O comandante Mário de Aguiar disse que tudo iria ser feito para as reivindicações dos alunos serem satisfeitas. Adiantou, no entanto, a impossibilidade de que os 2400 professores por colocar o possam ser durante uma semana. Os estudantes exigiram ainda o estabelecimento de programas mínimos de matérias e aulas de recuperação para as disciplinas cujas aulas só começaram no 2.º período. Mais: que o M.E.I.C. tornasse pública a sua posição em relação ao tipo de avaliação de conhecimentos dos estudantes que não tiveram notas no primeiro período. O secretário de Estado da Administração Escolar, respondendo à última exigência feita pelos estudantes, diria que o assunto era tema de competência da Secretaria de Estado de Orientação Pedagógica.

Zenha na Cozinha Velha

"Deixar de fazer a revolução para se passar a fazer Estado"

O ministro das Finanças, dr. Salgado Zenha afirmou ontem, num almoço do Corpo Diplomático, na «Cozinha Veiha» em Queluz, em que foi convidado de honra, que o VI Governo «é mais um pequeno Parlamento, onde constantemente se reacendem as mesmas querelas, do que um Governo coeso, dirigido a um objectivo comum(...) Por vezes há até a impressão de que se pensa mais nas eleições do que em governar...».

Saudado pelo núncio apostólico, mons. Sensi, decano do Corpo Diplomático, que recordou a colaboração havida entre ambos após o 25 de Abril, Salgado Zenha começou por sublinhar que lhe tinha sido sugerida «uma exposição das linhas fundamentais da actividade do ministro das Finanças, nos últimos tempos, e que ela não durasse mais de um quarto de hora». Disse a propósito, ter lido nos jornais que houve há pouco «um debate na TV. francesa entre o senhor Miterrand, que parece ter decepcionado um tanto ou quanto os ouvintes. Foram tantos os números citados que se supõe não ter sido possível extrair muitas conclusões, excepto para aqueles que já as tinham antes».

Mais adiante, Salgado Zenha, considerou que o «colapso do Estado fascista operou-se por tal forma que não foi possivel, até agora construir sobre as suas ruínas um Estado democrático. Existem vários centros de poder, uma certa confusão no funcionamento dos mecanismos administrativos e o pressentimento generalizado de que é tempo de se deixar de fazer revolução para se passar a fazer Estado. Isto é a governar em democracia mas a governar.»

Considerou por outro lado que «para além do desemprego existente, não foi possivel ainda acertar uma política de rendimentos e preços, justa e aceitável, e sem ela não será possivel progredirmos. São constantes as reclamações». Citou um exemplo: «Recebi há dias a carta do chefe de Repartição de Finanças de uma cidade da província queixando-se de que ganha menos do que o menor dos contínuos de um banco vizinho e pouco mais do que a respectiva mulher da limpeza. E essas distorções não podem ser corrigidas de um dia para o outro».

Disse ainda que em breve será publicado o código de investimentos estrangeiros. Concluiu que, no seu entender, o caminho do Portugal português de 1976, será de «um Estado democrático, um Governo escolhido pelo povo e um plano económico de independência nacional».

Cinquenta locomotivas húngaras em Portugal

Dentro de um ano e caso as negociações chegarem a bom termo, cinquenta locomotivas húngaras serão utilizadas na nossa rede ferroviária.

Efectivamente, a firma húngara Ganz Mavag, de Budapeste, entrou ontem em contacto com a firma portuguesa Rocha, Amado e Latino, a quem apresentou diversos modelos de locomotivas.

Preço das 50 locomotivas: um milhão e duzentos e cinquenta mil contos, a pagar em dez anos.

Cimeira socialista, comício do P.P.D.

Expectativa no Porto para o fim-de-semana

Está a rodear-se de uma crescente expectativa o próximo fim-de-semana no Porto, com a realização da cimeira de dirigentes da Internacional Socialista, no sábado e no domingo, e uma concentração-comício, no sábado, do P. P. D. A expectativa não decorre apenas da importância da reunião de dirigentes socialistas e sociais-democratas, mas também, e principalmente do que pode acontecer a partir da afluência de inúmeros militantes do P. P. D. à cidade. O facto de a cimeira se realizar não no Porto mas nas proximidades — Póvoa de Varzim, como foi anunciado — e o facto de a concentração do P. P. D. ter lugar no sábado não reduz a expectativa. Admite-se mesmo que a realização quase simultânea da cimeira e da concentração possa vir a produzir incidentes. E é a esta expectativa que corresponde um «alerta» do P. S. ontem emitido a propósito do «comportamento» do P. P. D., e uma local publicada hoje no semanário «O Jornal» falando de pressões de Sá Carneiro junto de certas embaixadas estrangeiras por causa da cimeira.

No comunicado («alerta») ontem emitido, o P. S. «lamenta a atitude assumida pelo P. P. D. ao marcar, posteriormente, um comício para o dia 13 do corrente na cidade do Porto. Não é que o P. S. diz. «pretenda absorver em absoluto ps visitantes; não é que o P. S. ignore a liberdade que cada um, ou cada organização, tem de se expressar; mas a verdade é que as 'decisões de última hora' não escondem objectivos que as acompanham».

Comícios e sessões

HOJE

P. S.: Comício em Arruda dos Vinhos, às 21 horas, com Manuel Alegre; Sessões de esclarecimento em Valença, Ota, Vila Boim (Elvas), Cabeço de Vide, Santo António das Areias, Santo Amaro (Portalegre), Moilã (Setúbal) e Pinhal Novo, às 21 horas, e nos estaleiros de Viana do Castelo, às 17.30.

P. C. P.: Sessões de esclarecimento em Refugidos (Alenquer), Santo Isidoro (Mafra), Lisboa, no salão do clube «O Nacional» (Largo do Beato), Vendas de Azeitão, Pinhal Novo, Barreiro (Sessão sobre o Dia Mundial da Mulher), Cooperativa Condado de Palma, Monsanto (Alcanena), Jovim e Melres (Gondomar), Baguim (Rio Tinto) e no Porto (no Gabinete Azevedo de Campanhã e nas escolas primárias dos bairros da Prelada e Fernão de Magalhães), às 21 horas; na Cooperativa Estrela Vermelha, às 18.

P. P. D.: Comício na Chamusca, às 21.30, e sessões de esclarecimento em Santo António dos Cavaleiros, Santo Estevão das Galés (Mafra), A-da-Beja (Belas), A-do-Barbas (Maceira do Lis) e Bombeiros Voluntários Lisbonenses, às 21.30.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. da República, 29-27 — Telef. 574073
LISBOA

JOVEM TRABALHADOR DO COMÉRCIO

Tens o teu 1.º Encontro, Sábado dia 13/3 às 15 horas na Sede do Teu Sindicato, Av. da República, 29.

Em Frente pela Criação de um Forte Movimento de Jovens Dentro do Sindicato.

Lisboa, 11/2/76

PELA DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS TELECOMUNICAÇÕES

(Ex-Sindicato dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão)

Telefones 66 66 52 / 67 25 45

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

(Continuação — 2.ª Sessão)

Convocam-se todos os associados para a continuação — 2.ª sessão — da Assembleia Geral Extraordinária iniciada em 4/3/76.

A Assembleia continua no próximo dia 15/3/76, pelas 21.00 horas na sede do Sindicato, Largo de Santos, 13-3.º Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Política salarial (esgotado na 1.ª sessão)
2. Contratação colectiva (esgotado na 1.ª sessão)
3. Projecto «Horário de Trabalho Nacional»
4. Lei dos despedimentos
5. Informações

a) Documento «Rádio Actual»
b) Outras

Lisboa, 11 de Março de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Luís Filipe Correia da Costa

Trabalho

Póvoa, Vila do Conde

Mestres suspendem "lock out", pescadores regressam ao mar

Cerca de 900 pescadores da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde regressaram hoje à faina, no termo ao **lock out** iniciado na segunda-feira pelos mestres e armadores daqueles centros pesqueiros. Os pescadores, no entanto, concederam um prazo de oito dias para pagamento dos dias em que não puderam trabalhar, devido à recusa dos mestres sairem para o mar.

Os pescadores tomaram conhecimento da decisão dos mestres e armadores durante um plenário realizado ontem à tarde, em Vila do Conde, decidindo comparecer ao trabalho, mas exigindo o pagamento dos dias em que se viram impedidos de trabalhar.

Elementos da secretaria de Estado das Pescas presentes no plenário classificaram a atitude dos mestres como *lock out*, reconhecendo que os pescadores têm direito à competente indemnização. A ausência do representante do Ministério do Trabalho, originou, por parte dos sindicatos e pescadores presentes (cerca de 500), severas críticas àquele organismo governamental.

A decisão de suspender o *lock out* foi tomada ontem de manhã pelos armadores e mestres, em reunião de análise da situação, subsequente a uma concentração de pescadores, na véspera, em que estes manifestaram uma posição firme perante o conflito gerado.

Ajudantes de farmácia

Grande adesão à greve

Com um saldo de 95 por cento de adesões, não só em Lisboa como em quase todo o País, deu-se ontem cumprimento a uma greve dos ajudantes de farmácia, primeira base da luta dos trabalhadores pela aprovação de um novo Contrato Colectivo de Trabalho. Funcionaram em pleno, garantindo o abastecimento medicamentoso, as farmácias de serviço, com algumas de menor dimensão, cujo comércio era suportado pelos patrões e (ou) responsável técnico.

Casos de pessoas não habilitadas para vendas de medicamentos foram detectados em vários locais, já que os proprietários das farmácias, em alguns, poucos, casos, recorreram quer a familiares, quer a amigos. «Um perigo para a saúde pública», salientou um dirigente sindical. Mas, avisada a Direcção-Geral de Saúde, nenhuma medida foi tomada.

Uma situação deste tipo, ocasionou um incidente num estabelecimento da Avenida de Roma, onde ao balcão se encontrava em funções o marido da proprietária, sem qualquer habilitação para o fazer. Chamar a atenção, tirar uma fotografia, foram actuações do piquete de greve que se apercebeu do facto. Agredir um dos elementos do grupo foi a resposta do filho do dono e exibir uma pistola foi a atitude do dito.

Entretanto, continua marcada para os dias 22 e 23 nova greve nacional dos ajudantes de farmácia, no sentido de pressionarem as negociações entre os trabalhadores e a associação representativa dos proprietários de farmácias.

De acordo com um comunicado divulgado pelo Ministério do Trabalho e como já tinha sido noticiado, decorrem negociações entre as partes interessadas. Numa reunião efectuada no dia 10, foi apresentado por um representante ministerial, o diploma legal sobre contratação colectiva que se encontra para publicação. A associação patronal comprometeu-se a apresentar uma resposta às propostas dos trabalhadores até ao dia 27, aceitando desde já o início da discussão desde o dia 29. O facto deixa entrever a possibilidade de se concretizar a greve marcada para os próximos dias 22 e 23.

Diz o Ministério do Trabalho, naquele comunicado, referindo-se às negociações em curso: «O M. T. não pode aceitar a intransigência das posições, face à defesa do interesse do público. Dado que tem sido aceite e por escrito, pela associação patronal, iniciar a discussão negocial a partir do próximo dia 29, não há justificação para que seja mantida a decisão de executar a greve.»

Contudo, houve greve. E a próxima encontra-se dependente de assembleia geral dos trabalhadores, a efectuar.

Comunistas da hotelaria alertam refugiados

«Em reuniões de **esclarecimento** do P. P. D. e C. D. S. foi posto a circular o boato de que os comunistas estariam a preparar o ataque aos hotéis através do **poder popular**, o que faz parte integrante da manobra tendente a **caçar** votos aos refugiados das ex-colónias e, de uma maneira geral, desacreditar as estruturas do movimento popular, forma de organização e garantia de um regime democrático.»

Noticiando o facto, a Organização da Indústria Hoteleira e Turismo de Lisboa do P. C. P. alerta os refugiados das ex-colónias para a «manipulação de que estão a ser alvo por parte de forças e partidos políticos que se querem **servir** dos refugiados com fins eleitoralistas».

Segundo um comunicado daquela Organização, dirigido aos retornados e a todos os trabalhadores, «são esses mesmos partidos que, a nível dos órgãos do Governo, boicotam e dificultam as suas reivindicações, para os lançarem num clima de desespero propício ao avanço da direita reaccionária e do fascismo».

Estatutos da Função Pública

Pedida a impugnação do acto eleitoral

Trabalhadores afectos ao projecto C, concorrente à votação dos Estatutos do Sindicato da Função Pública (zona sul) apresentaram pedidos de impugnação do acto eleitoral, com base em alegadas irregularidades.

Segundo os autores dos pedidos as irregularidades teriam consistido no não cumprimento do prazo de afixação dos cadernos eleitorais e na incorrecta identificação dos votantes em algumas assembleias de voto. Trata-se, portanto, de fundamentos irrisórios, tanto mais que foram bastante publicitados os prazos de afixação e sempre esteve à disposição dos trabalhadores na sede da organização sindical uma cópia dos cadernos eleitorais definitivos. Quanto à identificação dos eleitores, na falta de documento de identificação, algumas mesas seguiram o critério definido na lei eleitoral, ou seja, a identidade era abonada por duas pessoas.

De qualquer maneira, os autores dos pedidos de impugnação, sob pena de estes ficarem sem efeito, têm de apresentar documentos e provas até à próxima segunda-feira. De seguida, a Mesa da Assembleia Constituinte (que, recorde-se, homologou as actas de todas as Mesas de Voto apesar das aludidas irregularidades) tem o prazo de quarenta e oito horas para decidir, cabendo recurso desta decisão para a Assembleia de Eleitores, constituída por todos os trabalhadores inscritos nos cadernos.

Taxistas do Porto ameaçam parar

Reunidos no seu Sindicato, os taxistas do Porto decidiram por unanimidade «fazer a paralisação total dos táxis, com impedimento do trânsito, se porventura as autoridades não tomarem posição no caso de os retornados porem em circulação táxis no dia 15, conforme consta».

A reunião decorreu um tanto agitada, embora no tocante àquele ponto as posições tivessem sido unânimes. As complicações tinham surgido relacionadas com o problema das licenças para táxis, em que os motoristas defendem um critério de prioridades na sua passagem aos profissionais do sector.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalo-Mecânica do Distrito de Lisboa

ENCONTRO DE JOVENS METALÚRGICOS

DO DISTRITO DE LISBOA

NO DIA 13 DE MARÇO DE 1976, NO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS RUA DA JUNQUEIRA, 86, (TRASEIRAS DA F.I.L.)

PROGRAMA

10.00 ÀS 10.30 H. — PLENÁRIO DE ABERTURA
10.30 ÀS 13.00 H. — FUNCIONAMENTO DAS SECÇÕES
14.30 ÀS 17.00 H. — FUNCIONAMENTO DAS SECÇÕES
17.00 ÀS 18.00 H. — I N T E R V A L O
18.00 ÀS 19.00 H. — LEITURA DAS CONCLUSÕES
19.00 H O R A S — CANTO LIVRE

JOVEM! PARTICIPA NA DISCUSSÃO DOS TEUS PROBLEMAS!

TRANSPORTES PARA A FIL/RUA DA JUNQUEIRA:
AUTOCARROS N.os 27, 32, 49.
ELÉCTRICOS N.os 15, 16, 17.

Termoeléctrica-Génia

Cem pessoas à beira da fome

Os trabalhadores da Termoelectrónica-Génia, há maus dum ano em luta contra a entidade patronal, suportando cerca de 60 mil contos de dívidas aos bancos e aos fornecedores, com ordenados em atraso, sem 13.º mês, vêm agora a público dar conta da situação da empresa, depois de, na sequência de um processo, se ter verificado a intervenção policial a pedido dos administradores.

No dia 8, os trabalhadores pediram à administração, de acordo com o comunicado, que pagasse mil escudos a cada trabalhador, o que foi recusado. O facto originou a retenção dos dois administradores nas instalações da empresa e daí a intervenção policial, caracterizada pela comparência de mais de cem elementos, metade dos quais coletes à prova de bala e armados de matracas e granadas de gás.

Agora, foram enviadas cópias aos trabalhadores de cartas da administração ao M.T. e ao B.N.U., formalizando o abandono da empresa e delegando a administração da firma no credor maioritário, exactamente aquela instituição bancária.

Daí que os trabalhadores, reunidos em plenário, tenham decidido enviar todos os esforços no sentido de que as autoridades competentes resolvam a situação dos cem trabalhadores da empresa, quase lançados na situação de desemprego e consequentemente de fome.

NOTA OFICIOSA

Do Ministério do Trabalho recebemos para publicação a seguinte nota oficiosa:

«Em 1 de Junho de 1975, os sindicatos representativos dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas e metalomecânicas apresentaram às respectivas associações patronais uma proposta de Contrato Colectivo de Trabalho vertical de âmbito nacional.

Face à apresentação desta proposta, reagiram as associações patronais, assumindo condutas que apenas conduziram ao protelamento das negociações.

Gerou-se assim uma situação de impasse, que a breve trecho se verificou ser susceptível de conduzir a formas graves de luta reivindicativa.

Para desbloquear esta situação, viu-se o Ministério do Trabalho na necessidade de intervir, tendo convocado as partes para sucessivas reuniões, que tiveram lugar durante o mês de Julho de 1975.

Com isto pretendeu o Ministério do Trabalho, não só esclarecer as partes sobre o assunto em questão e nomeadamente as associações patronais, como também **estabelecer por acordo, normas, prazos e fases do processo de contratação.**

Nessas reuniões, as associações patronais mostraram-se pouco receptíveis às negociações invocando motivos que, embora dignos de consideração e atenção, não podiam legitimar a posição que estavam a assumir, muito menos a sua recusa total de negociar o C. C. T., posteriormente assumida.

Em face desta posição, o Ministério do Trabalho, reconhecendo a justiça da posição dos trabalhadores, ao pretenderem, e já com grande atraso a revisão das suas condições de trabalho, decidiu actuar através da via administrativa, comprometendo-se a fazer publicar uma portaria contemplando os pontos fundamentais do C. C. T., nomeadamente a matéria salarial, no sentido de evitar o agravamento das tensões sociais e políticas no contexto de crise grave que atravessa o País.

A portaria de regulamentação de trabalho para a indústria metalúrgica e metalomecânica veio a ser assinada em 30 de Agosto de 1975 mas, produzindo efeitos a partir de 1 de Junho do mesmo ano.

Esta portaria regula um número limitado de matérias, abrindo caminho à conclusão da regulamentação por via negocial. Efectivamente, ela não abarca aspectos fundamentais que têm forçosamente de ser tratados em negociações entre associações patronais e os sindicatos.

Neste contexto, e considerando que se torna urgente a negociação do restante clausulado, vem o Ministério do Trabalho desde já informar que terá lugar no próximo dia 1 de Março às 10 horas uma reunião para reinício das negociações do Contrato Colectivo de Trabalho das indústrias metalúrgicas e metalomecânicas.»

Trabalho

Leonor Dantas: «Os doentes, de um modo geral, compreendem a luta dos enfermeiros»

Manhã diferente em S. José

. «Os serviços de banco, maternidade, pediatria, todos os serviços de urgência, enfim, estão normalmente asseguradas. Estamos em greve, mas permanecemos nos nossos postos de trabalho». Assim nos falou no Hospital de São José, um dos muitos enfermeiros com quem conversámos esta manhã, manhã de greve nos hospitais, situação em Portugal, quase inédita para os doentes.

O que se passa com os doentes era a pergunta que o repórter levava engatilhada. Ao nível da assistência de urgência, asseguraram-nos que não há qualquer problema. Por parte dos próprios doentes, existe conforme nos disseram alguns deles, um generalizado espírito de compreensão pelas formas de luta adoptadas pelo pessoal de enfermagem.

Leonor Dantas, hospitalizada há cerca de cinco meses em consequência de um desastre de viação adiantou-nos: «No serviço onde estou, as pessoas são quase todas de idade avançada e muitas delas não têm bem a consciência do que se passa. Entretanto, os doentes com quem tenho hoje falado concordam num facto que é este: a luta dos enfermeiros visa fundamentalmente a criação de melhores condições para todos. É sabido, e os senhores dos jornais deviam falar mais nisso, que as condições técnicas e humanas dos hospitais devem ser rapidamente revistas».

Passar da conversa às soluções práticas é a «política» implicitamente defendida por Leonor Dantas.

Notava-se, nos serviços do Hospital de São José onde estivemos, um clima «diferente» de solidariedade entre as pessoas. Piquetes de dinamização percorriam o hospital na missão de explicar a s razões e os objectivos da greve dos enfermeiros. «A nossa luta destina-se afinal e fundamentalmente, a defender os interesses dos doentes» — sublinhou-nos um elemento desses piquetes. «Os doentes têm-nos compreendido — acrescentou. — Aliás, eles sabem que a greve não envolve qualquer perigo para eles. Quem, de urgência, tocar a campainha, será imediatamente atendido».

Com — digamos — a exaltação dos «grandes momentos», houve quem acrescentasse: «Está nas mãos de todos nós, fazermos hospitais melhores. Isto é uma fase do caminho a percorrer.

Enfermeiros

Greve pela saúde

Os profissionais de enfermagem do Continente e Madeira entraram esta manhã em greve, tentando pressionar o Governo a aceitar o seu caderno reivindicativo,nomeadamente no que se refere a melhores condições de trabalho e salariais.

A greve, que já havia sido decidida em plenários da classe realizados nas zonas Norte e Centro, foi ontem ratificada pela assembleia geral do Sindicato da zona Zul.

A paralisação de trabalho não abrange determinados serviços considerados de urgência. Estão neste caso os bancos de urgência, sanatórios, casas de saúde, maternidades, serviços de pediatria e unidades de cuidados intensivos. Nos restantes serviços incluindo Caixas de Previdência, a paralisação é total e nos centros de saúde apenas funcionam os serviços de vacinação antitetânica e anti-rábica.

Entretanto, durante todo o dia de ontem muitos profissionais de enfermagem, convocados pelos respectivos sindicatos, estiveram concentrados em frente ao Ministério dos Assuntos Sociais tentando forçar o Governo a alterar a contraproposta ao caderno reivindicativo que havia sido apresentado há oito dias.

Ao fim da manhã de ontem tudo indicava que o litígio poderia ter uma solução. Com efeito, após uma reunião com os dirigentes de todos os sindicatos de enfermagem o ministro dos Assuntos Sociais disse que se iria encontrar com responsáveis pelo Ministério das Finanças para tentar o reajustamento nos ordenados mais baixos. Os reajustamentos obtidos foram, porém, quase insignificantes: 900 escudos para os auxiliares de monitor e 200 escudos para os auxiliares de enfermagem e parteiras sem curso de base.

Assim, a concentração prolongou-se pela tarde, gritando-se palavras de ordem que hostilizavam a contraproposta governamental, assacando ao Governo a responsabilidade pela greve e exigindo salários mais justos e uma enfermagem ao serviço do povo e dos doentes. Finalmente, durante a concentração foram lidas algumas moções de apoio de doentes internados em estabelecimentos hospitalares.

O CONFLITO

O conflito entre os enfermeiros e o M. A. S. prende-se com a tabela salarial, a aposentação, a protecção dos filhos e a segurança no trabalho além de reivindicações genéricas de melhores condições de trabalho.

No que se refere à retribuição, os dirigentes e delegados sindicais, bem como a generalidade da classe, além da necessária actualização, pretendem uma redução do leque salarial. Em contrapartida e em seu entender a contraproposta salarial do Governo «deturpa toda a filosofia do caderno reivindicativo, uma vez que consente em beneficiar os que já ganham mais».

Os sindicatos exigem, por outro lado, a reforma após 30 anos de serviço ou 60 de idade, atendendo ao desgaste psíquico e físico que a profissão provoca.

No que se refere à protecção dos filhos os enfermeiros reivindicam creches e parques infantis visto que os horários de trabalho (por turnos) se estendem pelas 24 horas do dia. Além disso, a classe de enfermagem exige um horário de 36 horas semanais.

POSIÇÃO DOS MÉDICOS

O Sindicato dos Médicos da Região do Sul tomou posição sobre a situação do sector de enfermagem. Depois de afirmar reconhecer o valor dos profissionais de enfermagem e a necessidade imperiosa de melhorar as suas condições de trabalho e sociais, o comunicado daquele Sindicato afirma:

. «O direito à greve dos trabalhadores da Saúde está subordinado a factores humanos que ultrapassam os condicionalismos habituais e só poderá justificar-se em condições extremas, já que o prejuízo dos doentes, por mínimo que seja, afecta profundamente a comunidade, em geral e a ética médica, em especial».

Entendendo que acima de tudo tem de assegurar-se o direito à saúde, «não podendo alienar-se o primado da preparação e competência técnicas, como factor fundamental na defesa das populações», o Sindicato dos Médicos «considera inaceitável que uma **promoção técnica** não respeite o princípio de que a preparação diferente deve corresponder qualificação diferente, base de toda uma valorização que importa assegurar para defesa da qualidade de um futuro Serviço Nacional de Saúde».

APOIO DA L. C. I.

O núcleo da Saúde da L. C. I. divulgou também um comunicado em que apoia a actual luta da enfermagem «por melhores condições de trabalho e de assistência aos doentes, pelo Sindicato Único dos Enfermeiros, rejeitando a criação fantoche do pró-Sindicato dos Enfermeiros Diplomados».

«A luta da enfermagem», prossegue o comunicado, «é a luta de todos os trabalhadores. É a luta dos próprios doentes, na sua maioria trabalhadores, que só beneficiam com as lutas levadas a cabo pelos trabalhadores da saúde, pois elas também se destinam a melhorar a assistência prestada.»

. Entretanto, como se sabe, o Sindicato Nacional dos Enfermeiros Diplomados não apoia a greve tendo aconselhado os seus associados a não aderirem, continuando a executar as tarefas habituais.

Porto

Comércio encerrado amanhã

A impossibilidade de encetar negociações para a revisão do C. C. T. dos trabalhadores do comércio retalhista do distrito do Porto, leva cerca de 20 mil sindicalizados a paralisar amanhã.

A comissão sindical de negociações, representando oito sindicatos que englobam todos os concelhos do distritoo, em diversos ramos da actividade, esteve ontem na Associação de Comerciantes do Porto para início daquelas negociações, visando um contrato semivertical para todo o comércio retalhista, tendo sido aí informada por ofício daquela associação que o patronato apenas aceita negociações sectoriais com tabelas diferenciadas de sector para sector.

Nessa altura, o patronato recusou a negociação com base no facto do contrato ser semivertical. Chega das as coisas a este ponto, os trabalhadores afirmam que o patronato pretende negociar «um contratozinho para cada uma das profissões», o que, conforme declararam em conferência de Imprensa, ontem, significa que o patronato visa manter as divisões existentes nas empresas e ramos do sector, divisões essas que os trabalhadores repudiam.

Acrescentaram que as deliberações sobre o problema têm sido tomadas conjuntamente por todos os trabalhadores ao serviço do comércio retelhista e independentemente da sua profissão, pelo que a unidade assim constatada na prática não pode ser posta em causa quando se trata de negociações contratuais.

Estes trabalhadores estão representados pelos Sindicatos do Comércio, Vestuário, Metalúrgicos, Electricistas, Técnicos de Desenho, Carpinteiros, Marceneiros, Contínuos e Porteiros. Desde Dezembro do ano passado que o problema da contratação se arrasta, primeiro com o congelamento oficial da contratação colectiva, agora com a posição dos patrões ao pretenderem negociar contratos parcelares com vista a protelar a questão e a obter a divisão dos trabalhadores. Assim, afirmaram ainda na conferência de Imprensa, rompidas as negociações, atribuem tal responsabilidade à classe patronal e decidem-se pela greve como única solução para resolver o caso.

Segundo afirmaram a delegação do Ministério do Trabalho por via oficiosa, enviou à Associação de Comerciantes do Porto um projecto de decreto-lei acerca da contratação colectiva. Segundo os trabalhadores, isto significa que a delegação do M. T. no Porto «prefere manter relações com o patronato do que com os trabalhadores o que é inconcebível.» Os representantes do comércio retalhista, em greve a partir de amanhã, recorreram ao Conselho da Revolução, ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro. Deverão ser recebidos esta tarde pelo C. R. e, na segunda-feira, pelo Presidente da República.

Amanhã, às 8 horas, os trabalhadores em greve apresentar-se-ão nas instalações do Sindicato, onde estudarão a organização de piquetes.

Construção civil

Conflito à vista

. «Participaremos em todas as reuniões que o Ministério do Trabalho e o patronato quiserem, mas só para discutir as possibilidades de revitalização do sector. Para negociar, não». É esta a posição do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Lisboa, que é corroborada pelo de Setúbal, no que respeita ao problema de publicação ou não da portaria de regulamentação de trabalho para o sector; já concluída desde 24 de Novembro de 1975.

Entretanto, os delegados sindicais aprovaram uma proposta no sentido de se iniciar um processo grevista caso a portaria não seja publicada até ao próximo dia 15. Esta proposta foi ratificada por aclamação na Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato da Construção Civil de Lisboa, convocada para apreciar e decidir das irregularidades durante o acto aleitoral naquele organismo.

De resto, no domingo, realiza-se no Porto uma reunião de representantes dos diversos sindicatos abrangidos pela portaria a fim de serem debatidas as formas de luta a adoptar. Seguir-se-ão assembleias de trabalhadores que decidirão. De qualquer maneira a greve é muito possível.

BALDIOS EM DISCUSSÃO

A aplicação prática da lei dos baldios, de acordo com as condições de cada região, é tema para uma sessão de esclarecimento a realizar no domingo, na sede da junta de freguesia de Talhadas do Vouga, com a presença dos secretários de Estado da Reestruturação Agrária e do Fomento Agrário.

A reunião é promovida pelo Movimento dos Utentes dos Baldios, com sede em Préstimo, Águeda.

Porto

Greve nos transportes não afecta movimento

A greve dos chefes do movimento dos transportes colectivos do Porto continua até que a sua reivindicação salarial, com equiparação a outros chefes do mesmo serviço, seja satisfeita. Durante o dia de ontem o movimento das carreiras urbanas daquele serviço não foi afectado e, segundo informação colhida esta manhã junto do coronel Oliveira Pinto, presidente do Conselho de Gestão, nada faz prever que, por enquanto, a situação se agrave, prosseguindo assim o funcionamento normal das carreiras.

Comemorar as nacionalizações

Com o objectivo de comemorar o 1.º aniversário das Nacionalizações no nosso País, o P. C. P. leva a efeito amanhã, pelas 16 horas, no Campo de Futebol do Club Oriental de Lisboa, em Marvila, um comício, com a participação, entre outros, de Carlos Aboím Inglês e Veiga de Oliveira, ministro das Obras Públicas do VI Governo.

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

CONCURSO DE EFECTIVOS DO CPES E ES

Convocam-se os professores sindicalizados do CPES e ES dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, para um Plenário a realizar no **dia 12 de Março, 6.ª feira, pelas 21.30 horas, no Anfiteatro I da Faculdade de Letras.**

ORDEM DOS TRABALHOS

Concurso de efectivos

A COMISSÃO DIRECTIVA
(Secção do CPES e ES)

Geral

Luís Cabral: «Estes actos de soberania que estamos a praticar para a independência da nossa terra não comprometerão os nossos desejos sinceros de continuar as negociações com o Governo Português».

Luís Cabral ao criar a moeda da Guiné-Bissau

"Temos de defender a amizade que existia entre os dois povos desde o tempo do fascismo"

DANIEL REIS
(correspondente do "D.L." em Bissau)

O escudo português, na sua versão colonial para a Guiné, deixou de circular na República da Guiné-Bissau, a partir das 18 horas da terça-feira passada, dia 2 de Março de 1976. Em seu lugar, o Banco Nacional da Guiné-Bissau pôs em circulação a nova moeda nacional, o **peso** guineense (PG), que tem a mesma equivalência do escudo (1 peso-1 escudo) e se divide igualmente em centavos.

As notas trocadas a partir das oito horas da manhã do último domingo levam na frente as figuras de três heróis nacionais, mortos durante a luta de libertação nacional: Amílcar Cabral (notas de 500 pesos), Domingos Ramos, um membro do Bureau Político do Partido, braço militar de Amílcar e combatente de escol, morto no ataque ao quartel de Medina do Boé (as notas de 100 pesos) e Pensau Na Isna, um camponês balanta do Sul do país, herói da batalha de Como, em 1964, que combateu por todo o país para morrer às portas de Bissau, em Nhacra. As notas de 50 pesos que o homenageiam apontam o seu exemplo à juventude, pois começou a luta analfabeto e, no intervalo dos combates, aprendeu a ler e cultivou-se ocupando funções de elevada responsabilidade quando morreu.

Esta decisão de romper com o escudo português e criar a própria moeda nacional foi acolhido como uma segunda independência nacional. No entanto, quer a decisão do Conselho de Estado, quer as declarações que se lhe seguiram acentuam que se tratou de um acto de soberania e que não pode ser interpretado como uma hostilidade contra Portugal. «Pelo contrário», diz um editorial do jornal «Nô Pintcha», inserido na edição especial (domingo, dia 29 Fev.) deste jornal oficial, «não existindo já esta questão, seria agora desejável ver iniciar-se uma nova era de franca cooperação entre os nossos países e povos, na qual um espírito de autêntica compreensão mútua permitisse a adopção de soluções definitivas para todos os problemas resultantes do passado colonial».

Mas para além desta referência e para além da acentuação visível no comunicado do Conselho de Estado de que «a soberania nacional se mantem limitada pelo facto de o privilégio de emissão que é uma prerrogativa da soberania ser exercida até esta data por um Banco da antiga potência colonial» e que «o Governo não pode aceitar, sem hipotecar a dignidade nacional, a continuação de tal situação que a antiga potência colonial procura impor-nos», parece-nos importante dar a conhecer aos leitores o texto do discurso que o presidente do Conselho de Estado, Luís Cabral, pronunciou ao comunicar a decisão, numa sessão solene em Bissau.

Chamamos, especialmente a atenção para as questões programáticas que nele se abordam, como consequência da criação da moeda nacional e o início de um combate intransigente contra os especuladores, os traficantes de mercadorias, os comerciantes que se servem de subterfúgios vários para forçar a saída ilegal de divisas e, especialmente, os proprietários dos estabelecimentos comerciais, que residem no estrangeiro, que foram convidados a fecharem as suas lojas no país.

Publicamos as partes que consideramos mais importantes do discurso, improviso de Luís Cabral, na versão portuguesa, do original em crioulo, tal como foi publicada no jornal «Nô Pintcha», órgão do Comissariado de Estado de Informação e Turismo.

PORQUÊ SÓ AGORA?

«Há muita gente, os nossos amigos, os nossos camaradas que perguntam porque, no dia em que tomámos a Fazenda, a Administração, a Polícia, em que tomámos muitos outros lugares de Estado, em Bissau, porque é que nesse dia não tomámos o Banco. Mas, quero explicar àqueles nossos camaradas, àqueles nossos amigos que não era problema de tomar o Banco, porque nós tínhamos o nosso Banco. O problema era negociarmos com o Banco Nacional Ultramarino, para que parasse a sua actividade na nossa terra, para que o Banco Nacional da Guiné-Bissau começasse a funcionar.»

«Nós aceitámos as negociações com toda a abertura com a compreensão, com o desejo de cooperação, que marca profundamente a acção do nosso Estado em relação a Portugal, desde o dia em que manifestámos o desejo de cooperação com o povo português, na medida em que o Governo de Portugal reconheceu o nosso Estado soberano da Guiné-Bissau. Portanto, foi nesse espírito que aceitámos, que aguardámos o desenrolar das negociações, para ver se chegavam a um resultado positivo, para que o Banco Nacional Ultramarino parasse a sua actividade na nossa terra, para que o Banco Nacional da Guiné-Bissau começasse a sua actividade como banco emissor e comercial da nossa terra. Mas, infelizmente, aquelas negociações, depois de quatro tentativas, de quatro fases, não chegaram a um resultado satisfatório para nós. Chegámos a um ponto de impasse, a um ponto que não sabíamos aonde nos levaria. E então, naquela situação, o nosso Governo, o Conselho de Estado, não podia esperar mais, para dar ao Banco Nacional da Guiné-Bissau, todos os meios necessários para começar a sua actividade na nossa terra. É isso que fazemos hoje.»

«ESTE ACTO VEIO LIMPAR O CAMINHO PARA CONTINUARMOS AS NEGOCIAÇÕES COM PORTUGAL»

(...) **«Quero dizer que isto não pode ser visto como um acto de hostilidade em relação ao Governo de Portugal. Ao contrário, estamos convencidos que o Banco tem sido um entrave no resultado das negociações que temos tido com Portugal. E hoje, que o Banco Nacional da Guiné-Bissau está instalado, e que o Banco Nacional Ultramarino cessa a sua actividade no nosso país, embora abramos um contencioso em relação a este problema, para voltarmos a discutir com o Governo português, isso vai limpar o caminho, para continuarmos as negociações com Portugal, numa base de igualdade, numa base de franqueza e numa base de defesa de interesses dos nosso povos, interesses inalienáveis que não podemos deixar de qualquer maneira. Este é que é o objectivo fundamental da nossa luta: defender os interesses do nosso povo.**

(...) Digo mais uma vez: estes actos de soberania que estamos a praticar para a independência total da nossa terra, não comprometerão os nossos desejos sinceros de continuar as negociações com o Governo português, para solução do contencioso do problema colonial, e para a criação de uma cooperação, que queremos franca, activa e, sobretudo útil aos nossos dois povos. Temos que defender aquela amizade que existia desde o tempo do fascismo entre o nosso povo e o povo português.»

«A luta continua, para a frente, camaradas e temos a certeza na nossa vitória. Porque ela é uma vitória da justiça. A vitória está sempre com aquelas pessoas que ousam enfrentar a luta. E nós ousámo-lo.»

«A FORÇA DO POVO TRABALHADOR: CAMPONESES, OPERÁRIOS E INTELECTUAIS HONESTOS»

«(...) Desde o primeiro dia que tomámos a decisão de lutar pela independência da nossa terra, a nova vida tem sido caracterizada por um desafio permanente. Desafio contra todas as forças contrárias à nossa liberdade, à nossa soberania, à nossa independência nacional.»

«Fizemos o primeiro desafio pela libertação. Foi um desafio de forças, que inicialmente pareciam completamente diferentes na sua importância. Nós somos um povo pobre, explorado durante mais de 500 anos por um colonialismo retrógrado, agravado pelo facto, de estar ligado a um fascismo atrasado e doentio, que dominou durante mais de 50 anos o povo português. Eles tinham um exército colonial forte, com todos os meios modernos de agressão, diante de um povo sem nada, sem sequer roupa para vestir. Mas nós aceitámos aquele desafio. Começámos a luta e, com a coragem do nosso povo com a decisão do nosso povo de querer ser independente, com a decisão e coragem dos nossos combatentes de libertação nacional, ganhámos aquele primeiro desafio.»

«Conseguimos sair vitoriosos e contruir uma Pátria livre na África, uma Pátria onde hoje temos a responsabilidade de fazer a felicidade e o progresso de todos os filhos da nossa terra. Mas a vitória deste primeiro desafio implica novos desafios que temos que fazer.

O primeiro desafio é mostrar que nós, que somos independentes, que conquistámos a nossa liberdade, somos capazes, de facto, de consolidar a nossa independência, de fazer um Estado próspero, um país moderno, no meio dessa desgraça em que o colonialismo português nos deixou.»

«(...) Nós sabemos que isto é mais uma responsabilidade que carregamos nos nossos ombros, sabemos que essa responsabilidade é mais uma junta de tantas outras que temos tido. Mas sabemos, que somos capazes de defender esse novo desafio. Nós acreditamos no nosso povo, queremos dizer ao nosso povo, que esta nota que vai sair, os pesos da Guiné-Bissau, é uma força do nosso povo trabalhador, de camponeses, de operários, de todos os trabalhadores, de intelectuais honestos, de todos aqueles que querem que a nossa terra vá para diante. Portanto têm que trabalhar com coragem, com força, com entusiasmo, para fazermos cada dia o nosso peso valer mais.»

«O VALOR DO NOSSO DINHEIRO NÃO DEPENDE DAS RESERVAS DE OURO QUE POSSAMOS TER NO ESTRANGEIRO»

«O valor do nosso dinheiro não depende, de forma nenhuma, de reservas de ouro que possamos ter no estrangeiro. Não podemos pensar nisso. Nós precisamos muito de dinheiro estrangeiro, temos que arranjar maneira de o conseguir com os nossos amigos, os nossos aliados, para adquirirmos bens, para desenvolvermos a nossa terra para fazermos avançar a nossa terra, no ponto de vista de agricultura, adquirindo novos meios, novas sementes, formando quadros para a agricultura. Precisamos de dinheiro estrangeiro para adquirirmos máquinas, equipamentos, fábricas para desenvolvermos a nossa indústria, mas sabemos que o valor do nosso dinheiro vai depender, especialmente, do trabalho que vamos fazer na nossa terra, camaradas.»

«Portanto, fazemos um apelo a todo o nosso povo trabalhador, agricultores, lavradores da nossa terra, que produzem a maior fonte de riqueza da nossa terra. Fazemos neste momento, um apelo aos nossos operários, que trabalham nas pequenas fábricas que temos, nas nossas oficinas, nos nossos estaleiros, em todo o lado. Fazemos um apelo também aos nossos camaradas da Função Pública, de todos os outros serviços que podem existir na nossa terra.»

«Por mais que cada homem trabalhe, hoje, ele deve trabalhar ainda mais, porque ele sabe que com o esforço do seu trabalho, cada um, trabalhador da nossa terra, podemos garantir o nosso dinheiro, um dinheiro forte capaz de fazer o progresso e a felicidade do nosso povo na Guiné-Bissau.»

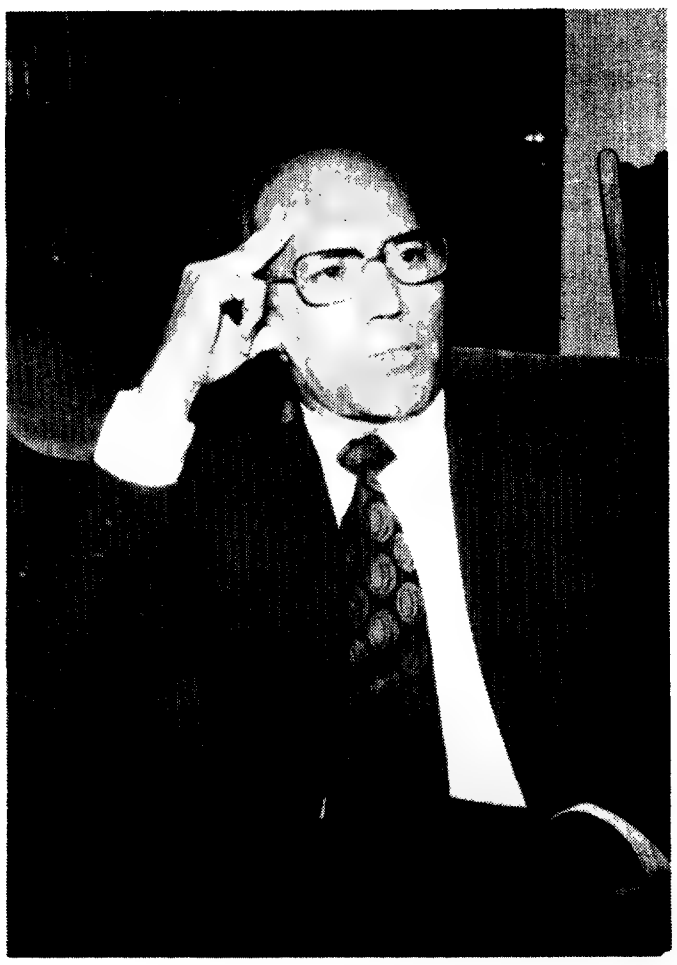
«QUEM NÃO QUER COLABORAR CONNOSCO ARRUME A BAGAGEM E SIGA O SEU CAMINHO»

«Mas, camaradas, temos que estar vigilantes, porque há muita gente qué ainda não compreendeu a nossa decisão de

Continua na pág. 12

As efígies de Amílcar Cabral, Domingos Ramos (membro do «bureau» político, morto no ataque a Madina do Boé) e Pansau Na Isna (camponês balanta, também morto em combate) figuram nas notas da Guiné-Bissau

Geral



Paulo Jorge, um dos homens que durante os anos difíceis da luta, em Argel, no Cairo e em Cuba, foi responsável por uma outra frente difícil que eram as relações exteriores, veio agora a Portugal ajudar ao «descongelamento» das nossas relações com a RPA

Portugal e Angola estabelecem relações

Tivemos ocasião de verificar a solidariedade do povo português

Entrevista de AUGUSTO VILELA

Enquanto em Angola, de Cabinda ao Cunene, o MPLA consolida as suas posições e arranca para a reconstrução do país, no longo caminho empreendido pelas forças progressistas para cicatrizar as feridas de uma guerra injusta e apagar as manchas de cinco séculos de colonialismo, vencidas as pressões que em Portugal se opunham ao reconhecimento da jovem nação africana, abrem-se agora perspectivas novas à cooperação e fortalecimento dos laços de amizade entre os dois povos.

São laços de amizade que de resto já existiam, porque tanto o povo angolano como o povo português foram marcados pela opressão do mesmo explorador, pelo fascismo, pelo colonialismo, pelo imperialismo.

Nos últimos dias, após uma diligência do ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, no sentido de um desbloquemento das relações entre Portugal e a República Popular de Angola, o Governo deste país decidiu estabelecer relações com Portugal.

Com o objectivo de trocar impressões preliminares com responsáveis do Governo português sobre a maneira como se processará o estabelecimento dessas relações, esteve durante alguns dias em Lisboa Paulo Jorge, adjunto à Presidência da República Popular de Angola e ao Departamento de Relações Exteriores do MPLA.

O dirigente angolano, cuja visita não foi divulgada, avistou-se durante a sua estadia em Portugal com o major Melo Antunes — e tudo aponta para que as relações entre Portugal e a RPA entrem numa fase de desenvolvimento positivo.

Antes de partir, e no momento histórico em que Portugal encerra para sempre um ciclo de opressão e se prepara para assumir perante as jovens nações africanas um papel importante de cooperação à luz de princípios progressistas, Paulo Jorge concedeu uma entrevista em exclusivo ao «DL» em que analisa as relações entre o nosso país e a República Popular de Angola.

Falou-nos longamente do novo país em construção, do clima humano diferente que agora se vive em Angola e das perspectivas que se abrem à cooperação entre os dois países, se as questões que há para resolver «forem postas sempre em termos honestos e correctos».

Dois povos que sofreram a guerra e a exploração dão-se agora as mãos. Que as forças reaccionárias não perturbem agora esse gesto de fraternidade porque é tempo de todos recuperarmos o tempo perdido.

«DL» — A que se deve, e como devemos interpretar, a sua presença, neste momento, em Portugal?

PJ — A nossa presença uma vez mais aqui em Lisboa é uma consequência do facto do Governo da República Popular de Angola ter decidido estabelecer relações diplomáticas com Portugal. Tornava-se portanto necessário ter encontros preliminares com entidades governamentais portuguesas a fim de se trocarem impressões sobre a maneira de processar, na prática, o estabelecimento dessas relações diplomáticas.

Já tivemos alguns contactos e pudemos verificar que há princípios que são perfilhados de parte a parte para que, num futuro tanto quanto possível próximo, as relações entre a República Popular de Angola e Portugal respondam aos interesses e ao natural estreitamento entre o povo angolano e o povo português, por um lado, e entre os Governos respectivos, por outro.

É evidente que esse estabelecimento de relações terá que basear-se naturalmente não só em princípios universais inerentes às relações diplomáticas entre Estados independentes e soberanos, mas também, em nosso entender, de ter em conta os processos que se desenvolvem em cada um dos países, naturalmente baseados em princípios progressistas.

«DL» — Como viu o vosso Governo o reconhecimento da República Popular de Angola e a controvérsia política que este acto levantou em Portugal?

PJ — O reconhecimento da República Popular de Angola foi recebido por nós com natural serenidade, na medida em que nós considerávamos que, mais tarde ou mais cedo, uma tal posição seria inevitável. Tivemos sempre ocasião de verificar, através de múltiplos testemunhos de solidariedade, que o povo português, na sua maioria, não só se identificava com a luta do MPLA como igualmente com os objectivos a que nos propunhamos quando da proclamação da República Popular de Angola. Esses testemunhos de solidariedade da parte do povo português e de diversas organizações democráticas (e realmente progressistas) encorajáva-nos a prosseguir na luta pela consolidação da nação angolana e pelos objectivos que sempre nos orientaram.

É evidente que compreendíamos a existência de dificuldades internas sobre as quais não nos compete um juízo, pois não nos assiste qualquer direito de intervir em assuntos internos. Mas tivemos oportunidade de saber quem efectivamente, tanto no seio do Conselho da Revolução como no seio do Governo, se bateu pelo reconhecimento da República Popular de Angola, assim como sabemos também quem se opunha a esse mesmo reconhecimento.

Não escondemos que para o povo angolano, para a sua vanguarda revolucionária — o MPLA — e para o Governo da República Popular de Angola se tornava lamentável o atraso desse reconhecimento por parte de Portugal, na medida em que isso poderia fatalmente comprometer o futuro das relações bilaterais. No entanto, estamos confiantes que após esse reconhecimento se abrem perspectivas para o estreitamento de relações, de amizade e de cooperação entre os nossos povos.

«DL» — Identifica as forças que em Portugal pressionavam as autoridades portuguesas para não reconhecer a República popular de Angola com as mesmas que lá armavam e apoiavam os invasores que o MPLA teve que derrotar, impedindo assim que se instalasse o neocolonialismo e o imperialismo?

PJ — Nós não ignoramos que o Governo português foi submetido a grandes pressões por parte de certas potências imperialistas.

Essas pressões levaram inclusivamente a uma situação pouco cómoda para Portugal na medida em que, inclusivamente, se verificou o facto de algumas dessas potências que pressionávam o Governo português, e muito particularmente certos partidos, virem a reconhecer a RPA antes do vosso país.

É evidente que das várias forças que nos combatiam em Angola algumas delas foram trasladadas para Portugal e utilizadas por certas organizações que foram fazendo o jogo das forças imperialistas que tinham orquestrado toda a campanha contra a República Popular de Angola com as tudo isso nós permanecemos firmes na nossa trajectória e hoje verificamos com satisfação que essa firmeza era correcta e os resultados actualmente são já positivos.

«DL» — Em termos políticos acha que o reconhecimento vai facilitar a resolução do intrincado contencioso gerado pelo colonialismo ao longo de muitos anos? Ou subsistirão os mesmos problemas?

PJ — Sem o reconhecimento da República Popular de Angola por parte de Portugal não era possível, como é evidente, encarar a hipótese de conversações para solução de vários problemas existentes, ou consequentes do período colonial. Uma vez que o reconhecimento foi feito, e uma vez que se estabeleçam relações diplomáticas a nível de embaixada, cremos que estão criadas as condições para o estudo daquilo a que vulgarmente se chama o «contencioso».

Nós estamos convencidos que nas futuras conversações entre as duas partes imperará uma mútua compreensão. Se se abordarem leal e honestamente os complicados problemas que terão fatalmente de ser debatidos, poder-se-ão obter resultados satisfatórios e que correspondam aos interesses legítimos de ambas as partes.

«DL» — Se a guerra abriu feridas profundas e lançou homens contra homens numa luta injusta não é menos certo que também em Portugal muitos antifascistas sacrificaram a sua vida numa luta permanente contra o colonialismo português. Nesta perspectiva, de povo para povo, e independentemente da expressão ideológica que cada Governo assuma, como vê a cooperação futura entre o povo português e o povo angolano?

PJ — Como sabe, desde o início (e até mesmo durante a primeira guerra de libertação nacional) o MPLA sempre declarou abertamente que a nossa luta nunca tinha sido contra o povo português, mas sim contra o regime colonialista e fascista que existiu até 25 de Abril. Também dissemos que considerávamos o povo português como vítima, tal como o povo angolano, desse mesmo regime fascista. Daí a natural amizade e solidariedade entre o povo angolano e o povo português.

Nós pensamos que o estreitamento dessas naturais relações entre o povo angolano e o povo português dependerá pela força das circunstâncias das futuras relações que possam existir entre os respectivos Governos, mas também pensamos que só um regime realmente progressista em Portugal contribuirá para um maior desenvolvimento desses laços.

Se por qualquer fatalidade histórica as forças reaccionárias tomarem o poder em Portugal estamos convencidos de que as relações com a República Popular de Angola ficarão seriamente comprometidas.

«DL» — Para a reactivação dos circuitos económicos e dos meios de produção em Angola poderá contar-se com o regresso dos portugueses que abandonaram o país por razões de segurança, mas que se mostrem capazes de trabalhar para a reconstrução da República Popular de Angola no quadro de um sistema económico que aboliu a exploração do homem pelo homem? Que pensa dos retornados e como analisa o seu papel no decorrer do dramático conflito que viveu o povo angolano?

PJ — Como deve compreender, o problema dos retornados tornou-se demasiado complexo pelas diferentes atitudes de cada um. Nós pensamos que no futuro, no decurso portanto das conversações entre delegações e comissões de ambas as partes, esse problema venha a ser encarado, e que, consequentemente, sejam definidos critérios respeitantes ao regresso ou não de muitos daqueles que estiveram radicados em Angola. Como disse anteriormente tudo dependerá da marcha e do espírito de compreensão que imperar nas futuras conversações.

«DL» — Os núcleos portugueses progressistas dos mais diversos sectores profissionais manifestam com frequência o seu desejo de cooperar com a República Popular de Angola numa base militante e revolucionária, mesmo independentemente de acordos oficiais. Em que medida tal forma de cooperação poderá servir Angola?

PJ — Não há dúvida nenhuma que no quadro da reconstrução nacional, que ao fim e ao cabo se torna uma etapa ainda mais dura ou difícil do que o período de luta pela libertação nacional, temos enormes carências de elementos devidamente preparados para responder às exigências do nosso processo revolucionário, e para responder às aspirações legítimas do povo angolano, nomeadamente das suas camadas mais exploradas.

Claro está que durante um período mais ou menos longo teremos de recorrer à contribuição, à ajuda e à participação de quadros ou técnicos

Continua na pág. 17

"À bela pátria angolana nossa terra, nossa mãe havemos de voltar Á Angola libertada Angola independente."

Agostinho Neto
Cadeia do Aljube. (Outubro 1960)

BOM APETITE

NO TOUTIÇO

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 9-A

Lisboa

Restaurante CASTANHEIRA

DECLARADO DE UTILIDADE TURISTICA
ESTRADA DA TORRE — TELEF. 790169 — LUMIAR
SALAS PRIVATIVAS PARA CONFRATERNIZAÇÕES
E LANCHES DE CASAMENTO
AOS DOMINGOS ALMOÇOS DANÇANTES
Parque automóvel (Encerrado às 2.as feiras)

LEÃO D'OURO

(RENOVADO)

ALMOCE E JANTE NESTE
RESTAURANTE
AR CONDICIONADO
Rua 1.º de Dezembro, n.º 93 Telef. 326195

R E S T A U R A N T E
QUINTA DE S. VICENTE

TELHEIRAS DE CIMA, 144 (Campo Grande)
CHURRASQUEIRA ADEGA TIPICA
PARQUE AUTOMOVEL PRIVATIVO
Encerrado às 2.as-feiras a partir das 16 h
e 3.as-feiras todo o dia

NO TOUTIÇO

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 9-A

Lisboa

PUB

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares dos Distritos de Lisboa, Santarém e Portalegre

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ao abrigo do Art.º 34 convoco a Assembleia Geral a reunir no dia 27 de Março, pelas 16,00 horas no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Examinar e discutir para aprovação o Relatório e Contas da Direcção e o parecer do Conselho Fiscal.
2 — Apreciar o orçamento e as linhas programáticas de actuação anual propostas pela Direcção.

Lisboa, 9 de Março 76

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL
Zeferino da Graça

O CAPITAL (2.º vol.) Edição integral
DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO
(JOHN REED)
REEDIÇÕES DELFOS
DISTRIBUIÇÃO/QUADRANTE
Av. Luís Bivar, 85-C

PUB

SINDICATO DOS CARPINTEIROS NAVAIS CALAFATES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO E PORTO DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

De harmonia com o que se estatui nos preceitos legais, convoco para o dia 24 de Março de 1976, pelas 19 horas a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, deste SINDICATO, que se realizará na nossa sede (sita) LARGO VICTORINO DAMÁSIO, n.º 8-1.º, em LISBOA, com a seguinte ordem de trabalhos :

— APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE 1975.
— APRECIAR E DELIBERAR SOBRE O ORÇAMENTO GERAL PARA 1976.

Lisboa, 11 de Março de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Orlando Pereira Lapa

AUTO MONUMENTAL DO AREEIRO, S. A. R. L.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Estatutos convoco os senhores accionistas para comparecerem na Assembleia Geral Ordinária de Auto Monumental do Areeiro, SARL., no próximo dia 30 de Março de 1976, pelas 18 horas, na sede social desta Sociedade, Av. Padre Manuel da Nóbrega, n.º 8, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos :

1.º — Discutir, modificar e votar o Balanço, as Contas e o Relatório do Conselho Fiscal relativo ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 1975.

2.º — Qualquer outro assunto de interesse para a Sociedade.

Lisboa, 10 de Março de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
a) Manuel Guerreiro Martins

CIVUR

Construção Civil e Urbanização, S.A.R.L.

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos nossos estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária da CIVUR-Construção Civil e Urbanização, S. A. R.L., para reunir no próximo dia 27 de Março de 1976, pelas 10 horas, na Av. Defensores de Chaves, 83-4.º, em Lisboa, com a seguinte ordem de Trabalhos

1.º-) Apreciação e votação do relatório e contas do Conselho de Administração e do Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1975.

2.º-) Votação do destino a dar aos resultados apurados na conta de «Ganhos e Perdas».

LISBOA, 24 DE FEVEREIRO DE 1976

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
a) MANUEL JOSÉ MARQUES RODRIGUES

CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

A C. P. pretende adjudicar as travessas de 3. escolha, provenientes do desguarnecimento da sua via férrea, que serão depositadas no Entroncamento e ao longo das suas diferentes linhas.

Aceita propostas para a sua venda no todo.

As ofertas devem ser enviadas em sobrescrito lacrado e endereçado para a Divisão de Abastecimentos da C. P. - Rua de Santa Apolónia, 65 — Lisboa-2, até ao dia 15 de Março de 1976, com a indicação exterior, a vermelho, de «Proposta para a compra de travessas de 3.ª escolha»

Em S. Pedro do Estoril o «Diário de Lisboa» é vendido por Profírio da Silva Carreira

Em ÁGUEDA, o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na Agência Conde Rua Luís de Camões

Geral

AMIZADE COM O POVO DA GUINÉ

Continuação da pág. 10

avançar, que também há progresso na nossa terra. Pessoas que ainda não compreenderam que o nosso povo tem direito de gozar as conquistas da Humanidade, na técnica, numa vida melhor; na educação, na saúde.»

«Há pessoas que trabalham aqui na nossa terra, mas que procuram maneira de tirar o máximo que podem seja qual for a consequência que isso possa ter para a nossa vida. Sabemos que há comerciantes, que trabalham juntamente connosco, que fazem a sua vida aqui na nossa terra, que nasceram aqui, casaram aqui, que tiveram aqui os seus filhos, mas que procuram maneira de tirar tudo o que tem valor na nossa terra para mandarem para fora. Sabemos isso. Nós queremos dizer a essa gente, que vamos ser intransigentes com todos aqueles que querem sabotar a nossa economia. Estamos decididos a perdoar muitas coisas, mas a esses nós não perdoamos. Qualquer pessoa que virmos apanhar as nossas moedas e mandá-las para o estrangeiro, para as vender esse é um criminoso contra o nosso povo, contra a nossa soberania, contra a nossa independência nacional. Nós dizemos a essas pessoas que fazem isto, que desde que chegámos aqui não há ninguém que possa dizer que trocámos nos seus interesses. Respeitamos os interesses de todos os estrangeiros que vivem e trabalham na nossa terra, mas eles têm que respeitar o nosso desejo de progresso e de independência. Aqueles que não respeitam isso, não querem colaborar connosco nesta terra, esta terra que libertámos com o nosso sangue, que dizemos que podem considerar como sua, viver nela, trabalhar nela. Mas aqueles que não respeitarem os nosso desejos, queremos dizer-lhes, então, para arrumarem a sua bagagem e seguirem o seu caminho, porque nós não os queremos aqui.»

PROPRIETÁRIOS E COMERCIANTES RESIDENTES NO ESTRANGEIRO

(...) Nós sabemos que o comércio não faz o progresso de nenhum país. Prova é que a nossa terra tem comerciantes há muito tempo, gerações e gerações, e nós não vimos nenhum progresso que eles fizeram na nossa terra. Mas os comerciantes podem contribuir para o progresso de uma terra se investirem o lucro que tiverem, o capital que eles acumulam, para o progresso da terra. E é só nesta base que nos interessam.»

«Aquelas pessoas que moram no estrangeiro, que têm a sua loja aqui, nós convidá-mo-los a fecharem as suas lojas, ou mandarem fechar a sua loja. Não queremos comerciantes que moram fora da nossa terra e que tenham a sua loja aqui, que procuram todas as maneiras de tirarem o dinheiro daqui.

Aqueles que querem ficar connosco, seja qual for a sua nacionalidade, se querem ficar a viver na nossa terra para trabalhar connosco, têm que respeitar as nossas leis, o desejo do nosso povo de progresso, nós damos todas as garantias que damos aos cidadãos nacionais. Mas aqueles que querem ficar fora da nossa terra, que procuram maneira de enviar facturas falsas, quando mandam transferências, para deixar o resto no exterior, dizemo-lhes que o melhor será pararem a sua actividade.»

«Há mais ainda. Sabemos que neste primeiro ano da nossa independencia, tivemos muitas dificuldades com o dinheiro estrangeiro para fazer importações. Nós todos vivemos a falta de artigos de primeira necessidade. Mas toda a gente constata o esforço que o nosso Governo fez para não faltarem os artigos indispensáveis para nosso povo, na alimentação, no vestuário, nos medicamentos, em materiais escolares, de tudo, aquilo que achamos indispensável para a vida do nosso povo. É também com tristeza que vimos africanos, nossos irmãos, que fazem comércio aqui, mas que procuram maneira de tirar tudo quanto podem para mandar para fora. Importámos, por exemplo, chinelos de madeira para mulheres e em dois dias esgotaram-se todos. Depois encontrámo-los à venda na fronteira com o Senegal.»

«(...) Com a mesma força apelo a todo o nosso povo trabalhador, para trabalharmos cada dia mais, na certeza de que com o nosso esforço, o nosso sacrifício libertámos a nossa terra. Hoje, com o nosso trabalho é que vamos valorizar o nosso dinheiro que foi posto a circular, para valorizarmos a nossa terra, levando-a para o caminho do progresso. Faço o apelo com a mesma força a todo o nosso povo, jovens, crianças, a toda a gente, homens e mulheres, para que estejam vigilantes em cada região da nossa terra, em cada fronteira, para descobrirmos todos os que são como as sanguessugas, que se pegam no nosso corpo, que sugam o sangue quando podem e depois vão-se embora.

Talvez possam chupar um bocadinho, mas não os deixaremos chegar até ao fim, porque eles serão descobertos, camaradas.»

ABRAÇO DE FRATERNIDADE PARA OS ESTRANGEIROS

«(...) Acho que não há ninguém que tenha sofrido da parte do nosso Partido ou do nosso Governo, qualquer atitude de natureza racial, ou discriminatória em relação aos estrangeiros que vivem do seu trabalho na nossa terra. Pelo contrário: o humanismo da nossa luta, abriu os braços, no espírito que o camarada Cabral nos indicou, num abraço de fraternidade, de irmandade, a toda a gente, o direito que é reconhecido a todo o ser humano, onde dá a sua contribuição para a vida social, económica, cultural de uma terra, em cada dia. Mas este nosso espírito exige de nós sermos intransigentes com qualquer atitude de sabotagem em relação à nossa economia. Temos dado provas de que somos capazes de ser intransigentes quando as condições nos exigem a isso, pois os sabotadores são inimigos do nosso povo.»

AGRADECIMENTO

D. Delfina Alves Baptista

Luiz Batista, Humberto Batista e sua mulher, Gilberto Batista, Maria Luiza Alves Batista e restante família. Na impossibilidade de o fazerem directamente por falta de endereços expressam o seu agradecimento a todas as pessoas que acompanharam à sua última morada.

Estrangeiro

Fuziladas na Nigéria trinta e duas pessoas

LONDRES, 12 — (R) — Foram executadas ontem à noite por pelotões de fuzilamento 32 pessoas devido ao seu envolvimento na intentona na Nigéria, em Fevereiro, segundo anunciou hoje a Rádio nigeriana.

A rádio, captada em Londres, disse que os homens fuzilados incluiam um coronel e quatro tenentes-coronéis.

A comunicação de hoje seguiu-se a uma notícia dada ontem por Rádio Nigéria de que 125 pessoas foram presas, desde a intentona em 13 de Fevereiro, na qual foi assassinado o general Murtala Muhammed.

A rádio disse ainda que 40 pessoas foram já libertadas mas que as investigações e julgamentos continuariam.

A notícia de hoje não revelava se o cabecilha da intentona, tenente-coronel B. S. Dimka, se achava entre os executados.

A classe média espanhola receia que uma revolução esteja prestes a rebentar

MADRID, 12 — (R.) — Recontros persistentes e, por vezes, fatais entre grevistas e elementos da Polícia de Choque estão a fazer surgir receios entre a classe média conservadora de Espanha de que uma revolução está prestes a rebentar.

«Tudo isto não teria acontecido se o generalíssimo Franco fosse vivo», observou uma rica proprietária enquanto brincava com o colar de pérolas num dos requintados cafés de Madrid.

A hierarquia militar acha-se também preocupada pela onda de violência, que provocou sete mortos, em duas semanas e afirmou categoricamente que não tolerará por muito tempo a desordem.

Embora os generais rejeitem interferir na política, observadores opinam que os militares não permitirão que um Governo civil faça recuar a Espanha ao caos que provocou a Guerra Civil de 1936-39.

No entanto, os 300 mil homens das Forças Armadas estão já a sentir a pressão das mudanças, após 40 anos de ditadura do Caudilho.

Nove oficiais, um major e oito capitães, foram condenados a penas de prisão por alegada conspiração com vista a uma revolta militar.

Foram acusados de pertencer a uma sociedade secreta de oficiais conhecida como a União Militar Democrática (U. M. D.), que afirma contar com mil membros e simpatizantes e que advoga uma mudança rápida para a democracia em Espanha.

Documentos da U. M. D. apreendidos referiam-se constantemente, segundo se afirmou, à Revolução do 25 de Abril de 1974 em Portugal, desencadeada por jovens oficiais.

O julgamento coincidiu com a pior greve geral na região basca desde a Guerra Civil, que surgiu após dois meses de paralisações envolvendo polícias de trânsito, operários da construção civil, camionistas, professores e até mesmo padeiros. Cerca de 500 mil bascos abandonaram o trabalho como protesto contra a morte de manifestantes, abatidos a tiro pela Polícia de Choque nos recontros com grevistas nas ruas de Vitória.

Numa missa fúnebre que se celebrou em Basauri, um dirigente dos trabalhadores afirmou: «No futuro, o povo recordará Basauri e Vitória como os locais onde começou a revolução da classe operária espanhola.»

O significado dos incidentes também não escapou ao Governo espanhol.

«Vitória é o símbolo do que pode ser a vitória ou a tragédia da Espanha», salientou o ministro do Interior, Manuel Fraga Iribarne, que se deslocou àquela cidade basca para visitar os feridos e procurar reduzir a tensão.

Fraga Iribarne é o arquitecto principal das reformas do Governo do primeiro-ministro Carlos Arias Navarro.

Na verdade, existe hoje uma atmosfera diferente e mais livre em Espanha, a despeito das queixas da oposição de que nada se alterou.

Contudo, uma reacção direitista está a tornar-se cada vez mais evidente.

Atentados bombistas contra jornais da esquerda e espancamento de jornalistas progressistas foram já perpetrados por ultras.

Um grupo da extrema-direita avisou a actriz Maria José Goyannes ameaçando rapar-lhe o cabelo e fazê-la beber óleo de ricino por aparecer nua numa peça.

A oposição alega que guerrilheiros direitistas são ajudados e tolerados pela Polícia.

A nova ousadia da esquerda é encorajada pela atitude mais tolerante para apresentar uma imagem democrática da Espanha no estrangeiro, necessária para a entrada no Mercado Comum Europeu.

Em Bona, Fraga Iribarne advertiu, porém, a Comunidade Europeia de que não devia cometer com a Espanha o mesmo erro que se verificara com Portugal, após o fim da ditadura direitista em Lisboa.

«No caso de Portugal, a Europa viu as desvantagens de uma política caótica e sem preparação», observou.

No entanto, para os grupos oposicionistas espanhóis as reformas não se concretizam com a rapidez que pretendem.

Entretanto, o impacto da recessão económica mundial sobre a economia do país aumentou a agitação entre a classe trabalhadora.

Em Janeiro, a Espanha perdeu mais horas de trabalho devido a greves do que em todo o ano passado.

O presidente libanês resiste ao ultimato

BEIRUTE, 12 — (ANOP) — O Exército assumiu o poder no Líbano depois de um rápido golpe de Estado desencadeado na noite de ontem, mas o presidente Suleiman Franjieh rejeitou um ultimato para se demitir e pediu que o apoiassem na «luta contra os criminosos».

O brigadeiro Aziz Ahdab, comandante da guarnição de Beirute, chefiou o golpe, tendo as suas forças ocupado as estações de Rádio e de Televisão e apresentado ao Governo e a Franjieh um ultimato para que se demitam no prazo de 24 horas.

Ao que parece, Ahdab tem o apoio do Alto Comando do Exército e, se não a aprovação, pelo menos a aceitação tácita do golpe pela Síria e pela Organização de Libertação da Palestina.

Outras unidades do Exército, com excepção das tropas muçulmanas rebeldes no Norte e no Sul, cujo motim pode ter contribuido para o golpe de Estado, manifestaram rapidamente o seu apoio a Ahdab que é muçulmano sunita.

Todavia, há indícios de que alguns elementos do Exército estão a organizar o apoio ao presidente Suleiman Franjieh contra o brigadeiro Ahdab, que decretou o estado de emergência para todo o país e que impôs o recolher obrigatório em Beirute.

O presidente, que ao contrário de Ahdab é cristão, emitiu um comunicado no palácio de Baabda, a 12 quilómetros a sueste de Beirute, que está protegido por tanques e por tropas da Guarda Presidencial, e nele afirma:

. «Rejeito todos os métodos ilegais... O seu único objectivo é a desintegração e a divisão da nossa pátria.

«As tentativas para afectar a sua soberania e as suas instituições devem ser combatidas... Viva o Líbano.»

. No entanto, não está ainda bem definida a posição do Alto Comando libanês.

Devido em parte ao seu silêncio, diplomatas estrangeiros acreditados em Beirute presumiram que o Comando tinha apoiado as medidas tomadas pelo brigadeiro Ahdab ou mesmo que estaria por detrás delas.

Todavia, em círculos ligados a Franjieh afirmava-se que o Alto Comando tinha indicado que apoiaria o presidente.

Horas depois das forças de Ahdab terem tomado as estações de Rádio e Televisão no centro de Beirute, tropas fiéis a Franjieh ocuparam a outra estação de Televisão, situada na parte oriental de Beirute, e o posto de transmissão de Rádio Líbano em Amsheet, ao norte de Beirute.

«Todos os comunicados emitidos pelos separatistas devem ser considerados nulos porque não provêm de qualquer autoridade legítima» — anunciam as estações fiéis ao presidente Franjieh.

Em Tripoli, a segunda cidade do país, continuam os violentos combates entre forças pró-Franjieh e forças favoráveis a Ahdab, mas na capital não há notícia de recontros.

Aviões militares sobrevoaram a capital, mas não se sabe qual a facção que apoiam.

Um diplomata estrangeiro declarou:

«Não sabemos o que se está a passar. É muito cedo para dizer o que vai acontecer ou como as coisas vão correr.»

Entretanto, funcionários sírios recusaram-se a comentar a situação libanesa ao mesmo tempo que a Rádio oficial de Damasco e a agência noticiosa síria (Sana) ignoravam as notícias da sublevação chefiada pelo brigadeiro Ahdab.

Gaddafi acusado de ser um déspota

. CAIRO, 12 — (R) — O major Omar Meheishi, um membro do Conselho do Comando Revolucionário da Líbia, que fugiu para o Egipto, em 1975, afirmou hoje que o coronel Muammar Kadahafi tentara, repetidas vezes, assassiná-lo por se opor à sua política.

O major Meheishi declarou numa entrevista que concedeu ao jornal semi-oficioso «Al-Ahram» que o chefe do Estado líbio, a quem descreveu como um déspota procurando glória, mandara prender mais de cem oficiais por se oporem à sua política.

A entrevista foi publicada após um dia em que as relações entre o Egipto e a Líbia se agravaram ainda mais, com afirmações do Cairo segundo as quais o coronel Kadhafi ordenara a expulsão de três mil egípcios como represália pela prisão de 27 líbios no Cairo.

Contudo, fontes oficiais cairotas não previam um corte nas relações entre os dois países, que foram outrora associados num plano para se unirem num só Estado.

O diário de circulação maciça «Al-Akhbar» diz hoje que 1500 egípcios, o segundo grupo de pessoas expulsas da Líbia, chegaram a Sollum, na fronteira.

O primeiro grupo de 350 chegou a Sollum na quarta-feira, segundo se anunciou. O jornal afirma que oitos deles foram hospitalizados, após serem espancados e torturados por líbios.

A última disputa entre o Egipto e a Líbia agudizou-se com a comunicação feita no fim da semana de que sete líbios foram presos por suspeita de conspirarem para raptar compatriotas de destaque que vivem no Cairo.

Os Serviços de Segurança egípcios disseram que os sete foram enviados para o Cairo a fim de assassinarem ou raptarem o ministro líbio dos Negócios Estrangeiros, Abdel Moneim Al-Honi, e o major Meheishi.

A entrevista do major Meheishi ao «Al-Ahram» seguia-se a acusações da Imprensa cairota de que o coronel Kadhafi conspirara para desencadear actos de subversão e assassínios no Egipto.

Os jornais anunciaram ontem que mais 20 líbios tinham sido presos no Cairo por suspeita de planearem actos de subversão.

O major Meheishi declarou na entrevista que o coronel Kadhafi enviara «grupo após grupo» para o matarem. Acrescentou que abandonara a Líbia devido a não poder tolerar por mais tempo a política do chefe do Estado.

Caleidoscópio

■ ARGEL, 12 (ANOP) — O primeiro-ministro cubano Fidel Castro, chega hoje a Argel para uma visita a convite do presidente Houari Boumedienne.

Fidel Castro, que assistiu ao XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética, parte de Sofia depois de uma estadia na Bulgária.

■ PARTRIDGE (Kentucky), 12 (R.) — Desapareceram dez mineiros após nova explosão na hulheira Scotia NR. 1, em Partridge, onde perderam a vida 15 homens em consequência de uma deflagração que ocorreu na terça-feira revelou hoje a Polícia.

■ ARGEL, 12 (R.) — A Frente Polisario, o movimento de independência, o movimento de independência do Sara Ocidental emitido em Argel que as suas forças mataram ou feriram 875 marroquinos, em Fevereiro.

Wilson: voto de confiança

. LONDRES, 12 — (ANOP) — **Apesar do voto de confiança obtido ontem à noite no Parlamento pelo Governo trabalhista de Harold Wilson, é possível que este volte a encontrar oposição da ala esquerda do seu partido à política anti-inflamatória — declarou Arthur Latham, «leader» daquela facção parlamentar, sublinhando: «Há sempre a possibilidade de voltarmos a utilizar a arma da abstenção.»**

. **Entretanto, o Partido Conservador manteve os seus lugares no Parlamento correspondentes aos círculos eleitorais de Wirral e Carshalton com a vitória dos seus candidatos nas eleições parciais de ontem.**

Os resultados anunciados não alteram a composição da Câmara dos Comuns, onde o Partido Trabalhista conserva uma maioria de um lugar.

COMPANHIAS REUNIDAS GÁS E ELECTRICIDADE

Empresa nacionalizada

AVISO AOS CONSUMIDORES

So e possivel uma boa continuidade de fornecimento de energia electrica, efectuando constantes trabalhos de reparacão e ampliacao das nossas redes

No proximo domingo sera interrompida a corrente, nos Sectores e Zonas seguintes durante as horas abaixo indicadas

1.º Sector — **Concelho de Lisboa**: Rua do Cruzeiro, Trav.ª do Pardal, Trav.ª João Alves, Trav.ª da Ferrugenta, Trav.ª Jose Fernandes, Rua Particular e imediacões, Trav.ª Domingos Tendeiro 2 a 2-A e de 1 A a 11, Rua das Terras 2 a 28, Beco Domingos Tendeiro 1 a 9 e de 2 a 12, L.º Domingos Tendeiro 8 a 14. (Das 8 às 12 horas).

2.º Sector — Est.ª da Circunvalacao entre Est.ª de Sintra e o Parque de Campismo de Monsanto (Das 8 às 12 horas)

4.º Sector — Rua Augusto Pina, Rua Mariano Pina, L.º Carlos Selvagem, Rua Prof. Reinaldo dos Santos, L.º Pedro Correia Marques, L.º Samuel Dinis, L.º Mauricio Oliveira (Das 8 às 12 horas).

5.º Sector — Rua da Atalaia 96 a 122 (Das 8 as 12 horas)

6.º Sector — Rua Rodrigues Sampaio 2 a 54, Rua do Benformoso 19 a 189 (Das 8 às 12 horas)

8.º Sector — Az.ª das Figueiras, L.º do Paco, Az.ª das Galhardas, Av.ª Ventura Terra, Rua Filipe Duarte 124 a 146 e de 115 a 161. (Das 8 às 12 horas)

9.º Sector — Rua do Sol a Chelas, Rua Gualdim Pais (parte) e imediacoes (Das 8 às 12 horas)

10.º Sector — Az.ª da Fonte Velha ao Paco do Lumiar, Quinta do Olival e imediacões. (Das 8 às 12 horas).

1.ª Zona — **Concelho de Oeiras: ALGÉS**: Rua Joao Chagas, Av.ª dos Combatentes da G. Guerra, Al. Marechal Carmona, Rua Filipa de Vilhena, Rua Mariana de Lencastre, Rua Mestre de Avis e imediacões. (Das 8 às 14 horas) **DAFUNDO**: Rua Policarpo Anjos, Trav.ª Pinto Correia e imediacões (Das 8 as 14 horas), **CAXIAS**: Rua Antonio Florêncio dos Santos, Rua 7 de Junho 1759, Rua D.ª Maria Luisa, Rua Taborda de Magalhães, Rua Dr. Jorge Rivotti, Rua Mauperrin Santos, Est.ª Nacional e imediacões. (Das 8 às 14 horas) Santo Amaro de Oeiras. (Das 8 as 14 horas) **NOVA OEIRAS**: Quinta das Palmeiras (parte) (Das 8 às 14 horas)

2.ª Zona — **Concelho de Sintra**: S. João das Lampas, Arneiro dos Marinheiros, Tojeira, Conselho, Alfaquiques, Odrinhas, Assafora, Cortezia, Radio Farol Facão, Maceira. (Das 8 as 14 horas).

3.ª Zona — **Concelho de Mafra**: **MAFRA**: Rua Serpa Pinto, L.º da Raposa, Rua José Elias Garcia, Av.ª Dr. Mário Madeira, Rua Dr. Domingos Machado Pereira, Rua Bras Toscano de Melo e imediacoes. (Das 8 as 14 horas). **MALVEIRA OESTE**: Rua Moinho Velho, L.º Dr. Mário Madeira, L.º Marcelino Simoes, Est.ª da Lagoa, Rua Paroquial, Rua Heróis de Dadrá, Rua Herois do 9 de Abril e imediacoes. (Das 8 as 15 horas)

3.ª Zona — **Concelho de Loures**: S. João da Talha. (Das 9 as 12 h).

4.ª Zona — **Concelho de Vila Franca de Xira**: Alverca (parte) (Das 8 as 14 horas) **ALHANDRA**: Av.ª Major José Joaquim Paiva, Trav.ª da Ribateiana, Rua Vasco da Gama, Rua Abel Botto de Sousa, Trav.ª D. Amalia, Rua Dr. Miguel Bombarda, Rua Dr. Sousa Martins, Rua Manuel Antonio, Rua Jose Pedro Cancio, Rua Comendador João Maria da Costa, L.º Serpa Pinto e imediacoes. (Das 8 às 14 horas) Est.ª da Arruda, Bom Retiro, Santa Sofia, A dos-Bispos, Casal da Coxa, Morna, Provela, Loja Nova, Cachoeiras, Casais da Bandarra, Quintas, St.º Estevão, Cadafais, Casais da Marmeleira, Paredes, Refugidos, Pedra do Ouro, Sopo, Santana da Carnota, Antas, Silveira da Machoa, Pipa, Casais das Eiras (Das 8 às 14 horas) Povos, Castanheira, Vala do Carregado, Bairro do Bom Retiro. (Das 8 às 14 horas)

5.ª Zona — **Concelho de Alenquer**: Chegancas (Das 8 as 14 horas) Vila Chã, Val-Benfeito, Casais Brancos, Paiol, Barbas, Merceana, Qt.ª dos Platanos, Freixial do Meio, Penuzinhos, Vila Verde dos Francos, Lapaduços, Portela, Penafirme da Ventosa, Cabanas de Torres, Paula, Cabanas do Chão, Estribeiro, Atouguia, Penedos de Alenquer, Labrugeira, Pocarica, Montegil, B.ª Vista, Penafirme da Mata, Olhalvo, Atalaia, Freixial de Cima, Qt.ª do Fellow, Toial, Aldeia Gavinha, Qt.ª dos Negros, Mato, Silveira do Pinto, Azeitão, Cacoaria, Qt.ª D. Carlos, Meca, Carapinha, Canados, Bugarreus, Bairro. (Das 8 às 15 horas)

Espectáculos

Charlot e a rainha

Charlie Chaplin, que foi «Rei em Nova Iorque», é cumprimentado por Isabel II, que continua a ser rainha em Inglaterra. O encontro com o velho Charlot, na sua cadeira de paralítico e com 87 anos, deu-se na inauguração da nova sede da Academia Britânica de Artes Cinematográficas e Televisivas. Ao fundo, a princesa Ana e «lady» Oona, mulher de Chaplin.

Conselho da Europa debate democracia cultural

O Conselho da Europa que se reuniu em Atenas nos três primeiros dias do mês, chegou a algumas conclusões na matéria referente a espectáculos.

Mais de uma centena de artistas e de actores do mundo do teatro, da música e do «ballet», parlamentares e técnicos de 18 países membros do Conselho da Europa, uniram os seus esforços para encontrar uma solução para a crise que as artes do espectáculo hoje atravessam e para a situação precária dos artistas, procurando assegurar-lhes uma maior democracia cultural.

Chegaram também à conclusão de que a democracia não pode existir sem democracia cultural, onde cada indivíduo terá os meios de se exprimir, e reclamaram uma nova estratégia, tendente a encorajar todas as pessoas a tomar consciência das suas necessidades culturais e a procurarem uma criatividade nova.

trabalhadores
de teatro da
CASA DA COMÉDIA

OS ENCANTOS DE MEDEIA
ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
(O JUDEU)
enc. norberto barroca

terça a sábado 21,30 h
domingo só às 18 h.

r.s.francisco borja 24
lisboa 607299

Radiodifusão volta ao "pequeno almoço"

A Radiodifusão Portuguesa retoma um dos programas da ex-Emissora Nacional: o pequeno-almoço ao sábado. Assim, e já amanhã, a seguir ao jornal noticioso das oito horas, estará «no ar» a rubrica «pequeno almoço».

No primeiro programa a ser transmitido, amanhã, estão presentes o chefe de redacção do nosso jornal, Assis Pacheco, e ainda os chefes de redacção do «Diário de Notícias» Mário Zambujal e da delegação em Lisboa de «O Primeiro de Janeiro», António Valdemar.

SÁBADO, 13
BAILE DE «MI-CARÊME»
COM
OS ACADÉMICOS DO SAMBA
na CANTINA VELHA
CIDADE UNIVERSITÁRIA
ORGANIZADO POR
turismo estudantil
rua fernandes pedroso nº - 31
lisboa - 1 portugal tel. 801046/7

Crítica de Teatro

CARLOS PORTO

Alguma coisa está podre na democracia liberal

PREÇO DA VIDA, de Michael O'Neil e Jeremy Seabrook. Tradução e encenação: Luzia Maria Martins. Cenário: Luiz Suarez. Intérpretes: Maria Laura Soares, Fernanda Montemor, Manuela Cassola, Fernanda Coimbra, Helena Félix, Vítor Hugo, Mário Pereira, Suzana Prado, Augusto Leal, Dário de Barros, Diniz Castelo, Teatro-Estúdio de Lisboa. Teatro Vasco Santana.

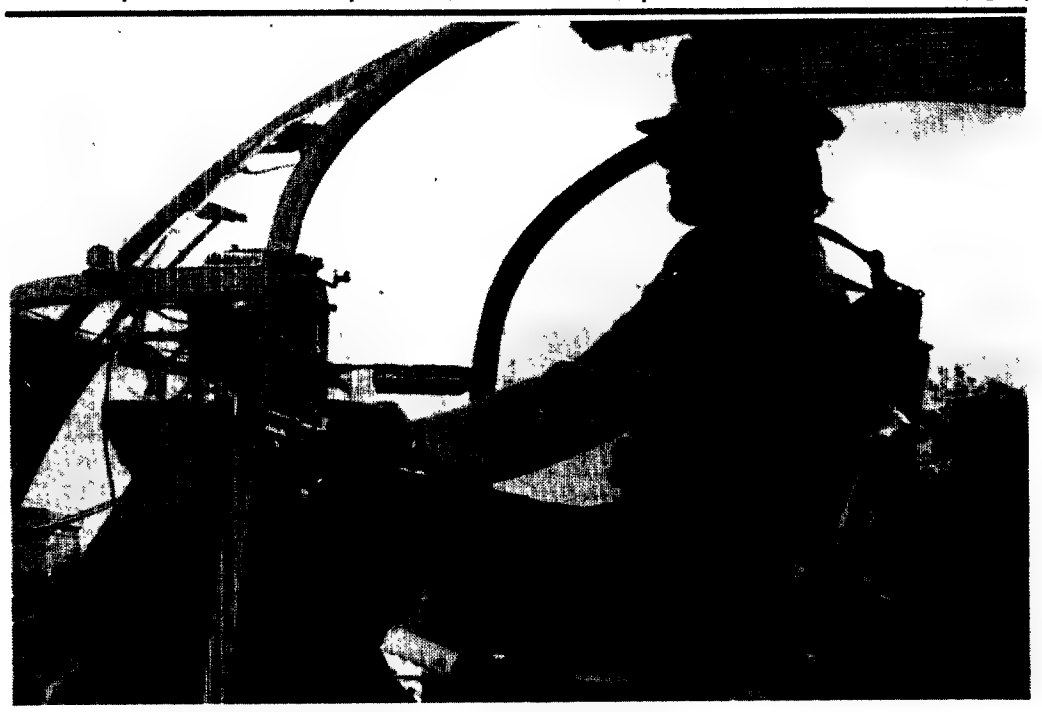
O conhecido diário francês «Le Monde» publicava há dias um pequeno comentário sobreum «caso do dia» ocorrido em Paris e a que deu o título «O comboio da indiferença». Contava a segunte história: num dos comboios que ligam Paris aos subúrbios, ao fim da tarde, numa carruagem onde seguiam mais de 40 pessoas, um passageiro foi atacado por dois homens. Ninguém atendeu aos seus assistentes pedidos de socorro e o homem foi agredido e finalmente lançado fora da carruagem tendo ficado com as pernas seriamente feridas. Os agressores, depois de presos, alegaram que não pretendiam mais do que roubar o passageiro. Se este caso passou naturalmente despercebido o mesmo não diremos de uma outra sobre um miúdo de 8 anos que foi raptado e assassinado por um jovem vendedor de artigos de jardinagem: não só todos os jornais cobriram largamente o acontecimento, como nos seus comentários as pessoas — incluindo personalidades oficiais, o que não deixa de ser escandaloso — não se coibiam de condenar à morte o jovem mesmo antes deste ser julgado. Uns e outros — agressores e agredidos, vítimas e criminosos, juízes e acusados, e a grande massa dos indiferentes — participam e são vítimas de um mesmo processo selvagem que os impede de entender o autêntico significado da democracia e da liberdade, quando uma e outra são apresentadas como panaceias de valor universal. Não se pense que estamos aqui a dar remoques aos regimes de democracia pluralista a caminho do capitalismo, perdão, do socialismo, porque também nós defendemos a liberdade e entendemos que é na liberdade que o socialismo se fará (já nos bastou o fascismo...) Mas a liberdade não é um fim. A liberdade das sociedades permissivas ocidentais não é a resposta aos problemas de ordem económica, social e cultural postos a todo o momento pela sociedade humana. Imaginemos uma fonte: a liberdade é a água que corre da fonte. Porém — atenção! — é necessário que a água não esteja envenenada, caso contrário vamos todos para os anjinhos. E parece mais do que provado que nas fontes capitalistas a água da liberdade está bastante enquinada. Veja-se como uma companhia de aviação norte-americana compra ministros de Governos europeus (e até parece que um monarca), ou os jogos sujos de que é acusado o chefe do Partido Liberal Britânico (com a conivência de entidades sul-africanas). Isto para não falar do que se passa por aqui em matéria de liberdade de informação. Há sóis que queimam a liberdade...

Aparentemente nada disto tem a ver com teatro; mas tudo isto tem tudo a ver, por acaso, com o espectáculo estreado pela companhia dirigida por Luzia Maria Martins.

A peça «Preço da Vida» foi escrita por dois sociólogos ingleses e não por homens de teatro — isso bastaria para justificar que tivessemos iniciado o nosso comentário por um aparente desvio político. É que, com efeito, a peça tem a ver — e só aí reside o seu interesse — com o que se passa à nossa volta, com as nossas opções políticas, com o mundo que existe e com o mundo que deveria existir.

A peça não conta propriamente uma história. Faz um corte — em termos teatrais demasiado simplistas — no quotidiano de forma a que possamos dar uma olhadela (que não pode deixar de ser deprimente). Uma criança desapareceu. Os pais da criança pertencem a um estrato social pequeno-burguês com raízes no lupemproletariado. Embora vivendo na mesma casa, os pais não têm relações. O pai faz amor com a cunhada, antiga prostituta, e o filho desta, que vive com eles, faz umas sortidas nocturnas que rendem umas coisitas. As vizinhas (o coro da peça) comentam o dia-a-dia daquela pequena cidade fazendo um «tricot» de má-língua que dá volta ao mundo ocidental e cristão. Organiza-se um abaixo-assinado para que seja novamente legalizada a pena de morte; a polícia investiga; há na televisão uma mesa-redonda para discutir o caso; a mãe da criança — um bocado chanfrada, diria o marido — parece mergulhar naquela zona de loucura da qual não se regressa. O raptor e assassino da criança fala-nos dos seus complexos e recalmentos em criança, da sua solidão. Tudo isto é um pouco primário e de uma tristeza incomensurável. É certo que esse primarismo é o da própria vida, na ferocidade implacável com que abocanha os mais fracos. Mas a vida é qualquer coisa que tem a ver com organização social, com sistemas políticos, com exploração do

Continua na pág. 15



Bronson é chamariz de uma obra feita a despachar

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"Segundos para uma fuga" de Tom Gries

FICHA:
Título original: Breakout
Realizão: Tom Gries (USA-1974)
Argumento: Howard Kreitsek, Mare Norman e Elliot Baker
Fotografia: Lucien Ballard
Música: Jerry Goldsmith
Interpretação: Charles Bronson *(Nick Colton)*, Robert Duvall *(Jay Wagner)*, Jill Ireland *(Ann Wagner)*, Sheree North *(Myrna)*, Randy Quayd, John Huston, Emilio Fernandez, etc.
Distribuição em Portugal: Columbia/Warner
Cinema: Monumental
Classificação: Não aconselhável a menores de 13 anos

Uma constatação antes do mais: Charles Bronson é um *top* comercial na exibição portuguesa. Pelo menos é o que se pode inferir de um Monumental esgotado em dia de terça-feira, quando da estreia deste *Segundos para uma Fuga*. Plateia heterogénea mas maioritária em rostos «duros» que em Bronson colhem, porventura, o modelo e a projecção imaginária.

Não é porém, sem desilusões que Bronson deixa, neste filme, o seu público. O seu e o outro, ou seja o público *tout court*. Porque quem se dirija ao Monumental em busca do clássico cinema de acção, das proezas de um qualquer super-herói individual(ista), sairá por certo com um amargo travo nas suas esperanças. De facto, *Segundos para uma Fuga* não faz sequer jus a uma certa tradição espectacular que o cinema americano tem atrás de si, antes se desdobra numa incipiência confrangedora, pouco digna quer da aura Bronson, quer do nome de Tom Geies, um realizador que já demonstrou ter unhas para outra coisa mas cuja carreira parece fadada a assinar obras medíocres.

Rodado em Espanha e França, possivelmente para reinvestir dólares acumulados nesses países, jogando na família Bronson (Charles e Jil Ireland) para cartaz, *Segundos para uma Fuga* despacha rapidamente o serviço como se apenas de um serviço se tratasse. Tom Gries não se preocupa sequer em dar um mínimo de consistência aos personagens que evoluem como se de papelão fossem feitos, sem sentido dramático nem ritmico e aqui vale a pena referir a figura do velho capitalista, magnífico apontamento de John Juston, infelizmente subaproveitado, o único actor a sair da medíocridade geral.

Essa sensação de filme feito «a despachar» é, aliás, reforçada pelo esbanjar de oportunidades de tornar o argumento minimamente interessante, pelo próprio facto de este surgir perfeitamente descosido e incoerente, coisa que não é vulgar no cinema americano. O que poderia ser uma trama à Mickey Spillane, acaba numa história nem sequer à Bronson, nem sequer fértil em tiroteio e pancadaria, mal exploradas que são as possíveis situações de clímax, resolvidas apressadamente. Um filme apenas aborrecido de mal feito que é, ou seja, mais uma desilusão a somar ao frágil panorama lisboeta.

Teatro para miúdos e graúdos

Bilhetes desde 20$00

-O INDIOZINHO RAIO DE LUAR-
e
«PEDRO E O LOBO»
— ★ —
Todos os sábados às 16 horas
As crianças até 10 anos não pagam

ADÓQUE teatro

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

11 DE MARÇO: UMA DATA INCÓMODA

Fazia anos e vai a Televisão comemorou.

Decorrem as primeiras imagens colhidas durante as primeiras movimentações no R.A.L.-1. Disponho-me a assistir à reportagem notável de Adelino Gomes e João Rocha. Será, penso eu, um bom preito de homenagem a quantos, nessa hora difícil defenderam a democracia.

Passam-me as imagens pela memória. O major Mensurado a dizer que vêm aí mais unidades, o capitão Dinis de Almeida muito tranquilo a procurar chamá-lo à razão e depois... e depois... e depois...

Não. Ontem essas imagens não vieram. Meia dúzia de palavras incolores, meia dúzia de rostos e de gestos... Nem uma palavra ao menos para o soldado Luís.

Na Televisão portuguesa os serviços de arquivo devem estar muito desorganizados.

«FELIZMENTE O 25 DE NOVEMBRO...»

Eis que a Televisão se resolve a ir ouvir representantes de alguns partidos sobre o 11 de Março.

Primeiro depôs Levi Baptista do M.D.P./C.D.E. que se referiu à importância histórica desta data e sublinhou a estranheza com que se vê libertar os implicados no 11 de Março, enquanto militares, por alegado envolvimento no 25 de Novembro, como o capitão Paulino, se encontram presos.

A seguir veio Amaro da Costa do C.D.S. que não perdeu a oportunidade — é o perdes! — de fazer o seu jogo anticomunista. Costa dá como prova de «revolução de inspiração comunista» as transformações estruturais que se seguiram ao 11 de Março. Acrescenta: «Felizmente o 25 de Novembro veio ser o contra-11-de-Março, em certo sentido, na medida em que repôs as possibilidades de revolução democrática».

«Felizmente, o 25 de Novembro...» Não sei porquê, mas tenho a impressão de que o Amaro da Costa abriu de mais os cordões à língua...

ESTE ALEGRE, UMA TRISTEZA

Jaime Serra, do Partido Comunista Português, denuncia o carácter reaccionário do golpe de 11 de Março.

Por sua vez, Moura Guedes, do P.P.D., declara não ter elementos bastantes em seu poder para produzir cabal esclarecimento. Mas o que não há dúvida é que... E lá vem o choradinho anticomunista.

O choradinho, a diarreia anticomunista não atingiram formas agudas em nenhum depoimento como no de Manuel Alegre, dirigente do P.S. «Não sei ao certo o que foi o golpe de 11 de Março, talvez o almirante Rosa Coutinho o saiba», começou por dizer. E continua: «Há quem diga que foi um golpe da extrema-direita, há quem diga que foi um golpe organizado pelo K.G.B... É indiscutível que nele estiveram envolvidos elementos da extrema-direita, resta saber se foram manipulados por que serviços secretos...»

Este Alegre é uma tristeza. A confusão em pessoa. Para ele, política e bisbilhotice é tudo a mesma coisa. Não sei porquê mas sempre me pareceu que a canção romântica, género «Gwendolyne», era a sua vocação.

Manuel Alegre, esta voz que vem do túmulo...

REPORTAGEM DOCUMENTO

Logo a seguir ao *Telejornal* um filme sobre Angola, no período do Governo de transição, realizado por Fonseca e Costa.

Um filme a vários títulos esclarecedor. Um filme didáctico. As imagens e as palavras completam-se. Responsabilizam-se mutuamente. O engenho do realizador descobre pormenores que ilustram uma exposição. Fonseca e Costa escreve com a sua câmara e a sua imaginação toda está na realidade imediata.

Por muito tempo se recordarão os telespectadores daquelas imagens dos partidários do Holden Roberto que, nas vestes negras, trazem escrito U.P.A. São imagens impressionantes de terror. Muitos retornados que se encontram em Lisboa recordam-se das cenas terroristas desencadeadas exactamente pela U.P.A. ou seja, pela F.N.L.A...

Fonseca e Costa produziu um documento histórico, à luz do qual se compreendem muitas coisas hoje. Lá se refere o facto de a P.I.D.E. não haver sido desmantelada e se pergunta ao serviço de quem se encontravam os seus elementos. Lá se refere a acção criminosa dos movimentos fantoches e se pergunta quais são os seus apoios externos, enquanto o letreiro da *Residencial América* brilha durante um comício da U.N.I.T.A. Lá se refere a violência desencadeada em Setembro e se recorda que não raro certa neutralidade se confunde com cumplicidade...

Quem tem olhos veja, quem tem cabecinha pense. Hoje, felizmente, e cada vez mais os retornados honestos sabem que os seus interesses se defendem com o M.P.L.A. — nesse M.P.L.A. que reconstroi Angola e onde negros e brancos se unem fraternalmente na mesma tarefa.

Sem ser recente, filme perfeitamente datado, a obra de Fonseca e Costa dá-nos, como poucos, uma leitura actual. É a vantagem de ter os olhos voltados para onde o sol nasce.

CRÍTICA DE TEATRO

Continuação da pág. 14

homem pelo homem ou com socialismo. E á arte — neste caso, ao teatro — compete resgatar esse primarismo não para embelezar o horror mas para o tornar convincente e, ao mesmo tempo, para nos ajudar a mergulhar nele até ao fundo e dele sair. Estamos a lembrar-nos, por exemplo, de uma peça feita por esta mesma companhia — «Quem é esta Mulher», de Marguerite Duras — cuja qualidade, a todos os níveis, enriquecia o espectador sem o alienar. «Preço da Vida» não é um texto suficientemente interessante para além do seu interesse sociológico (a nível imediato) e político (a nível mediato, na medida em que é mais uma achega para ilustrar a afirmação de que a água da liberdade pode estar envenenada). Foi, porém, realizado com seriedade e cuidado pelo TEL. Com um bom dispositivo cénico de Luiz Suarez. A correcção do tratamento naturalista dado às cenas em casa da família da criança desaparecida tem a sua contrapartida nas cenas e nos elementos (incluindo diapositivos, embora em número insuficiente) que ajudam o espectador a situar o conto, a ler para além da superfície aparente da realidade.

É de salientar o admirável trabalho de Suzana Prado cuja mãe é com efeito uma verdadeira criação — coisa suficientemente invulgar para ser saudada. Esse trabalho é o que há de mais comovedor no espectáculo (uma observação pareceu-nos haver exagero na gaguez inicial da personagem em contraste com fala depois de saber da morte da filha). Helena Félix é também convincente numa composição muito meticulosa da ex-prostituta. Aliás, o trabalho dos actores parece-nos de uma maneira geral correcto — excepcional no caso da Suzana Prado — com uma referência ainda para a confissão do criminoso (Dário de Barros). Se o espectáculo nos merece reservas é sobretudo por nos parecer relativamente inútil. A sua carga documental ficaria melhor, por exemplo, num programa de televisão com a vantagem de que atingiria milhões de pessoas e não os escassos milhares fiéis espectadores do TEL.

MARIA VITÓRIA

Todos os dias 2 sessões às 20.30 e 22.45

(Não aconselhável a menores de 18 anos)

A PLURALIREVISTA DO POVO PARA O POVO

FORÇA, FORÇA, CAMARADA ZÉ!

SALVADOR

★

HENRIQUE SANTANA

VITOR MENDES

CARLOS GONÇALVES

à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional

Atracção nacional:

CIDÁLIA MOREIRA

Aos Domingos e Feriados: «Matinée» às 16 h.

2.as feiras: Descanso da Companhia

Aos Sábados: TEATRO INFANTIL às 16 h. (para todos)

«O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»

Entradas a 10$00, 15$00 e 20$00 (só!)

teatro do bairro alto

R. Tenente Raul Cascais, 1-A (ao Rato) Tel. 661515

Bilhetes à venda

Proibida a ent. após início do espectáculo

Teatro da Cornucópia

[Ah Kiu]

tragédia chinesa baseada em Lu Sun de S. Chartreux e J. Jourdheuil

3.ª a sábado, às 21.15 h

domingo, só às 18.30 h

(Não acons. a men de 13 anos)

PRECISA-SE

MULHER

QUE SAIBA COZINHAR

Idade 25 a 40 anos, para casa particular.

Bom ordenado.

Resposta: D. JUAN TORRES CALVI Av. Reina Mercedes, 33 SEVILHA-ESPANHA

ANIMADÍSSIMO & MUSICALÍSSIMO!

2 HORAS DE GARGALHADA!

taran tan-tan NÃO ENCHE BARRIGA!

2 SESSÕES: 20.30 h e 22.30 h

Domingos: matinées às 16.00 h

ADOQUE teatro

Todos os SÁBADOS, às 16 horas «MATINÉE» INFANTIL com «Pedro e o Lobo» e «O Indiozinho Raio do Luar»

COMUNA

Teatro de Pesquisa

NOVO HORÁRIO

Às 4.as, 5.as, 6.as e Sáb. AS 21.30

FOGO!

- 3.º MÊS -

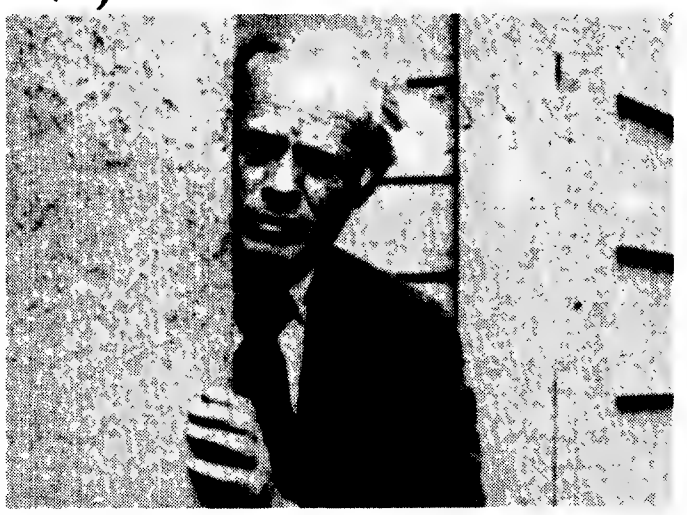
Domingos - - Só às 18 h.

PRAÇA DE ESPANHA

(Metro Palhavã)

Tel. 762624

Hoje



«Madigan»

I PROGRAMA

19.00 **«Era Uma Vez... Três»** — programa produzido pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis.
19.35 **As Pedras e o Homem**
19.55 **Momento Desportivo**
20.30 **Telejornal** — 2.ª edição
21.05 **Música de Câmara Portuguesa** — Trio n.º 1, de Luís Filipe Pires. Realização de Rui Ferrão.
21.15 **Terra a Terra — Minha Gente** — concurso (sessão explicativa).
21.30 **Bailado e Canto** pelo conjunto de canto e danças polacas
22.15 **Cinema-76** — actualidade cinematográfica, por Alfredo Tropa.
22.45 **Telejornal** — 3.ª edição
23.00: Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e **«Os Robinsons Suíços»**
20.30 **Fronteiras do Amanhã**
20.55 **Passatempo** — magazine quinzenal.
21.40 **«Madigan»** — série filmada. com Richard Widmark.
22.45 **Telejornal**
23.15 Fecho

Amanhã

I PROGRAMA

....**13.15:** Abertura e Telejornal — 1.ª edição: **13.30:** Hoje Pode Ver — os programas dos teatros e cinemas e da TV: **13.35:** Desenhos Animados: **13.45:** Stop — um programa da Prevenção Rodoviária Portuguesa e de Joaquim Filipe Nogueira: **14.00:** Retrospectiva — revista de acontecimentos desportivos: **14.10:** Culinária — transmissão dos Estúdios do Porto: **14.35:** Falar Educação: **15.05:** Umaliçãodeginástica: **16.30:** «FungagádaBicharada»: **17.00:** ConcertopelaBanda de Música da Guarda Nacional Republicana. No programa: Suite Sinfónica «Alentejana», de Domingos Brandão e Suite Francesa, de Darius Milhaud. Direcção musical do tenente Idílio Fernandes. Realização de Jorge Listopad. Produção do Departamento de Programas Musicais e Recreativos: **17.35:** Série Filmada: **18.20:** Saber Não Faz Mal: **18.45:** Documentário: **19.25:** Cinema de Animação — um programa de Vasco Granja: **19.55:** Desenhos Animados: **20.15:** Cartaz TV — selecção dos programas da semana apresentados por Jorge Alves: **20.30:** Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro: **21.05:** Cantigamente — 1.º de uma série de 6 programas realizados pelo Centro Português de Cinema: **22.10:** Memórias do Nosso Tempo — «Que Estão os Nossos Aliados a Fazer?» — entrada da Itália na Geurra. Ataque à Sérvia. Realização de John Terraine: **22.45:** Telejornal — 3.ª edição: **23.00:** Fecho.

II PROGRAMA

....**20.00:** Abertura e Escrever é Lutar: **20.30:** «Os Camponeses» série filmada de origem polaca: **21.25:** Documentário: **22.10:** Telejornal: **23.40:** Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO

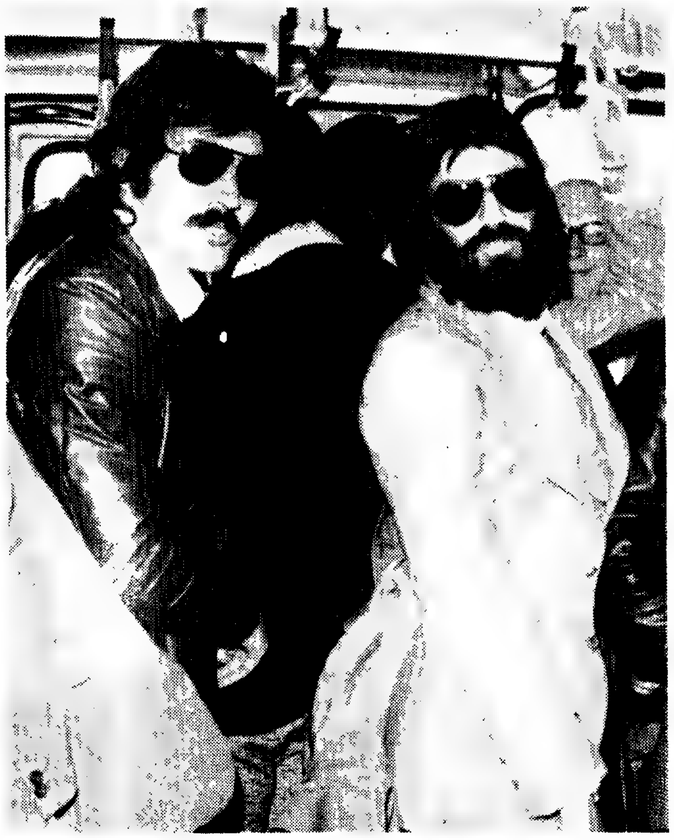
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786 - 834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto



Toni e Barros: dois futebolistas do Benfica com procura de serviços. O «capitão» da Luz é desejado em França (Red Star). O ex-leixonense vacila entre dois rumos: Boavista ou F.C. Porto. Mas será que Toni e Barros deixam (mesmo) a «águia»?

RALLYE DE PORTUGAL

Munari, Pinto e a Lancia dominaram a primeira etapa

. O italiano Sandro Munari, em Lancia Stratos, comandava hoje o Rallye de Portugal, à partida para a segunda etapa, no Estádio das Antas, no Porto, que teve início às 9 e 30. Munari levava uma vantagem de 56 segundos sobre o seu companheiro de equipa Rafaelle Pinto que por sua vez estava apenas a 2 segundos do terceiro classificado, o sueco Ove Andersson, em Toyota.

«Mêquêpê», em Opel, na quarta posição, mas com mais de 6 minutos de atraso em relação ao primeiro, era o melhor dos concorrentes portugueses. No quinto lugar encontrava-se o espanhol Benigno, em BMW, e daí até à décima posição estavam escalonados mais cinco portugueses: Manuel Inácio (Opel), 1.21.50; António Borges (Porsche), 1.22.15; António Diegues (Opel), 1.22.19; Francisco Romãozinho (Citroën GS), 1.22.32 e Carlos Torres (Mazda), 1.23.11.

Para a primeira etapa que se iniciara ontem no Autódromo do Estoril não se apresentaram 13 concorrentes.

Logo na primeira classificativa, na Lagoa Azul, Sandro Munari impôs a sua superioridade ganhando cinco segundos ao seu compatriota Rafaelle Pinto, também em Lancia. António Borges foi o melhor português com 2m e 41s, tempo que correspondeu à oitava posição. Entretanto, a prova perdia um dos seus mais cotados e espectaculares favoritos — o alemão Walter Rohrl — que desistiu por avaria.

Na classificativa seguinte, disputada na Peninha, a superioridade continuou a pertencer a Munari e ao seu Lancia Stratos. «Mêquêpê» com o sexto tempo foi o melhor português.

Em Montejunto, um clássico troço dos rallyes portugueses, com 8 km de estrada florestal, Munari foi de novo o vencedor tal como viria a acontecer em Figueiró dos Vinhos, onde se deram mais duas baixas: Hannu Mikkola (Toyota) e Vítor Vieira (Opel). Com o abandono do finlandês a prova começou cedo demais a ficar desfalcada dos principais valores.

Na Lousã, verificar-se-ia o abandono de mais duas equipas portuguesas — os portugueses Parada Leitão e Carlos Pinto, ambos em Opel. Uma vez mais nesta classificativa Sandro Munari vincou superioridade que só foi interrompida nas classificativas da Candosa e do Buçaco onde Rafaelle Pinto se impôs.

Na classificativa seguinte, disputada no Caramulo, Munari voltou novamente a ganhar, mas no Ladário e em Viseu, Ove Andersson obteve os melhores tempos. Munari foi o segundo e Pinto o terceiro. «Mêquêpê», que se classificou a seguir, foi o melhor português.

Munari voltaria a destacar-se na 11.ª classificativa, disputada na Lapa, onde foi o mais rápido seguido do sueco Andersson e do italiano Rafaelle Pinto.

A última classificativa desta etapa disputou-se em Armamar, um troço habitualmente difícil, onde Sandro Munari confirmaria uma vez mais a sua superioridade e do seu espectacular Lancia Stratos, uma máquina de vencer e claramente favorita.

Uma presença em massa de portugueses entre os dez primeiros não surpreende, correspondendo às tradicionais boas actuações dos nossos pilotos em provas internacionais. Romãozinho, embora não se encontrando nas melhores posições entre esse lote de concorrentes, continua a ser um dos portugueses com mais possibilidades dada a sua maior experiência internacional aliada às suas conhecidas qualidades de piloto.

A segunda etapa termina amanhã às 12 e 28 no Autódromo do Estoril, depois de uma neutralização em Tomar de duas horas e meia.

Sandro Munari, o piloto italiano de maior palmarés, grande favorito do Rallye de Portugal

Portugal

DRÁSTICO

Um futebolista júnior (António João Paixão, do Montijo) agrediu o árbitro que dirigiu a partida dos montijenses com o Alcochetense; três anos de suspensão foi a penalidade aplicada pela Associação de Futebol de Setúbal. Por seu lado, um iniciado (Vítor José Machado Fidalgo, do Sesimbra) foi castigado com dois jogos de paragem obrigatória por «atitude incorrecta para com a equipa de arbitragem, no que é reincidente».

Pega-se noutro mapa de castigos (emanado da Associação de Futebol de Lisboa) e saltam algumas penalidade que reflectem a falta de respeito de certos desportistas praticantes pelos elementos da arbitragem. Como se nota: seis anos de suspensão a Noé Lourenço Luís (futebolista do Montelavarenses) por «agressão a um elemento da equipa de arbitragem do jogo com o Vitória»; cinco jogos a Gervásio José Mendes Correia Modim (Mem Martins) «por ameaças a um elemento da equipa de arbitragem»; quatro jogos a Armando Duarte da Fonseca (Cadaval) «por injúrias ao árbitro»; três jogos a José Manuel Gonçalves Teixeira Pereira (Linda-a-Pastora) «por injúrias à equip[illegible]bitragem»; seis jogos a [illegible] Alexandre Amaral (M[illegible]ra) «por tentativa de [illegible]o árbitro, com a agrav[illegible] acumulação de faltas [illegible] capitão de equipa»; tr[illegible] a Manuel Henrique F[illegible]al) «por injúrias a un[illegible]o da equipa de arbitr[illegible] outros três jogos a Ar[illegible] Faustino Simões (Águia[illegible] inúrias à equipa de arb[illegible]»; ainda três jogos a [illegible] do Anselmo Ferreira ([illegible]ao) «por injúrias no árbit[illegible] mais três jogos ao júnior G[illegible]orio António Claro (Odivel[illegible] por injúrias ao árbitro»; cin[illegible] jogos aos também juniores [illegible]érico José Martins Garcia e [illegible]vid Ramos Tarelho (ambos [illegible] Mercês) respectivamente «[illegible] tentativa de agressão ao [illegible]tro» e «injúrias a um elemento da equipa de arbitragem, com a agravante de acumulação e sucessão de faltas e de ser o **capitão** de equipa», e cinco jogos na bancada para um contapeador iniciado (Vítor M[illegible]uel Silva Galvão Rodrigues, [illegible] Desportivo dos Olivais) «por ameaças a um elemento da equipa de arbitragem, com a agravante de ser o capitão de equipa».

ESTORIL

O Estoril Praia quer segurar-se, a tempo e horas, com vista à próxima época do chuto: já revalidou os compromissos com o dianteiro Clésio e com o defesa Carlos Pereira, mantendo negociações para recrutamento do cufista João Pedro e do portalegrense Paris.

TÉNIS DE MESA

. . Foi marcada para os dias 10 e 11 de Abril, na sede da Federação de Ténis de Mesa, uma reunião das associações da modalidade, para se discutirem problemas que se cingem em torno dos moldes da realização dos campeonatos nacionais. Ainda de ténis de mesa: a Associação Académica de Santarém promove, sábado e domingo, na Casa do Campino (Santarém) um torneio aberto, que será dirigido pelo juiz-árbitro Renato Januário Fonseca, enquanto o Torneio 25 de Abril (organizado pelo Clube Desportivo de Paço de Arcos) se efectua a 4 de Abril, em Paço de Arcos, sob a direcção de Mário da Costa Patrício.

Lá fora

GRIPE ADIA RANGERS-CELTIC

Porque a maioria dos jogadores do Rangers e do Celtic foram atingidos pela gripe, o jogo entre os dois rivais tradicionais de Glásgua e da Escócia, a contar para a liga daquele país foi adiado para data a designar oportunamente. Refira se que os dois clubes lideram o campeonato escocês e que são 16 os futebolistas afectados por aquela doença.

MAERTENS EM FOCO NO PARIS-NICE

O belga Freddy Maertens venceu ontem a quarta etapa da «classica» Paris-Nice, o que para aquele ciclista acontece a segunda vez nesta prova. Com o mesmo tempo do vencedor classificaram-se a seguir o francês Thurau, o holandês Raas e o belga Wesemael. Na tabela geral Maertens e o «lider», perseguido a 2 segundos por Thurau, a 4 pelo seu compatriota Den Broucke e a 9 pelo holandês Kuiper

DELIBERAÇÃO

Telegrama da Reuter: ministros do Desporto de sete paises da Europa Ocidental chegaram a acordo sobre cooperação mais estreita, para impedir que a política interfira no desporto.

Um comunicado (emitido em Bona) dizia que uma conferência de dois dias, entre ministros do Desporto da França, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, Espanha, Irlanda e República Federal Alemã, produzira «resultados importantes e tangíveis».

A comunicação foi emitida pelo ministro alemão ocidental do Interior (prof. Werner Maihofer) que é responsável pelo desporto no seu país. Anunciando o acordo, o prof. Maihofer declarou: «Desta forma, as iniciativas de outras nações e blocos para exercerem influência política na organização livre de desportos serão eficazmente combatidas»

Antes, um comunicado do ministro [illegible]cava a União Soviética por tentar utilizar o desporto com propóstiso políticos.

LUCROS

. O «astro» do ténis Arthur Ashe foi galardoado com o prémio do «jogador do ano», recebendo 7500 dólares (cerca de 200 contos) em dinheiro.

Os triunfos de Ashe (de 32 anos) incluem os títulos que ganhou no torneio de ténis de Wimbledon e no campeonato mundial.

Ashe obteve 228 dos 240 votos de um grupo de jornalistas desportivos internacionais. Jimmy Connors ficou em 2.º lugar e o sueco Bjorn Borg em 3.º.

A "taça" no futebol indígena

Rua com a palhaçada, já!

. Dou um doce a quem for capaz de indicar lugar algum do Mundo onde tenha acontecido metade do que ocorre por cá, no futebol indígena. A última, amigos, foi dada à luz quando se despejou o sorteio da 5.ª eliminatória de um mamarracho denominado de Taça de Portugal, onde houve o desplante de *repescar*, inopinadamente, três vencidos de jornada anterior para os tornar a colocar dentro da desgraçadinha prova de chuto na bola, que Deus teima em não abençoar e os homens porfiam em achincalhar.

Sucedeu, assim, que o Sesimbra, o Sporting de Lamego e o próprio vencido do Paredes-Marítimo (ainda a realizar!) ficaram apurados para prosseguir, provavelmente para, um dia destes, voltarem a jogar com os parceiros que antes os eliminaram e tudo tornar ao princípio, à terra, ao pó, à cinza. Até aos confins do Mundo.

O gozo sublime, a apoteose desta asneira que nenhum dirigente a sério dentro do desporto português ousa travar, é que ao vencido do jogo Paredes-Marítimo caberá um confronto com o Oriental, enquanto o triunfante no encontro (que vai disputar-se a 17 do corrente) será próxima visita do Vitória de Setúbal, em teoria potência futebolística menos poderosa que o reduto orientalista. Logo, haverá por aí quem queira garantir que Marítimo ou Paredes gostariam de vencer a «negra» de 4.ª-feira? Vai uma aposta em como, se fosse possível, nem madeirenses nem nortenhos apareciam em campo? E, concordem, se não fosse pelo que ofendia a ética, o desportivismo e o respeito por colegas e público, era o que a Federação estava a precisar: que a «malta» (jogadores incluídos) virasse as costas a «taças» assim disputadas e fosse para banhos. Ou trabalhar duas horas suplementares, que o País bem dispensa os calões.

Neves de Sousa

ELES FALAM

Futuro contratado do Boavista, o chutador Albertino **abre-se** (em «Record»).

. . «Pelo que vi, o grande mal da equipa do F.C. Porto é a falta de camaradagem reinante entre a maioria dos jogadores. Uns por vedetismo, outros por uma questão de feitio, o caso é que a desarmonia na equipa é mais do que evidente. Certos jogadores formam «complots» e isolam-se dos restantes. De um modo geral, entre portugueses e brasileiros há uma inimizade latente. No campo, durante os jogos, chateiam-se uns com os outros. Certos jogadores só passam a bola entre si. Os outros ficam «a secar». Depois, quando o jogo muda de zona, invertem-se as perrices.

«Ainda nao vi nada igual em qualquer outra equipa. Bem sei que falavam para aí de racismo no Sporting, dos vedetismos do Damas, etc mas o facto é que eu, no campo, nunca me apercebi disso.»

SOBRE O JUGOSLAVO QUE TREINOU O F.C. do PORTO

«Stankovic ate se enganava ao chamar pelos jogadores. No Peru, por exemplo, chamava Octávio ao Pedrinho Por vezes eram os jogadores a proporem lhe certas modificacões no processo de jogar. Ele dizia que sim. Concordava com tudo, ou por não perceber, ou por uma questão de comodidade.»

VERDADES

O cor. Marcelino Marques (presidente do Belenenses) e entrevistado pelo camarada Homero Serpa, em «A Bola». Algumas das suas declaracões formam um notável documento censório para o Desporto português

«Não podemos, de modo algum, manter por mais tempo a secção de futebol em moldes idênticos àqueles em que actualmente vive, enquanto nao aumentar o volume da quotização de forma substancial.

«Isto porque estamos a gastar muito mais do que e possível prever como razoavel. Não há possibilidades de esticar qualquer intencão ou previsão optimista que nos dê indícios de mudanca da actual situacao cronicamente deficitaria. (. .) O Belenenses corre grandes perigos de ver o seu futuro rudemente comprometido. Eu sei que esta posicao ou esta afirmacao não traz novidade nenhuma para quem acompanhe de perto a vida do clube, mas infelizmente essas pessoas, aquelas que normalmente vao às assembleias, constituem um nucleo cujo numero e pouco representativo em materia de contribuicao financeira, embora seja bastante significativo encorajante em materia de opinioes O clube precisava de ter todos os espectadores do futebol a discutirem com a direccao, os nossos problemas de gestao e programacao desportiva.»

Marcelino Marques prossegue o depoimento

«Quanto maiores forem as diferencas de ordenados de jogadores de uma mesma equipa, maiores são as possibilidades de divisao entre eles e homens que pretendem um mesmo objectivo, que trabalham para o mesmo fim, quando estão divididos, nunca poderão constituir uma equipa, tal como eu a concebo.

«Creio mesmo que as grandes diferencas de ordenados entre jogadores de uma mesma equipa só prejudica o próprio entendimento e espírito de ajuda entre les. Isto não contece nos espectáculos de teatro, cinema e outros. Numa equipa de futebol ou ganham todos muito ou ganham todos pouco. Agora uns a ganharem 50 e outros a ganharem 20, é uma injustiça prejudicial ao rendimento de todos os jogadores no meu entender Tão importante num espectáculo-futebol e um ponta-de-lanca que vai marcando golos, como o guarda-redes e os defesas que evitam a marcação de golos pelo adversário.

«Continua o presidente belenense.

«Julgo que a caca ao atleta é uma consequência da caça ao campeonato. Isto equivale a dizer que so com a cura completa da campeonite se poderá criar um ambiente são, dentro das estruturas do futebol. E aqui está um importante serviço para os órgãos de Informacão: o combate à campeonite, que passará naturalmente pelo combate ao vedetismo e ao sensacionalismo sejam de quem for.

«Isto não significa a condenação do desejo de ganhar campeonatos que todos devem ter, de forma justa Tanto os jogadores, como os espectadores, como os dirigentes devem procurar vitorias em todas as competicões. Mas essa procura terá de ser realizada em termos fiel e honestamente desportivos, aceitando a superioridade, mesmo que momentânea dos seus adversarios e aceitando as fantasias da sorte o do azar como componentes indissociáveis de qualquer competicão. Não é esta sensibilização desportiva que nós vemos a cada passo. O que vemos e a procura da vitória, custe o que custar, não so em dinheiro como em actos e palavras.

«Esta ideia fixa de que antes das competicoes se determina quem vai ganhar, porque é preciso mesmo ganhar, e o que em chamo campeonite. E isto acontece em grande parte por culpa de alguns dirigentes desportivos, porque pagando aos jogadores das suas equipas ordenados anormais e exageradamente diferenciados dos ordenados dos jogadores das equipas adversarias, criam não só entre os jo-

Continua na pág. 17

Geral

ELES FALAM

Continuação da pág. 16

gadores mas também dos adeptos dos «clubes melhor pagantes» como que uma obrigatoriedade de vencerem e quando tal não acontece, estão criadas as condições para um mal-estar que conduz normalmente às tais cenas reprováveis de quem não sabe ou não está preparado para encarar a derrota.

«Esta mania, portanto, de ganhar por obrigação é que eu chamo campeonite. A par desta situação, muitas outras há, geradas em secretarias e até em meras conversas de café, susceptíveis de alimentar a confusão entre um adversário desportivo e um inimigo vulgar do nosso clube.»

Mais para diante:

«Agora os jogadores de futebol, já são gente; deixaram de ser meros objectos de negócio entre dirigentes de clubes. Felizmente hoje a Direcção do clube já não é dono dos seus jogadores como se fossem móveis. Até esta conquista, aliás tardia, por parte dos jogadores de futebol vem tornar mais difícil a situação dos clubes sem apoios financeiros. Isto é uma situação nova para que os clubes não estavam preparados, como era de esperar. Desejo que esta nova situação traga maior sensatez por parte de quem administra os dinheiros dos clubes desportivos.»

Em ARMAÇÃO DE PÊRA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA LAMI

Em S. PEDRO DE MUEL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ CENTRAL

Relações entre Portugal e Angola

Continuação da pág. 11

de outros países, em relação aos quais naturalmente teremos de ter em conta a sua identificação com a revolução angolana. Queremos com isto dizer que elementos, ou núcleos efectivamente progressistas, poderão encontrar a possibilidade de vir a Angola e dar a sua contribuição para a reconstrução nacional, dentro do espírito de solidariedade militante e dentro das leis e princípios que regem ou regerão a República Popular de Angola.

«DL» — Os sectores portugueses mais reaccionários que sempre se opuseram ao reconhecimento da RPA, e tudo têm feito para deteriorar e impedir as relações de amizade e cooperação com o vosso país, argumentam com a «defesa dos legítimos interesses dos cidadãos portugueses». Excluindo as naturais situações incontroláveis que qualquer guerra sempre provoca, acha que os interesses realmente legítimos dos portugueses foram ou têm sido prejudicados por acção do MPLA?

PJ — Quanto julgo saber, os interesses considerados legítimos não me parece que tenham sido objecto de qualquer intervenção importante. Os portugueses que se encontram na República Popular de Angola, e que estão enquadrados na nova dinâmica, de maneira nenhuma estão a ser afectados pelo facto de serem portugueses.

«DL» — O almirante Rosa Coutinho foi homenageado em Angola pelo povo angolano. Ele interpretou isso como uma homenagem ao povo português. O que pensa deste homem tão caluniado e tão atacado pelas forças reaccionárias e imperialistas?

PJ — Possotestemunharque o almirante Rosa Coutinho mereceu em Angola o carinho das populações. Assim foi em Luanda e noutras cidades por onde passou. E isto como resultado das posições que o almirante Rosa Coutinho teve durante a época em que foi alto-comissário em Angola. Efectivamente, é visível a simpatia e a admiração de que goza no seio das populações angolanas. O facto do almirante Rosa Coutinho ser contestado ou criticado por certos sectores políticos portugueses, tal má vontade baseia-se numa situação interna sobre a qual não me compete emitir qualquer consideração.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

SEDE: Av. da República, 29-27 — Telef. 57 40 73 — L I S B O A

5.º ANIVERSÁRIO DA MANIFESTAÇÃO EM S. BENTO

SESSÃO COMEMORATIVA
DIA 15 DE MARÇO DE 1976
ÀS 21 HORAS
NA VOZ DO OPERÁRIO

Dia 15 de Marco de 1971 ficou a marcar a vida sindical dos trabalhad do comércio.

Às justas reivindicações dos caixeiros o fascismo respondia com a lência repressiva.

Os trabalhadores do comércio não esquecem.

Na unidade e na solidariedade de classe vão os trabalhador-s do comér comemorar aquela luta e reforçar a sua vontade de avançar para novas e just conquistas.

Esta sessão comemorativa será uma grande festa, uma grande jornada de unidade, em que, contando e lembrando o passado, se reforçará a nossa solidariedade para enfrentar o futuro, sempre na defesa dos interesses dos trabalhadores do comércio.

CAMARADA DO COMÉRCIO, ESTA É A TUA FESTA!
COMPARECE — PARTICIPA!
NA UNIDADE SE CONSTRÓI O FUTURO!

Nota: Encontra-se à disposição dos sócios, na sede, cartazes que deverão ser afixados nos locais de trabalho.

Lisboa, 10 de Março de 1976

A DIRECÇÃO

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
BOLSAS DE ESTUDO DO ACORDO CULTURAL LUSO-BELGA

Está aberto até ao dia 30 de Março corrente, o concurso de bolsas de estudo para o ano lectivo de 1976/1977, oferecidas pelo Governo belga e destinadas a estudiosos de nacionalidade portuguesa que prentedam realizar estágios ou cursos naquele país:

I — **Bolsas oferecidas pelo Ministério belga da Educação Nacional e da Cultura Francesa.**

A — Bolsas de especialização — 2 bolsas —

1. Destino:

Licenciados ou diplomados em estabelecimentos de ensino superior (universitários e artísticos superiores).

2. Finalidade:

Especialização, a nível de pós-graduação, em todos os domínios científicos e artísticos.

Duracão:

3. Meses: com início em 1 de Outubro de 1976

4. Limite de idade:

35 Anos:

B — Bolsas de investigação — 4 mensalidades —

1. Destino:

Licenciados ou doutorados com alguns anos de experiência profissional.

2. Finalidade:

Trabalhos de investigação em todas as especialidades científicas e artísticas, durante um período limitado, com a duração mínima de 1 mês.

3. Limite de idade:

Sem limite.

C — Bolsas de Férias — Verão de 1976

— Universidade Livre de Bruxelas — Duas bolsas —

35 anos

Estudantes do ensino superior com, pelo menos, dois anos completos de estudos universitários

2. Limite de idade:

ºª ANOS

II — **Bolsas oferecidas pelo Ministério belga da Educação Nacional e da Cultura Neerlandesa**

A — Bolsas de especialização — Uma bolsa —

1. Destino:

Licenciados ou diplomados em estabelecimentos de ensino superior (universitários e artísticos superiores).

2. Finalidade:

Especialização, a nível de pós-graduação, em todos os domínios científicos e artísticos

3. Duracão:

9 Meses: com início em 1 de Outubro de 1976

4. Limite de idade:

35 Anos:

B — Bolsas de investigação — 4 mensalidades

1. Destino:

Licenciados ou doutorados, com alguns anos de experiência profissional

2. Finalidade:

Trabalhos de investigacão em todas as especialidades científicas e artísticas, durante um período limitado, com a duração mínima de 1 mês

3. Limite de idade:

Sem limite

C — Bolsas de Férias — Verão de 1976

1 bolsa de Piano em Anvers

1 bolsa de Cravo em Anvers

2 bolsas para o Curso de Neerlandês de Hasselt

Limite de idade:

35 Anos:

Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Requerimento em papel selado, dirigido ao Secretário de Estado da Cultura;

b) Impressos a solicitar aos Serviços das Relações Culturais Externas, devidamente preenchidos;

c) Certidão das habilitacões literárias, donde constem as classificações obtidas;

e) Certificado médico (estado de saúde)

e) Certidão de nascimento (indispensável para as bolsas de especializacão e de férias);

f) Trabalhos publicados ou dissertação final de curso (bolsa de especializacão e investigacão);

g) Cartas abonatórias de duas individualidades de mérito reconhecido no domínio dos estagios ou cursos requeridos;

i) Três fotografias de formato passaporte;

i) Plano de estudo, trabalho de investigação e de tese de doutoramento;

j) «Curriculum vitae».

NOTA: 1 — Os candidatos deverão ter bons conhecimentos práticos do Francês ou do Neerlandês.

Os candidatos às bolsas de investigação deverão conhecer uma das línguas referidas ou o inglês.

2 — As bolsas de investigação e de especialização deverão ser utilizadas nas instituições de ensino pertencentes às Comunidades de Cultura Francesa ou de Cultura Neerlandesa, consoante as ofertas acima indicadas.

Todos os esclarecimentos poderão ser prestados nos Serviços das Relacões Culturais Externas, situados na Direcção-Geral do Património Cultural dentro das horas normais de expediente, na Rua Ocidental do Campo Grande, n.º 83, 1.º Piso (Edifício da Biblioteca Nacional), Lisboa-5.

PUB

SINDICATO NACIONAL DO PESSOAL DA INDUSTRIA DE DOÇARIA DO DISTRITO DE LISBOA

R. da Rosa 188-3.º Dt.º — Lisboa

CAMARADAS

O C.C.T. destinado às indústrias de Pastelaria, Confeitaria e Conservação de Frutas foi, em devido tempo, negociado com a Associação representativa da entidade patronal. No entanto, o mesmo, devido às dificuldades inerentes a todas as negociações deste género, somente foi assinado, excepto na parte salarial por falta de acordo das partes, em 8/12/75 data em que terminava o C. C. T. até aí em vigor, quer dizer, as partes para além da data do congelamento (27/11/75), continuaram a negociar. Terminadas que foram as negociações, na data acima indicada, o C.C.T. resultante das mesmas foi entregue nos serviços competentes do M. T.

Proibida que foi a contratação colectiva, enquanto durasse o congelamento, tal proibição não impedia que os serviços (in)competentes daquele Ministério continuassem a observar o processo burocrático inerente à verificação dos C. C. T. entregues.

Procurando este Sindicato acompanhar a marcha de tal processo foi sempre colhendo informações inerentes à sua posição, tendo sido sucessivamente informado que o mesmo estava a seguir as vias normais em matéria de contratação, obtendo esta Associação a informação final que o mesmo tinha sido, depois de observado pelos técnicos, enviado para despacho.

Acontece porém, que só agora 93 (NOVENTA E TRÊS) dias depois do C. C. T. dar entrada naquele (DES)MINISTÉRIO, os (i)luminados dos serviços (in)competentes, descobriram que as partes tinham assinado as negociações em data posterior ao congelamento pelo que tal assinatura era ILEGAL carecendo o mesmo de ser novamente assinado com data posterior a 1 de Março. Para além de uma alegada ilegalidade, altamente discutível, perguntamos: será preciso um período de tempo superior a 3 meses para ser detectada uma data que estava, claramente, mencionada no texto contratual, ou tal demora não se ficará a dever, pura e simplesmente, à profunda incompetência, demagogia e situações lesa-trabalhadores que definem uma linha de rumo que passa por uma viragem à extrema-direita daquele órgão governamental? quem souber que responda.

Até porque, tendo terminado o congelamento, em 29/2/76, no dia 1 de Março foi este Sindicato junto daquele Ministério a fim de dar andamento a um processo que, por manifesto azar, estava congelado há 3 meses. Nesse dia, porém, verificámos uma coisa espantosa. OS FUNCIONÁRIOS ESTAVAM COM TOLERÂNCIA DE PONTO, isto é, depois daquele Ministério fazer sair comunicados dizendo que o dia de Carnaval não era feriado obrigatório e que, a verificar-se tal feriado o mesmo devia ser compensado em horas de trabalho nos dias seguintes, mandando assim às MALVAS — vários C. C. T. em vigor, o dito M. T. (leia-se Ministério das complicações) criava simplesmente esta situação inqualificável, determinava trabalho para uns e concedia tolerância de ponto para outros, isto quando todos nós, legitimamente, esperávamos que estivesse montada toda uma máquina pronta a dar o seguimento devido aos processos contratuais, terminado que foi o congelamento. Afinal, não estava lá ninguém. Nesta altura, e, depois do secretário de Estado vir para a televisão dizer que, as credenciais às C. T., continuavam a ser passadas, observado que fosse um processo sumário, quando em boa verdade se estava a preparar a passagem da «bola» a outros Ministérios, quer dizer, concretamente, no nosso caso, um **PROBLEMA DE TRABALHO** passa a ser resolvido pelo Ministério da Indústria. Sem comentários. Em presença destes factos e dado o manifesto desinteresse e arrastar dos problemas, já esperamos que os problemas salariais, sejam, talvez, da competência do Ministério das Finanças.

A cúpula do M. T. esquece-se, sem que esta afirmação tenha nada de subjectiva, que nós, trabalhadores, verdadeiros municiadores do erário público, lhes pagamos mensalmente algumas dezenas de contos e que nos assiste ou direito de lhes colocar duas opções:

JUSTIFIQUEM O QUE LHES PAGAMOS OU DEMITAM-SE

Aproveitamos também a oportunidade para, na medida em que isto possa resolver os nossos problemas, chamar a atenção de quem de direito, sobre as situações ultimamente criadas no M. T. que, em nossa opinião, o sr. capitão Tomás Rosa, sendo ele o responsável por aquele órgão governamental, tem demonstrado como ministro e político que será, por hipótese, um bom comandante de companhia.

CAMARADAS — DELEGADOS SINDICAIS SÓ UNIDOS E ORGANIZADOS PODEREMOS VENCER

Compareçam no plenário a realizar no próximo dia 16, pelas 18.30, na R. de S. Paulo, 216-1.º, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: GREVE GERAL

A DIRECÇÃO

Com os n/ melhores cumprimentos.

O SECRETÁRIO-GERAL

Geral

Por seis quilos de liamba

Volante Martorell condenado em França

. Foi condenado a oito meses de prisão e ao pagamento de cerca de 1822 contos (274 mil francos) pelo Tribunal de Grande Instância de Baiona o automobilista português António Martorell, que em Janeiro último tinha sido detido na fronteira de Hendaia ao tentar introduzir em França, a caminho da Holanda, seis quilos de liamba.

Com vinte e seis anos, António Martorell tem participado em inúmeras competições nacionais e algumas provas internacionais, tendo ganho uma Volta a Portugal em automóvel. É considerado um dos melhores «volantes» nacionais e, ao que afirmou durante o julgamento, procurava com a operação que levou à sua condenação naquele tribunal francês realizar dinheiro para adquirir um outro automóvel de competição na Alemanha.

O juíz da Grande Instância de Baiona, que ponderou todas as razões apresentadas pelo automobilista, afirmou que os seis quilos de liamba que Martorell pretendia transaccionar na Holanda e que tinham sido apreendidos em território francês eram mais fortes que idêntica quantidade do conhecido cânhamo indiano.

Presos dois assaltantes do Arquivo Central do Porto

. PORTO, 12 — Foi já instruído o processo e enviado ao Juiz de Instrução Criminal, de dois indivíduos — José Abreu e Alfredo da Silva Oliveira, ambos de 19 anos — que juntamente com Mariano Urbano Falcon Oliveira, de 22 anos, de nacionalidade espanhola e residente em Orense, assaltaram por intermédio de chave falsa, na noite de 3 para 4 de Novembro último, o Arquivo Central do Porto, subtraindo de um cofre ali existente a importância de 166 534$00.

A chave utilizada e o segredo do cofre foi-lhes facultada por um elemento que trabalhava naquele arquivo.

Os dois primeiros indivíduos detidos por agentes da 2.ª brigada da 4.ª secção da P. J. do Porto em 17 de Fevereiro último encontram-se presos, não lhes tendo sido admitida caução. O Mariano Oliveira, anda a monte, pedindo a P. J. do Porto a quem souber do seu paradeiro o favor de o transmitir através do telefone 26855.

Doente rouba doente no banco do hospital

Um jovem de 18 anos, que se encontrava no banco do Hospital de S. José para receber tratamento a uma ferida na cabeça, não resistiu à tentação de «aliviar» o dedo de um outro doente, tirando-lhe do anelar um aro de ouro com meia libra. A vítima encontrava-se deitada numa maca e não deu por nada.

A manobra foi no entanto observada por um terceiro doente, que alertou a Polícia do posto do banco.

Depois de receber o curativo, o jovem em questão, José Joaquim, deverá ser enviado a Tribunal para receber o correctivo. Tem contra si a agravante de ter sido ultimamente condenado por crime de furto, com pena suspensa por três anos.

BARES • BOITES

RESTAURANTES TÍPICOS

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859°368197. Rosy Striptease suse.**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. **T. 261461/164526/264596/ 264621/264946**

Ladrões de camião

As autoridades procedem a investigações com vista à detenção de vários indivíduos que carregaram para um camião todo o recheio da casa de um casal, em Armação de Pêra.

O assalto verificou-se quando os donos da casa se encontravam a trabalhar, longe da residência.

O à-vontade dos assaltantes era tão grande — contam os vizinhos — que «julgámos que o Manuel de Sousa e a mulher iam mudar de casa. Parecia mesmo uma mudança».

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 23/4 %	–	275$	285$
Cons. 3 %	300$	300$	305$
Cons. 3 1/2 %	350$	350$	–
Centenários	805$	805$	810$
Tes. 5 %	835$	835$	840$
Tes. 10 %	545$	540$	550$
Extern. 1.ª - s.	–	450$	–
Extern. 1.ª - c.	–	450$	–
Extern. 3.ª - s.	–	460$	–
Extern. 3.ª - c.	–	460$	–
Caut. 3.ª - s.	–	–	–
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Lx. 6 %	–	–	760$
C.M.L. 5 3/4 %	835$	830$	–
C.P. 5 1/2 % — 67	–	720$	800$
C.P. 5 1/2 % — 68	–	720$	–
C.P. 5 1/2 % — 69	–	720$	–
Corr. 5 3/4 %	810$	800$	815$
Metr. 5 3/4 %	–	800$	–
Tur. 5 3/4 %	–	–	–
C.P. 6 3/4 %	–	830$	–
ELÉCTRICAS			
G. 5 % — 58	700$	–	750$
G. 5 % — 59	–	–	–
G. 5 % — 62	–	–	–
G. 5 % — 63	–	–	–
G. 5 % — 64	–	–	–
G. 5 % — 65	–	–	830$
G. 6 % — 67	830$	–	–
G. 6 % — 69	–	–	–
G. 7 %	–	900$	–
H.E.A.A. 5 %	–	610$	–
H.E.C. 5 %	–	700$	–
H.E.C. 6 %	–	780$	–
H.E.D. 5 %	–	600$	–
H.E.D. 6 %	–	–	–
H.E.N.P. 5 %	–	700$	–
H.E.S.E. 5 %	–	–	–
H.E.S.E. 6 %	–	750$	–
H.E.Z. 5 % — 57	–	–	–
H.E.Zêz. 6 %	–	770$	–
N. Elec. 5 %	–	670$	–
N. Elec. 6 %	–	–	–
Termoel. 5 %	–	–	620$
U.E.P. 5 % — 60	–	–	–
U.E.P. 5 % — 63	–	–	–
U.E.P. 6 %	–	760$	–
U.E.P. 7 %	–	780$	800$
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % — 56	–	715$	–
A.P.T. 5 % — 58	–	700$	–
Lisnave 6 %	–	780$	–
Nitratos — 60	–	–	–
Pet. 2.ª e 3.ª	835$	830$	–
Sacor 7 %	–	–	–
Sacor 5 % — 54	–	–	–
Sacor 5 % — 60	–	–	–
Sid. 5 % — 2.ª	–	–	–
Sid. 5 % — 3.ª	–	–	–
Sid. 5 % — 4.ª	–	–	–
Socel 5 %	–	–	–
R. Fabril — 67	–	840$	–
R. Fabril — 68	–	–	830$
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %	–	–	–
Rev. 5 % — 57	–	–	–
Rev. 5 % — 59-60	–	–	–
Moçambique 5 %	–	–	–
Sonefe 5 %	–	–	–
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico	–	–	–
F.I.D.E.S.	–	–	–

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado e o vento era fraco ou moderado dos Quadrantes Oeste e chovia ou caiam chuviscos nas regiões do norte.

TEMPERATURAS EXTREMAS

FONTE BOA
Máxima ..... 19°

RÉGUA
Mínima ..... 2°

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado, vento moderado dos Quadrantes Oeste; períodos de chuva ou chuvisco em especial nas regiões a norte do Tejo passando a regime de aguaceiros para a tarde de amanhã.

TEMPERATURAS DO AR
09.00 H.

PORTO	11°
P. DOURADAS	—
COIMBRA	12°
PORTALEGRE	8°
LISBOA	13°
FARO	13°
FUNCHAL	13°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
0.51	3,4 m	6.46	1,4 m
13.27	3,4 m	19.07	1,3 m
Dia 13			
1.50	3,7 m	7.41	1,1 m
14.20	3,7 m	19.58	1,1 m
Dia 14			
2.40	3,9 m	8.28	0,8 m
15.08	3,9 m	20.45	0,8 m

AMANHÃ

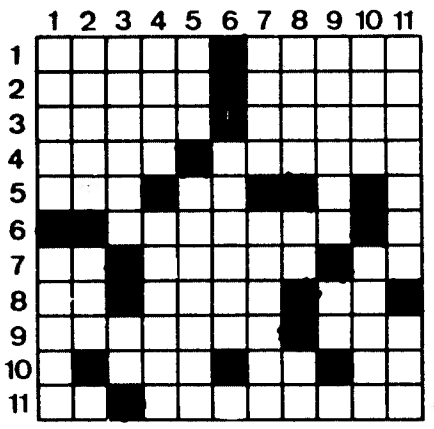
NASCER ÁS 7.53
OCASO ÁS 19.41

DIA 16 — DIA 22 — DIA 30 — DIA 7

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11 318



HORIZONTAIS:

1 Apanhas. Transferir para outro dia.
2 Estimara. zombaria.
3 Tosto. Disfarças.
4 Superfície plana elimitada. Roera.
5 Matemática. Pronome pessoal.
6 Aguçara.
7 Prefixo de privação. Poente. Artigo indefinido.
8 Batráquio. Dança do interior alagoano. Rado (s. q.).
9 Conquistas. Suspiros.
10 Claridade. Pronome efetexo. Cobalto (s. q.).
11 Culpada. Notar.

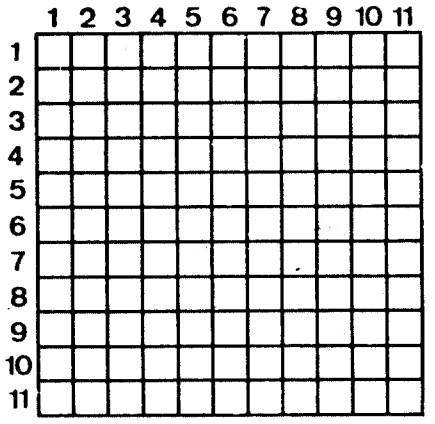
VERTICAIS:

1 Pesquisam. Nome de homem.
2 Freguesia do concelho do Seixal. Recusa.
3 Visagem. Mil e quinhentos em romano.
4 Rã (pop.). Qualquer animal usado em experiências.
5 Saudável. Adornadas.
6 Livrara.
7 Instrumento para atirar setas. Guarnecesse de asas.
8 Apelido. Letra grega. Neon (s. q.). (Inv.).
9 Irisara. Rádio (s. Q.).
10 Gemer. Exclusiva.
11 Nivelaram. Ribeira de Portugal.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7478



HORIZONTAIS:

1 Numeral cardinal. Coracão. O mesmo que bétele.
2 Querida. Rio do Brasil.
3 Antigo instrumento de suplício em forma de X. Mamífero roedor.
4 Causasse avaria a.
5 Composição poética. Depois.
6 Acrescentado. Amónio (s. q.).
7 Socorra. Afluente do Mondego.
8 Seguia. Suspiros. Sacerdote budista.
9 Senhores. Pronome pessoal. Nesse lugar.
10 Escritor favorito de Nero, autor de «Satiricon».
11 Carta de jogar. Golfo também chamado Xeros.

VERTICAIS:

1 Preposição e artigo. Além disso.
2 Freguesia do concelho de Penafiel. Nome de peixe.
3 Empada grande. Preposição.
4 Apelido. Basta.
5 Abrilhantar.
6 Cargas de carro. Osmio (s. q.).
7 Planta que se aplica em culinária. Eia!
8 Excêntrico. Manar.
9 Tornara nulo ou sem efeito. O sono das crianças.
10 Prasiodímio (s. q.). Representa por gostos.
11 Que é do ar. Rio dos Estados Unidos.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 317

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 QUEM. Rumas.	1 Fa. SONHA.
2 Ria. Elara.	2 Brocarias.
3 Abram. TEM.	3 Urramos. Lis.
4 Ra. Aliar.	4 Eia! El. Poça.
5 FOME. Acue.	5 Mama. Aer. Ás.
6 Cola. Árida.	6 La. COM.
7 Sás. EC. Aro.	7 Repica.
8 Or. Proa. Ota.	8 Ul. Aura. PÃO.
9 Nilo. Al.	9 Matreiro. Ir.
10 Haicá. Raiva.	10 Are. Dotava.
11 Assas. Orão.	11 Samora. Alão.

PROVERBIO: Quem tem fome sonha com pão

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7477

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Fraga. Soror.	
2 Ramada. Ubá.	1 Fraca. Amima.
3 Aia. Alegar.	2 Raiva. Lavar.
4 CVI. Gala.	3 Amai. Ameara.
6 Aí. Ala.	4 Ga. Lia. Nau.
7 Almadra. Ira.	5 Adaga. Dá.
8 Maé. Airosas.	6 Alar. Ria.
9 Ivan. Amuada.	7 Elo. Armar.
10 Marau. Arrá.	8 Gata. Ouro.
11 Arau. Ero. Se.	9 Rua. Alisar.
	10 Obre. Aradas.
	11 Rá. Um. Asa.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO E-1

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALVALADE
Belo. Avenida de Roma. 53-A (Telef. 776314).
AVENIDAS NOVAS
Vale. Avenida Marquês de Tomar. 45-49 (Telef. 778043).
BAIRRO ALTO
Gonçalves. Rua da Rosa. 176-178 (Telef. 362687).
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ancenso. Praca Norte. 11-A (Telef. 311216).
BAIXA
Simões Pires. Rua da Prata. 115 (Telef. 362350).
BENFICA
Macedo. Estrada do Poço do Chão. 69-C (Telef. 703697).
CAMPOLIDE
Imparcial. Rua General Taborda. 28 (Telef. 680931).
ESTRELA
Linalde. Rua Ferreira Borges. 30 (Telef. 660955).
GRAÇA
Mourão. Largo da Graca. 63 (Telef. 860700).
LUMIAR
Douro. Alameda das Linhas de Torres. 93-A/B (Telef. 791131).
SANTO AMARO
Teles. Rua João de Barros. 2. frente (Telef. 638176).
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
S. Sebastião. Largo de S. Sebastião da Pedreira. 1-9 (Telef. 48642).

TURNO E-2

TODA A NOITE

ALTO DE S. JOÃO
Vitalis, Rua Morais Soares. 69 (Telef. 841779).
ANJOS
Guerra, Rua Andrade. 32-36 (Telef. 845513).
ALVALADE
Marbel, Avenida e Roma. 131-A (Telef. 776235).
AMEIXOEIRA
S. Bartolomeu, Vila Paulo Jorge.1(Galinheiras-Charneca) (Telef. 790969).
ANJOS
Magalhães. Avenida Almirante Reis. 4-D/F (Telef. 49479).
AREEIRO
Garantia, Avenida Padre Manuel da Nóbrega. 5-A/B (à Praça do Areeiro) (Telef. 727300).
AVENIDAS NOVAS
Saldanha, Avenida Praia da Vitória. 53 (Telef. 43938).
BENFICA
S. João. Estrada da Luz. 124-A (Telef. 783179).
CAMINHOS-DE-FERRO
Frazão. Rua Cruz de Santa Apolónia. 90 (Telef. 847019).
ESTRELA
AndradeRibeiro. Avenida Infante Santo. 66-B (Telef. 666971).
PICHELEIRA
Marluz. Calçada da Pichelei-ra. 140-A/C (Telefs. 720703-728395).
OLIVAIS-SUL
Antunes Rosa. Praça da Cidade do Luso. lote 199 (Telef. 313610).
REGO
Universitária. Rua Alfredo Roque Gameiro. 29-D (ao Hospital de Santa Maria) (Telef. 778953).
RESTELO
Tanara, Rua Rodrigo Reinel. 3-A (a encosta do Restelo. próximo dos Moinhos) (Telef. 611814).
S. PAULO
Central. Rua de S. Paulo. 108 (Telef. 320389).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Almeida Nifo. Av. C.G.Guerra. 64 (T.2112070)
PAÇO DE ARCOS
Pargana. Av. Eng. Bonneville Franco (T.2435147). Até às 22 horas
OEIRAS
Oeiras. L.Henrique Paiva Couceiro (T.2430485). Toda a noite
NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas
CARCAVELOS
Central. Toda a noite
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira. Av. Sabóia. 29-B (T.260085). Até às 22 horas
PAREDE
Brandão. Av. da República. 77-C (T.2471054). Toda a noite
S.JOÃO DO ESTORIL
S.João. Quinta da Carreira. 29-A (T.261186). Toda a noite
AMOREIRA
Amoreira. Toda a noite
CASCAIS
Marginal. Av. Marginal (T.280078). Até às 22 horas: **Nova.** E.de Alvide. Fontainhas (T.281044). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADÓRA
Dias. Av. Marquês de Pombal. 9 (T.934589): **Campos.** R.Elias Garcia. 185: **Clabel.** R.António Sardinha. 23-D (T.938551)
DAMAIA
Confiança. E.Militar. lote D (T.9710231)
VENDA NOVA
Girassol. R.Elias Garcia. 17-C (T.974161)
QUELUZ
Gil. Av. Miguel Bombarda. 28 (T.950117)
CACÉM
Rodrigues Garcia. Av. dos Bons Amigos. lote 5-D
MEM MARTINS
Química. E.de Mem Martins. 285 (T.2910012)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.280456)
SINTRA
Marrazes. Estefânia (T.2930058)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro. L.António dos Santos Jorge. 15 (T.234100)
ALHOS VEDROS
Gusmão. R.Cândido dos Reis. 30 (T.204020)
ALMADA
Central. R.de Olivenca. 11-B (T.2750504)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança. E.Nacional. 178-B (T.2040302)
BARREIRO
Higiénica. R.D.Manuel I. 178 (T.2073017)
COVA DA PIEDADE
Morgado. R.Cabo da Boa Esperança. 25-A (T.2767356)
MOITA
União Moitense. R.Dr. Teofilo Braga (T.239025)
MONTIJO
Moderna. R.Bulhão Pato. 60 (T.2310156)
SESIMBRA
Leão. Av. da Liberdade. 13 (T.2233471)
SETÚBAL
Higiene. R.Frei Agostinho da Cruz (T.22408): **Portugal.** R.Camilo Castelo Branco (T.23211)
SEIXAL
Soromenho. R.Paiva Coelho. 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 21

ATÉ ÀS 22 HORAS

Campos. R.Padre Luis Cabral. 943. Foz **Alves Moreira.** Av. Rodrigues de Freitas. 167: **Clerigos.** R.dos Clérigos. 36: **Cruz.** R.de Costa Cabral. 1082: **Monte dos Burgos.** R.do Monte dos Burgos. 802: **Aliança.** R.da Conceição. 2: **Guarani.** R.Pedro Hispano. 367: **Menezes de Lima.** P.Dr. Pedro Teotónio Pereira. 227

TODA A NOITE

Lidador. R.do Lidador. 171 **Estácio.** R.Sa da Bandeira. 120: **Botelho.** R.da Alegria. 863: **Maia.** R.do Campo Alegre. 192

COIMBRA

CRUZ E COSTA — Rua António de Vasconcelos. 71 — Telef. 22715: **SILVA SOARES** — Rua Mouzinho de Albuquerque. 26 — Telef. 71454: **VILAÇA** — Rua Ferreira Borges. 132 — Telef. 32043.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

CORNUCÓPIA
21.15 (13 anos)
«Ah Kiul»
MARIA VITÓRIA
20.30. 22.45 (18 anos)
«Força. Força Camarada Zé»
COMUNA
21.30 (18 anos)
«Fogo»
VILARET
20.30 e 22.45
«Godspell»
MONUMENTAL
20.30 e 22.45
«Familia Até Certo Ponto»
VASCO SANTANA
21.30 (18 anos)
«Preco da vida»
TEATRO DO POVO
21.30 (13 anos)
«Uma cancão no Pão»
A. B. C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Afinal como É»
CAPITÓLIO
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Mostra-me a tua Piscina»
ADOQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Taran-Tan-Tan ão enche Barriga»
CASA DA COMÉDIA
21.30 (6 anos)
«Os encantos da Medeia»

LISBOA/Cinemas

SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Delicias Turcas»
EUROPA
21.15 (6 anos)
«French Connection n.º 2»
CINE BOLSO
21.30 (18 anos)
«Prazeres colectivos»
COLISEU
21.30 (13 anos)
«A mansão do cigano»
ARCO
21.30 (10 anos)
«A Deusa do Mal»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«As aventuras eróticas dos 3 Mosqueteiros»
S. LUIZ
23.15 (13 anos)
«Brandos Costumes»
PARIS
21.15 (18 anos)
«Yuppi-Du»
JARDIM
21.15 (18 anos)
«A mais antiga Profissão»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«A minha mulher e doida»
LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Os Canibais»
IDEAL
21.15 (18 anos)
«O Campeão»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
S. José
21.15 (18 anos)
«Mete o teu diabo no meu Inferno»
OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (18 anos)
«Emanuelle»
ESTORIL
Palácio
21.30 (18 anos)
«A vida alegre de Colinot»
CASCAIS
S.José
21.15 (18 anos)
«As Sobrinhas»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.15 (13 anos)
«Adeus Valentina»

PORTO/Cinemas

COLISEU
21.15 (18 anos)
«A Vida Íntima de Dorian Gray»
RIVOLI
21.15 (18 anos)
«Os Prazeres do Vigário»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (6 anos)
«Um Dia nas Corridas»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Aâina»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«Los Amigos»
S.JOÃO
21.15 (18 anos)
«A Estalagem do Prazer»
JÚLIO DINIS
21.15 (6 anos)
«A Grande Corrida à Volta do Mundo»
ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«A Religiosa»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Deram-lheumaEspingarda»
TRINDADE
21.15 (18 anos)
«ReflexosnumOlhoDourado»
BATALHA
21.15 (18 anos)
«O Diabo Dentro Dela»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«NãoToquesnaMulherBranca»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Garotas em Uniforme»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.15 (13 anos)
«S. Miguel Tinha um Gato»
AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Tommy»
TIVOLI
21.15 (18 anos)
Teatro «Lisboa Acordou»
S. TEOTÓNIO
21.15 (? ANOS)
«Tommy»

rádio

1.º Programa

15.00: Painel da tarde: **18.00**: Música portuguesa: **18.30**: Temas sobre a condição de retornado: **19.00**: Música variada: **19.30**: Imagens de cinema. por Luis Rodrigues: **20.00**: Jornal da noite: **21.00**: 16.º episódio do folhetim «A Noite e a Madrugada». de Fernando Namora. numa adaptação de Judith Navarro — painel da noite: **21.30**: A economia portuguesa — a economia no nosso dia a dia. por Abílio Diniz Silva: **00.00**: Ultimo jornal: **00.30**: Retrospectiva: **01.00**: Saída e encerramento dos Regionais do Porto Norte 1. Coimbra. Faro. Guarda. Covilhã. Viseu. Ponta Delgada e Horta — música na noite: **02.00**: Música na noite.

2.º Programa

16.00: Uma obra... duas interpretações: **17.05**: Música de vanguarda: **17.40**: Concerto em dó maior. BWV **16.04**: Para três cravos e orquestra. de Bach: **18.00**: Sinfonia n.º 6. em si menor. op. 74. «Patética». de Tchaikowsky: **18.50**: Quarteto n.º 2. em sol maior. op. 22. de Enescu: **19.15**: Estudos op. 10. de Chopin: **19.45**: Duetos instrumentais: **20.00**: Transmissão directa da ópera «A Valquíria». de Wagner (3 actos) — fecho.

3.º Programa

16.00: Emissão nacional — ela por elas: **18.00**: Emissão regional — contacto — teatro trágico dos Parodiantes de Lisboa: **20.15**: Folhetim: «Lisboa em Camisa» (repetição): **21.00**: Música. so música: **21.30**: Quando o telefone toca: **23.00**: A música e as vozes.

4.º Programa

16.00: Música variada: **17.00**: Canções: **18.00**: Apenas música: **19.00**: Em órbita: **20.00**: Orquestras: **21.00**: Concerto: **22.00**: Jazz: **00.00**: Prisma: **02.00**: Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

Emissão continua — Onda Média (Lisboa). **233,2** m — **1286** KHz: Modulação de Frequência (Lisboa). **93,2** MHz.

cinemas ● cinemas ● cinemas

CASTIL
T.530194 — 15.30. 18.30. 21.15

Int. a men. 18 anos

MÓNICA E O AMOR

c/ Glória Guida, Paolo Carlini

Real. Mário Imperoli

3.ª Semana

IMPÉRIO
T.555134 — Estreia as 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Glenda Jackson, Michael Caine

A INGLESA ROMANTICA

Um filme Joseph Losey

D. JOÃO V (DAMAIA)
Tel. 971794 — 21.00

Int. a menores de 18 anos

O JUSTICEIRO DA NOITE

POLITEAMA
T.326305 — 14.15. 16.30. 19.00 e 21.30

Não acons. men. de 18 anos
As orgias e excessos sexuais
CAMILLE
6.ª Semana de enchentes

VOX
T.720808 — 14.15. 16.30. 19.00. 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

A QUADRILHA DOS DOBERMAN

ROMA
T.727778 — 15.30. 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
A MATULONA
4.ª semana
c/Elwège Fenech

S. LUÍS
T. 327172 — 18.30. 21.30

Para todos

O LEÃO DA ESTRELA

PALÁCIO FOZ
15.00. 18.00. 21.00

«Rosemary's Baby» («A Semente do Diabo») Realização de Romam Polanski (Estados Unidos. 1968) Intérpretes: Mia Farrow. John Cassavetes e Ruth Gordon O mito da Imaculada Conceição visto às avessas Interdito a menores de 18 anos

CALEIDOSCÓPIO
T.795093 — 14.00. 16.30. 19.00 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
Para os escravos a coragem não conhece algemas. Para os senhores o desejo não conhece a cor!

ESCRAVOS

Um filme de Herbert Biberman

EDEN
T.320768 — Estreia às 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Lino Ventura-Isaac Hayes-Fred Williamson

TRÊS TIPOS DUROS

Não cons. a menores de 18 anos

«O ATAQUE DO DRAGÃO NEGRO»

ODEON
T.326283 — 15.15. 18.15 e 21.15

Não acons. a menores 18 anos
3.ª Semana de encnenres
Com Sara Montiel na atrevida comédia musical
5 ALMOFADAS PARA UMA NOITE
Tinha 5 amantes. Mas todos fugiram quando ela disse estar grávida. quem era o pai?

APOLO 70
T.763319 — 14.00. 16.30. 19.00 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA

12.ª Semana

Hoje às 24 h (Grupo D - M/18 anos)
«SAMBIZANGA»

CASINO ESTORIL
T.264621 — 17.00. 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A ESTALAGEM DO PRAZER

S. JORGE
T.54153/4 — 15.15. 18.15. 21.15

Não acons. a men. de 13 anos
COM JEITO VAI NA FARRA
3.ª Semana
c/Elke Sommer e Kenneth Williams

RESTELO
T.610375 — 21.00

Para todos m. 6 anos

OS MALUCOS VÃO À GUERRA

AVIS
T.47163 — 15.30. 18.30. 21.15

Para todos (M de 6 anos)
OS MALUCOS VÃO À GUERRA

17.ª semana

ESTÚDIO
T.555135 — 15.30. 18.30. 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
Jean Louis Trintignant
O HOMEM QUE MENTE
Um filme de Alain Robre-Gillet

ESTÚDIO 444
T.779095 — 14.30. 16.45. 19.00 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos
O RALLYE DAS GOZONAS
Este filme contem cenas event. chocantes
12.ª semana

MUNDIAL
T.538743 — 15.15. 18.30. 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
AMOR, NÃO FAÇAS MAL!
Talvez um pouco picante mas pode trazer a família

UNIVERSAL
T.774402 — 15.00. 19.00. 21.00

Não acons. a menores de 13 anos

DEUS PÁTRIA AUTORIDADE
de Rui Simões

Às 17 e 23 h

Não acons. men. 18 anos

SANGUE CONDOR

CONDES
T.322523 — Às 21.15 estreia

Interdito a menores de 18 anos

COM ENCONTRO MARCADO

As 14.00. 16.30. 18.45

O INSPECTOR MARTELADA

BERNA
T.776098 — 14.00.16.30.19.00 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Todos temos necessidade de amar...

TERNURA E VIOLÊNCIA

um filme de Philippe Labro

5.ª semana

LONDRES
T.801313 — 14.15. 18.00 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

CENAS DA VIDA CONJUGAL

com Liv Ulhmann e Bibi Anderson

ROXY
T.48560 — Às 21.15 estreia

Interdito a menores de 18 anos

COM ENCONTRO MARCADO

14.15. 16.30. 18.45

ROMANCE POPULAR

TIVOLI
T.570596 — Hoje estreia às 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

O sexo. o amor. e a existência

A INGLESA ROMANTICA

Um filme de Joseph Losey

ALVALADE
T.897480 — Às 21.15 estreia

Não acons. a menores de 18 anos

ADEUS ILUSÕES

Às 15.30. 18.45

O INSPECTOR MARTELADAS

PATHÉ
T.821933 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45

Interdito a men. de 18 anos

Ele fez da depravação uma arte. da vitude um vício e da dor um prazer

O MARQUÊS DE SADE

2.ª Semana

NIMAS
T.574362 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

NÃO TOQUES NA MULHER BRANCA

Um filme de Marco Ferri

6.ª semana

Na PRAIA DE MONTE GORDO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no BEIRAL DAS ANDORINHAS

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO. SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

EM CORUCHE

C.R.R.A. encerrado, sindicância ao I.R.A.

Por ordem do Primeiro-Ministro foi selado esta madrugada o Centro Regional da Reforma Agrária de Coruche. Esta decisão veio na sequência de pressões exercidas pela Confederação dos Agricultores de Portugal, que desde há algum tempo tem feito sentir a sua influência na zona.

Cerca de quatro dezenas de elementos afectos à C. A. P., com alguns seareiros à mistura, ocuparam ontem de manhã as instalações do C. R. R. A., impedindo a entrada normal dos trabalhadores daquele Centro. As forças da G. N. R. bloquearam a rua, onde só estavam autorizados a circular os ocupantes. Um dispositivo militar foi montado nas cercanias da vila. A situação manteve-se assim durante todo o dia.

Entre os ocupantes e aqueles que os apoiavam viam-se grandes rendeiros como Francisco Cecílio e Vicente Faria. Os antigos latifundiários também marcaram presença: é o caso de Fernando Van-Zeller Palha. Motoristas de agrários, alguns talhantes e comerciantes de Coruche deram a sua «colaboração». Certos partidos políticos, sempre em cima do acontecimento, distribuíram comunicados de apoio à ocupação. Salienta-se a singular actividade da Juventude de Intervenção Agrária do C. D. S.

Uma delegação de representantes da C. A. P. e da Associação dos Agricultores de Coruche (estrutura de base daquela organização) deslocou-se entretanto a Lisboa, onde se avistou com o Primeiro-Ministro. Saiu satisfeita da reunião pois o almirante Pinheiro de Azevedo prometeu-lhe que até meados da próxima semana todas as terras onde os seareiros e rendeiros faziam culturas lhes serão entregues. Enquanto isso, as instalações do Centro continuarão encerradas e à guarda da G. N. R. até que seja conhecido o resultado da sindicância ordenada pelo Primeiro-Ministro ao I. R. A. local.

SINDICATOS REAGEM

A União dos Sindicatos de Santarém expressa através de uma moção assinada por vários sindicatos (Trabalhadores Agrícolas, Papel e Celulose, Metalúrgicos, Rodoviários, Comércio e Serviços, Hotelaria, Têxteis, Madeiras e Construção Civil) o seu repúdio pela ocupação do Centro Regional da Reforma Agrária de Coruche.

A moção considera que «a ocupação reaccionária do C. R. R. A. de Coruche é altamente atentatória aos interesses da Reforma Agrária». Mais adiante diz que «estão em perigo as herdades colectivas de produção, pois uma vasta documentação da C. R. R. A. está neste momento nas mãos da C. A. P.». Afirma-se no documento que esta manobra, para além de «atingir as herdades colectivas» atinge os pequenos e médios agricultores e seareiros e afecta a sua laboração diária.

Numa outra passagem salienta-se que «tanto a atitude das forças da ordem como dos directores do Centro, para além de passiva, é nitidamente favorável à ocupação reaccionária do Centro».

Tendo em conta que «esta manobra se insere numa vasta campanha nacional de que este acto é o embrião», os subscritores da moção repudiam «a conivência descarada com os grandes agrários» e «a passividade das forças da ordem». Por isso exigem que se ponha termo a esta ocupação e que «sejam salvaguardadas as conquistas dos trabalhadores, nomeadamente a Reforma Agrária».

Finalmente exigem que **seja dada severa punição aos responsáveis por tais actos.**

Amândio de Azevedo em Vila Real

. O secretário de Estado dos Retornados, Amândio de Azevedo, visita hoje e amanhã, o distrito de Vila Real, no âmbito de uma política de aproximação com os interessados, no sentido de tentar uma maior igualização dos retornados que se encontram na província e dos que estão em Lisboa.

Falsa bomba no "D.N."

. Um falso alarme («Há aí uma bomba prestes a explodir!») fez com que, cerca das 10 horas, todo o pessoal (administrativo, contínuos, porteiros, etc.) abandonassem o «Diário de Notícias».

Chamada a P. S. P., técnicos da corporação passaram em revista o edifício: não havia bomba.

Entretanto, a agência norte-americana «Associated Press» elaborou um «relex» afirmando que a «bomba» do «Diário de Notícias» estava relacionada com a bomba que explociu no «Sol» de Vera Lagoa.

Pezarat aos jornalistas

"Oxalá as pessoas se habituem a trabalhar dentro da verdade"

«Oxalá as pessoas se habituem a trabalhar dentro da verdade e não com notícias falsas que confundem a opinião pública» — afirmou o brigadeiro Pezarat Correia a propósito de ataques de que tem sido alvo por parte da C. A. P. devido à sua actuação no Alentejo.

O comandante da Região Militar do Sul, e membro destacado do Conselho da Revolução, fez estas declarações quando se deslocou ao Algarve para uma visita de rotina a unidades militares do distrito de Faro.

Depois de ter tido uma reunião com todos os comandantes de unidades da sua Região Militar, Pezarat Correia visitou os Regimentos de Infantaria de Faro, bem como os respectivos Destacamentos de Tavira e Lagos, reunindo-se ainda com a oficialidade em serviço nessas duas cidades.

Em declarações prestadas aos jornalistas, Pezarat Correia anunciou a próxima reestruturação da Região sob o seu comando, que deverá vir a afectar o dispositivo algarvio. Foi também abordada a questão dos retornados, tendo o brigadeiro Pezarat Correia insistindo na necessidade de o Governo encontrar uma solução para a situação, que, nomeadamente no Algarve, pode pôr em risco a época turística.

Soares ataca P.P.D. em Mafra

«O P. P. D. está ao serviço da direita em Portugal», afirmou Mário Soares ontem à noite em Mafra, no uso da palavra durante um comício do P. S. em Mafra. O secretário-geral do P. S. afirmou ainda que «o P. P. D. é um Partido que toma posições mais reaccionárias do que o C. D. S.». Referindo-se ao C. D. S.: «ao menos este», disse «não esconde as suas intenções».

Mário Soares falou ainda de coligação e reafirmou a intenção que o P. S. tem de não as fazer, nem com o P. P. D. ou o C. D. S., nem com o P. C. P.

O secretário-geral do P. S. foi o último orador da noite.

Antes e depois de outros, havia falado Manuel Alegre. Dirigiu violentas críticas ao P. C. P., por um lado; por outro lado, falou em termos não menos violentos do P. P. D., referindo-se a Sá Carneiro e chamando-lhe «macaco de imitação», por visitar os mesmos países que Mário Soares tem visitado e por — nas suas palavras — «falar grosso e em bicos dos pés». Acrescentou que, se Sá Carneiro tem hoje a liberdade de insultar o P. S., é ao próprio P. S. que deve a liberdade de o fazer».

Alegre, ainda, em nome do seu partido: «Como não nos deixámos intimidar pelas chainites de Dinis de Almeida, também não nos deixaremos intimidar pelas bombas de S. José do dr. Sá Carneiro.»

"Smith será destituído" — diz Nkomo

NAÇÕES UNIDAS, Nova Iorque, 12 — (UPI/ANOP) — Moçambique pediu ontem que se efectue uma reunião do Conselho de Segurança, na próxima terça-feira, para considerar os seus problemas económicos que resultam das sanções contra a Rodésia, e para apreciar «agressões cometidas pelo Governo de minoria branca daquele país».

CONGELAMENTO DE BENS MOÇAMBICANOS

SALISBÚRIA, 12 — (AP/ANOP) — O Governo rodesiano anunciou o congelamento de todos os fundos existentes na Rodésia e pertencentes ao Governo de Moçambique, dos bancos de Moçambique e a certas corporações que operam em Moçambique.

O Governo congelou igualmente todos os pagamentos a residentes moçambicanos ou a realizar em nome desses residentes.

NOVAS CONVERSAÇÕES COM SMITH

SALISBÚRIA, 12 — (UPI/ANOP/R) — «O importante agora é forçar Smith e o seu partido a aceitarem as nossas condições, ou serem destruídos» — declarou o dirigente nacionalista negro Joshua Nkomo em entrevista exclusiva à UPI.

Interrogado sobre a decisão de Samora Machel de cortar as ligações por terra da Rodésia com os dois portos moçambicanos do oceano Índico, Nkomo declarou:

. «Saúdo todas as medidas que ajudem a solucionar o problema do nosso país. Essa medida proporciona possibilidades de avanço para as conversações coom Smith.

Negociadores do Governo rodesiano e da facção nacionalista de Joshua Nkomo efectuaram ontem a sua mais longa sessão de conversações sobre o futuro do país.

Aristides Pereira avisa Lisboa

Continuação da pág. 1

te momento basta ver que esses movimentos de libertação que fundaram a C. O. N. C. P. e coordenaram a sua acção para a luta armada, estão todos no Poder. O P.A.I.G.C., na Guiné e em Cabo Verde, a Frelimo, em Moçambique, o M.P.L.A., em Angola e o M.L.S.T.P., em São Tomé e Príncipe. Na fase actual da reconstrução das nossas terras é absolutamente normal que nos unamos novamente para ter em conta as realidades de cada país. Vermos em que medida poderemos adoptar uma posição comum face a esta nova fase de descolonização que temos de enfrentar perante Portugal e nessa base formaremos uma frente para defendermos os interesses dos nossos povos».

O secretário-geral do P.A.I.G.C. e presidente da República de Cabo Verde garantiu estar igualmente convencido que a constituição dessa frente poderá defender também os interesses do povo português.

«Por isso pensamos que os actuais dirigentes portugueses reconsiderarão a sua atitude e dentro em pouco essa questão da moeda será encarada como simples acidente que passou, estabelecendo-se novas bases de cooperação para o futuro. Essa será a posição mais realista e a decisão da Guiné-Bissau de eliminar talvez o único obstáculo para que se entre num acordo geral e se assente numa base de cooperação franca e leal que todos nós do P.A.I.G.C., da Frelimo, do M.P.L.A. e do M.L.S.T.P. desejamos profundamente, nas bases novas de soberania e independência.»

SURTO GREVISTA

Continuação da pág. 1

riais e sociais, mas também condições de trabalho que possibilitem tornar mais eficaz e útil a assistência às populações. Por isso mesmo muitos doentes, embora não totalmente esclarecidos quanto aos objectivos da luta, apoiam ou pelo menos aceitam a greve dos profissionais de enfermagem.

É de resto curioso que se acusem as greves de políticas e eleitoralistas, como já o têm feito departamentos governamentais, e nada se diga sobre a recusa do patronato em sentar-se à mesa com os representantes dos trabalhadores para negociar contratos colectivos de trabalho. Assim, e dado que o Governo não só não denuncia as manobras e expedientes dilatórios do patronato, como revela total incapacidade para fazer esse mesmo patronato cumprir a lei (e não cumpre ele próprio as promessas a que se vinculou), aos trabalhadores só resta utilizar a sua última e mais poderosa arma: a greve.

Melo Antunes na Polónia

. O ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes partiu hoje às 11 e 30 em visita oficial à Polónia, acompanhado do major Manuel Pedroso Marques, actual Presidente do Conselho de Administração da Radiotelevisão Portuguesa e do major João Figueiredo.

No aeroporto, interrogado acerca dos objectivos da sua visita, o ministro dos Estrangeiros disse que ela se destinava apenas a estreitar ainda mais as relações entre os dois países

Nota tome

À BATATADA

O órgão oficial do P.P.D. («Povo Livre») insere na primeira página, sob o título «Menos batatas... e mais mentiras do P. S.», um manifesto da comissão política distrital de Leiria do P.P.D. em que convida o Partido Socialista a responder a numerosas perguntas (?) entre as quais destacamos as seguintes:

. «1. É ou não da Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços, confiada a um militante do Partido Socialista que depende a Junta Nacional das Frutas?

. 2. É ou não à mesma Secretaria de Estado — agora chamada do Comércio Alimentar — quem desde sempre, tem a seu cargo o abastecimento e os preços da batata de semente e de consumo?

. 3. Foi ou não aquela Secretaria de Estado quem libertou os preços de batata, em benefício dos intermediários e em prejuízo dos agricultores?

. 4. Foi ou não a mesma Secretaria de Estado quem mentiu ao País declarando em nota oficiosa de Janeiro que o abastecimento estava assegurado?

. 5. Foi ou não ainda aquela Secretaria de Estado — e o Ministério de Agricultura, também do P. S. — que se revelaram incapazes de conhecer as necessidades dos agricultores e do País em abastecimento de batata?»

. Por sua vez o «Portugal Socialista», órgão central do P. S., publica na segunda página um comunicado do Secretariado de Cantanhede do Partido Socialista em que se afirma, ainda a propósito da batata e de outros assuntos:

. «Tal como os lavradores de Vagos, também os homens e mulheres de Cantanhede têm hoje obrigação de saber quem os defende e quem defende os exploradores do trabalho honrado e sacrificado. Bom seria que o P.P.D. em vez de atacar esse homem sem mancha que se chama Mário Soares, atacasse por exemplo o dr. Magalhães Mota, ministro do Comércio Interno que não tabelando desde o início a batata, permitiu que uma arroba comprada a 60$00 ao nosso pobre lavrador, fosse vendida nos armazéns de Lisboa pelos intermediários a 140$00. Bom seria que o P.P.D. que tanto ataca Lopes Cardoso com desenhos maldosos que distribui, atacasse o secretário de Estado da Saúde, que é do P.P.D. e que pretende acabar com o Hospital de Cantanhede contra a vontade do Povo e do Partido Socialista local. Bom seria que o P.P.D. começasse a construir e deixasse de destruir o que está feito ou tudo aquilo que os outros querem fazer.

Por tudo isto não responderemos mais ao P.P.D. O papel está caro para dar resposta a provocações baratas e a histerismos em prosa de quem não sabe o que diz. Nem tem razão nenhuma!»